

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Lediane Ferreira Mesquita

**ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PRIMEIRA
INFÂNCIA: O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO RIO GRANDE DO
SUL, A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE SEUS AGENTES**

Santa Maria, RS
2022

Lediane Ferreira Mesquita

**ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PRIMEIRA INFÂNCIA: O
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO RIO GRANDE DO SUL, A PARTIR DAS
PERSPECTIVAS DE SEUS AGENTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Administração Pública.**

Orientadora: Prof^a Dr^a Luciana Flores Battistella

Santa Maria, RS
2022

Mesquita, Lediane Ferreira
ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PRIMEIRA
INFÂNCIA: O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO RIO GRANDE DO SUL,
A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE SEUS AGENTES / Lediane
Ferreira Mesquita.- 2022.
137 p.; 30 cm

Orientadora: Luciana Flores Battistella
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Administração Pública, RS, 2022

1. Políticas Públicas 2. Primeira Infância 3. Programa
Criança Feliz I. Battistella, Luciana Flores II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Fatta CRB 10/1728.

Declaro, LEDIANE FERREIRA MESQUITA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Lediane Ferreira Mesquita

**ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PRIMEIRA INFÂNCIA: O
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO RIO GRANDE DO SUL, A PARTIR DAS
PERSPECTIVAS DE SEUS AGENTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Administração Pública.**

Aprovada em 29 de março de 2022:



**Luciana Flores Battistella, Dr^a. (UFSM)
(Orientadora)**



Dalva Maria Righi Dotto, Dr^a. (UFSM)



Milton Luiz Wittmann, Dr. (URI)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus pela vida, saúde, força de vontade e por abençoar minha trajetória nos momentos difíceis.

À minha família, pela compreensão nas minhas ausências e apoio durante meus estudos.

À Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade de realizar um sonho de qualificação profissional.

À minha orientadora prof^a Luciana Flores Battistella, por todo conhecimento, ajuda, disponibilidade, paciência e amizade no decorrer do mestrado.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública que contribuíram para o meu aprendizado com seus conhecimentos ministrando suas aulas.

A todos entrevistados pela contribuição e disponibilidade para participar da entrevista realizada na pesquisa.

Aos meus colegas pelos momentos de alegrias, aflições, estudos, dicas e principalmente esforços para concluirmos nosso mestrado.

Enfim, agradeço todas as pessoas que diretamente ou indiretamente fizeram parte dessa caminhada para o desempenho desse trabalho.

RESUMO

ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PRIMEIRA INFÂNCIA: O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO RIO GRANDE DO SUL, A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE SEUS AGENTES

AUTORA: Lediane Ferreira Mesquita
ORIENTADORA: Luciana Flores Battistella

A primeira infância saudável é essencial para o desenvolvimento das crianças, sendo a família fundamental para esse resultado, pois os estímulos que elas recebem no ambiente no qual estão inseridas, vão ampliar ou restringir suas potencialidades no crescimento infantil. Assim, além de creches para as crianças, vinculadas a política pública educacional, pensar em políticas públicas complementares voltadas à primeira infância é primordial em um país continental, como o Brasil. Com a pandemia Coronavírus (COVID-19), surgiu uma situação, até então, pouco imaginada no universo escolar e familiar e só vem a reforçar a necessidade das políticas públicas voltadas para a primeira infância. Com o propósito de atingir esse público-alvo, o Programa Criança Feliz (PCF) foi criado pelo Governo Federal, tendo como finalidade proporcionar o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância levando em consideração seus familiares e sua condição de vida. O presente trabalho aborda as políticas públicas de primeira infância evidenciando o PCF e identificando por meio das entrevistas a perspectiva dos agentes sobre o programa. Para melhor compreensão e aperfeiçoamento do assunto são abordados conceitos e estudos de autores sobre legislação, desenvolvimento e características. Logo, como fonte de dados primários, foi realizado um estudo qualitativo por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes (supervisoras e assistentes sociais) dos municípios de Dom Pedrito e Tenente Portela do Rio Grande do Sul, de forma on-line e por telefone devido à pandemia COVID-19. O protocolo de entrevista está dividido em sete blocos: Perfil dos agentes do Programa Criança Feliz; Conhecimento operacional dos agentes do Programa Criança Feliz, Qualidade dos elementos estruturais do Programa Criança Feliz; Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz; Interação entre os atores do Programa Criança Feliz, Serviços prestados aos beneficiários e sobre o Programa Criança Feliz. E para avaliar o Programa Criança Feliz segundo a percepção dos seus visitantes, como fontes de dados secundários, utilizou-se dados do projeto realizado no ano de 2020: Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A análise de dados foi realizada manualmente com auxílio do Protocolo 5C de Brynard, pesquisa bibliográfica, transcrições das entrevistas, análise de conteúdo, onde se expõe opiniões, dificuldades e avaliações expostas pelos agentes do Programa Criança Feliz. Os principais resultados mostram que os materiais necessários para o Programa Criança Feliz são ofertados, mas precisa de um computador novo e uma sala individualizada para os atendimentos. Quanto à Administração do Programa, destaca-se que o número de atendimentos realizados pelo Programa é suficiente; a política de acesso das famílias ao Programa é boa, mas necessitaria ofertar mais vagas e colaboradores. A interação dos agentes com a família beneficiária, colegas de serviço e rede de assistência social é muito boa, sendo que as visitadoras tem mais intimidade com as famílias. Todas as agentes ressaltaram a importância das contribuições do seu trabalho no Programa, o reconhecimento e a aceitação da sociedade, também consideram adequada a duração das visitas. Por fim, percebeu-se que o comprometimento das agentes é satisfatório, a maioria consegue cumprir com suas tarefas e todas acham o tempo de serviço adequado, a articulação entre os envolvidos no Programa é agradável e produtiva, a comunicação é muito boa e intensa.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Primeira Infância; Programa Criança Feliz.

ABSTRACT

A STUDY OF PUBLIC POLICIES AIMED AT EARLY CHILDREN: THE HAPPY CHILD PROGRAM IN RIO GRANDE DO SUL, FROM THE PERSPECTIVES OF ITS AGENTS

AUTHOR: Lediane Ferreira Mesquita

ADVISOR: Luciana Flores Battistella

Healthy early childhood is essential for children's development, and the family is fundamental for this result, as the stimuli they receive in the environment in which they are inserted will expand or restrict their potential in child growth. Thus, in addition to day care centers for children, linked to public educational policy, thinking about complementary public policies aimed at early childhood is essential in a continental country such as Brazil. With the Coronavirus (COVID-19) pandemic, a situation emerged, until then, little imagined in the school and family universe and only reinforces the need for public policies aimed at early childhood. In order to reach this target audience, the Happy Child Program (PCF) was created by the Federal Government, with the purpose of providing the integral development of children in early childhood, taking into account their families and their living conditions. The present work deals with public policies for early childhood, highlighting the PCF and identifying, through interviews, the agents' perspective on the program. For a better understanding and improvement of the subject, concepts and studies by authors on legislation, development and characteristics are discussed. Therefore, as a source of primary data, a qualitative study was carried out through semi-structured interviews with agents (supervisors and social workers) from the municipalities of Dom Pedrito and Tenente Portela of Rio Grande do Sul, online and by telephone due to the COVID-19 pandemic. The interview protocol is divided into seven blocks: Profile of the agents of the Criança Feliz Program; Operational knowledge of the agents of the Happy Child Program; Quality of the structural elements of the Happy Child Program; Understanding the variables of the Happy Child Program; Interaction between the actors of the Criança Feliz Program, Services provided to beneficiaries and on the Criança Feliz Program. And to evaluate the Criança Feliz Program according to the perception of its visitors, as secondary data sources, data from the project carried out in 2020 was used: Qualitative evaluation of the perception of results of the Happy Child Program with its beneficiaries and agents: analysis of Public Policy for Early Childhood Care, Federal University of Santa Maria (UFSM). Data analysis was performed manually with the aid of Brynard's 5C Protocol, bibliographic research, transcripts of interviews, content analysis, where opinions, difficulties and evaluations exposed by the agents of the Happy Child Program are exposed. The main results show that the materials needed for the Happy Child Program are offered, but it needs a new computer and an individualized room for consultations. As for the Administration of the Program, it should be noted that the number of services provided by the Program is sufficient; the policy for families' access to the Program is good, but it would need to offer more vacancies and collaborators. The interaction of agents with the beneficiary family, service colleagues and the social assistance network is very good, and the visitors are more intimate with the families. All agents highlighted the importance of the contributions of their work to the Program, the recognition and acceptance of society, they also considered the duration of the visits to be adequate. Finally, it was noticed that the commitment of the agents is satisfactory, most of them manage to fulfill their tasks and all find the service time adequate, the articulation between those involved in the Program is pleasant and productive, the communication is very good and intense.

Keywords: Public Policies; Early Childhood; Happy Child Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dados do Programa Criança Feliz no ano 2020.	62
Figura 2 - Atendimentos do Programa Criança Feliz em 2020.	63
Figura 3 - Resumo da dimensão Reconhecimento profissional e reconhecimento	82
Figura 4 - Resumo da dimensão Carga de trabalho	83
Figura 5 - Resumo da dimensão Treinamento e capacitação	84
Figura 6 - Resumo da dimensão equipamentos e materiais de trabalho.....	86
Figura 7 - Resumo da dimensão Estrutura Física	87
Figura 8 - Demonstração do número de colaboradores	88
Figura 9 - Resumo da dimensão Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz	89
Figura 10 - Resumo da dimensão Rotina do Programa	90
Figura 11 - Resumo da dimensão Interação Agente e Família.....	93
Figura 12 - Resumo da dimensão Interação Agente e visitador	93
Figura 13 - Resumo da dimensão Interação Agente e Rede de assistência social.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelos de formulação e análise de políticas públicas	34
Quadro 2 - Exemplos de políticas públicas em atenção à primeira infância em outros países	43
Quadro 3 - Perfil, atribuições e função dos visitantes e supervisores do Programa Criança Feliz	59
Quadro 4 - Relação das entrevistadas da pesquisa (dados primários)	68
Quadro 5 - Relação das visitadoras da pesquisa (dados secundários)	68
Quadro 6 - Roteiro de entrevista com supervisoras e assistentes sociais	70
Quadro 7 - Relação dos objetivos com os métodos utilizados	76
Quadro 8 - Blocos, dimensões e variáveis da entrevista	77
Quadro 9 - Perfil das Assistentes Sociais e Supervisoras	79
Quadro 10 - Resumo da dimensão Famílias beneficiárias	97
Quadro 11 - Resumo da dimensão Administração do Programa	100
Quadro 12 - Perfil das visitadoras	101
Quadro 13 - Visão geral da dimensão realização profissional e reconhecimento – visitadoras	102
Quadro 14 - Visão geral da dimensão carga de trabalho - visitadoras	103
Quadro 15 - Visão geral da dimensão treinamento e capacitação – visitadoras	104
Quadro 16 - Visão geral da dimensão Equipamentos e materiais pedagógicos- visitadoras	105
Quadro 17 - Visão geral da dimensão Estrutura Física para Recepção das Famílias Beneficiárias – visitadoras	105
Quadro 18 - Visão geral da dimensão Capacidade de atendimento aos beneficiários – visitadoras	106
Quadro 19 - Visão geral da dimensão Intensidade do Programa - visitadoras	106
Quadro 20 - Visão geral da dimensão Envolvimento dos Pais - visitadoras	107
Quadro 21 - Visão geral da dimensão Rotina do Programa – visitadoras	108
Quadro 22 - Visão geral da dimensão Conhecimento e Experiência adquiridos - visitadoras	108
Quadro 23 - Visão geral dos processos de interação das visitadoras	109

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANUP	Associação Nacional das Universidades Particulares
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência de Assistência Social
COVID	Corona Vírus Disease (Coronavírus)
EAD	Educação à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPI's	Equipamentos de Proteção Individual
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
GTM	Grupo Técnico Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIDEPLAN	Ministério do Planejamento Nacional e Política Econômica
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PCF	Programa Criança Feliz
PIM	Primeira Infância Melhor
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SIEMPRO	Sistema de Informação, Avaliação e Acompanhamento de Programas Sociais
SNAPI	Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNICEF	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DO ESTUDO.....	24
1.2	OBJETIVOS	25
1.2.1	Objetivo geral	26
1.2.2	Objetivos específicos	26
1.3	JUSTIFICATIVA	26
2	POLÍTICA PÚBLICA: CONCEITOS E AVALIAÇÃO	29
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA	37
3	HISTÓRICO DAS POLÍTICAS VOLTADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL	39
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS EM ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA EM OUTROS PAÍSES	43
4	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	53
4.1	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ-PCF.....	53
4.2	A GESTÃO DO PROGRAMA: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.....	55
4.3	ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	56
4.4	VISITA DOMICILIAR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ-PCF.....	60
4.5	O TRABALHO EM REDE E INTERSETORIALIDADE DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.....	61
4.6	O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM NÚMEROS	62
5	MÉTODO DE PESQUISA	65
5.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	65
5.2	O CAMPO DA PESQUISA E ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS	66
5.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	69
5.4	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	73
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	77
6.1	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS SUPERVISORAS E ASSISTENTES SOCIAIS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.....	77
6.1.1	Perfil das agentes do Programa Criança Feliz	79
6.1.2	Conhecimento operacional das agentes do Programa Criança Feliz	80
6.1.3	Qualidade dos elementos estruturais do Programa Criança Feliz	84
6.1.4	Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz	87
6.1.5	Interação entre os atores do Programa Criança Feliz	91
6.1.6	Serviços prestados aos beneficiários do Programa Criança Feliz	95
6.1.7	Sobre o Programa Criança Feliz	98
6.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS VISITADORAS – DADOS SECUNDÁRIOS	100
6.3	ANÁLISE COMPARATIVA DAS ENTREVISTAS COM AS AGENTES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.....	110
6.4	BALANÇO DOS RESULTADOS OBTIDOS	111
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
	ANEXO A - PROTOCOLO DE ENTREVISTAS COM OS VISITADORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)	131
	ANEXO B - PROTOCOLO DE ENTREVISTAS COM AS ASSISTENTES SOCIAIS E SUPERVISORAS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)	135

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a infância pauta nas políticas públicas de países comprometidos com o seu futuro, sendo o cuidado com a primeira infância fundamental para o crescimento saudável das crianças, no qual influencia socioeconomicamente à população moderna (Esping-Andersen, 2007; Goodman e Sianesi, 2005; Heckman, 2006). Desenvolver políticas e programas que, se destinem a propiciar um desenvolvimento sadio na primeira infância faz parte das estratégias de governo independente de orientação político-partidária.

A primeira infância ganha destaque em pesquisas e estudos, como a neurociências na qual comprova que, nos primeiros anos de vida, o cérebro evolui aceleradamente, sendo, sobretudo, sensível às manifestações de uma criação valiosa e estimulante (KAGAN, 2013). É um assunto que merece atenção da população e dos políticos, investir em políticas públicas com foco na primeira infância traz em sua essência aspectos relevantes para uma nação, como a brasileira, que precisa buscar o desenvolvimento sustentável e a distribuição de riquezas, visando um futuro com equidade e bem-estar para seus cidadãos.

O relatório publicado pela UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância) em setembro do ano de 2020, compreendendo o que forma o bem-estar infantil em países ricos, no qual fazem parte 41 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e da União Europeia (UE), o país da Holanda ocupa o primeiro lugar no bem-estar infantil na tabela de classificação dos resultados, seguido pela Dinamarca e Noruega. A classificação do estudo baseia-se em três dimensões: bem-estar mental, saúde física, habilidades acadêmicas e sociais. A estrutura da pesquisa considera uma boa infância onde a criança tem uma experiência positiva na sua infância e uma perspectiva de um bom futuro (UNICEF, 2020).

A sociedade que prioriza o investimento nas crianças está investindo em um modelo mais equitativo de distribuição de renda e construção de um país mais forte e estruturado no futuro (IRWIN, SIDDIQI e HERTZMAN, 2007). O desenvolvimento infantil traz impactos sobre a economia que se prolonga até a vida adulta, principalmente com crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, essas tendem a desenvolverem-se menos do que o esperado em diversos aspectos cognitivos, como inteligência e capacidade de autorregulação emocional. (MCLOYD, 1998).

Acredita-se que apoiar o desenvolvimento da criança, especialmente na primeira infância, pode ser uma ferramenta poderosa para reduzir as disparidades sociais e econômicas (HECKMAN, 2006). Segundo Murillo, Grau e Valero (2020), as relações entre pessoas são

essenciais para o desenvolvimento da primeira infância e o efeito dessas interações excede as primeiras fases da vida, afetando o aprendizado e o desenvolvimento futuro nos níveis cognitivo, de comunicação, social, emocional e físico. Um dos destaques entre essa relação interpessoal são os cuidadores atentos que compreendem a importância de sua interação com a criança nos primeiros anos de vida, no qual prestarão cuidados que estimulem as trajetórias ideais de desenvolvimento da criança, que promovam seu funcionamento e participação na vida social no futuro (MURILLO, GRAU e VALERO, 2020).

Mustard (2010) afirma que os cuidados na primeira infância são essenciais para o desenvolvimento humano inicial e têm impactos importantes sobre o aprendizado escolar e na saúde física e mental por todo o período da vida. O autor ainda complementa que “um desenvolvimento inicial prejudicado afeta a saúde (física e mental), o comportamento e a aprendizagem na vida futura” (MUSTARD, 2010, p.1). Alguns aspectos do funcionamento familiar e experiências que ocorrem no início da vida podem colocar os indivíduos em uma situação diferente no ponto de partida afetando o funcionamento cognitivo várias décadas depois (LEE et al., 2000). Normalmente, mesmo na ausência de doenças, a vulnerabilidade pode afetar a saúde da criança, seu estado psicológico, social ou mental, impedindo-a de atingir seu potencial de desenvolvimento pleno (LU, BLACK e RICHTER, 2016).

De acordo com Venancio (2020), a magnitude do desenvolvimento na primeira infância foi assegurada nas metas dos objetivos na Educação de Qualidade da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e a Rede de Ação para o Desenvolvimento da Primeira Infância - formada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial de Saúde- sugeriu o “Modelo de nutrição de cuidados” (*Nurturing care model*) para estimular os países a investir em programas intersetoriais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018). Iniciativas como essa de cuidado no desenvolvimento da primeira infância, compõe uma estrutura de ajudar as crianças a sobreviver e prosperar para transformar a saúde e o potencial humano denotam a preocupação em torno do tema e sua relevância em nível mundial.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, que em 2021 completa 33 anos, define que é dever do Estado, família e sociedade assegurar às crianças, adolescentes e jovens com prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação entre outros, além de defendê-los de qualquer tipo de abuso, violência, atrocidade, exploração, preconceito e repressão. Assim como, prevê que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde com programas de prevenção e serviço especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente químico, amparo às crianças e adolescentes carentes por meio da prestação de

serviços da assistência social, garantia da educação infantil, em creche e pré-escola, para crianças até 5 anos (BRASIL, 1988).

Nessa esfera, em alguns estados brasileiros pode-se observar a presença de diversas políticas voltadas à primeira infância como: Primeira Infância Melhor-PIM, no Rio Grande do Sul; Programa Mãe Coruja Pernambucana, em Pernambuco; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil, no Ceará. É possível, ainda mencionar programas municipais, por exemplo, Programas São Paulo pela Primeiríssima Infância e São Paulo Carinhosa, na cidade de São Paulo; o Programa Família que Acolhe, em Boa Vista; Cresça com Seu Filho de Fortaleza. E por último, referindo-se ao âmbito federal, o Programa Criança Feliz - PCF, sendo programas específicos direcionados para os primeiros anos de vida, propostos pelas diferentes esferas do governo. Bem como legislações que promovem melhorias para esse público como Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Marco Legal da Primeira Infância, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O Programa Criança Feliz- PCF objeto desse estudo, teve como inspiração e referência o Programa Primeira Infância Melhor- PIM do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que o PIM é o programa pioneiro no Brasil em visitas domiciliares a crianças em situação de vulnerabilidade social. Após o Programa Primeira Infância Melhor, outros municípios e estados pelo país brasileiro seguiram na mesma direção evidenciando a relevância do Estado gaúcho, o PIM serviu como base já existente para expandir o Programa Criança Feliz. Conforme portal eletrônico oficial do PIM da Secretaria Estadual de Saúde- SES do Rio Grande do Sul: o Programa Criança Feliz veio ampliar e qualificar as ações do PIM com incentivos financeiros e materiais de apoio para as equipes (SECRETARIA DA SAÚDE, 2017).

A finalidade do PCF é promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. É uma iniciativa que envolve políticas públicas de diversos setores, ou seja, o programa é composto por ações na área da educação, assistência social, saúde, cultura e direitos humanos, assim denominado de intersetorialidade. As visitas domiciliares realizadas pelos visitantes nas casas das famílias de baixa renda beneficiárias e a intersetorialidade são pontos centrais do programa, sendo os agentes do programa essenciais para estimular e acompanhar as crianças e gestantes, assim como manter a conexão com as famílias beneficiadas.

O Programa Criança Feliz possui vários apoiadores como: Organização das Nações Unidas- ONU, Pastoral da Criança, Sociedade Brasileira de Pediatria, Fundação Bernard Van Leer da Holanda, Universidade de Montreal do Canadá e Fundação Maria Cecília Souto

Vidigal, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância- UNICEF Brasil, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD Brasil, Fundação Itaú Social, Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP.

A primeira infância está presente também em políticas de outros países, seja direcionada à educação, assistência social ou até mesmo projeto de avaliação do desenvolvimento de crianças em condições de pobreza como: projeto *Perry Preschool Study* e o programa *Head Start* do Estados Unidos, programa Chile Cresce Contigo, *Educare* e o famoso Kit Maternidade na Finlândia, *Forskola* (educação infantil) e cuidadores de crianças na Suécia, Benefício Infantil e Benefício Parental na Noruega, Programa Bom Começo e *aeioTU* –Fundação *Carulla* na Colômbia, *Skovbørnehave* na Dinamarca entre outros.

No Brasil, foi proposto o programa Criança Feliz (PCF), uma ação do Governo Federal Brasileiro tendo as visitas domiciliares como eixo central de sua execução, “que tem a finalidade de apoiar e acompanhar o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância e apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, p.7, 2018). O programa visa ainda: contribuir na prática da parentalidade, reforçar vínculos familiares e fortalecer a interação intersetorial entre as áreas de direitos humanos, saúde, assistência social, cultura e educação favorecendo o apoio às grávidas, crianças e suas famílias.

O PCF, em novembro do ano de 2019, venceu um dos maiores prêmios internacionais da área de educação: o *Wise Awards*, da Cúpula Mundial de Inovação para a Educação, sendo reconhecido internacionalmente como uma das seis iniciativas mais inovadoras do mundo no enfrentamento aos desafios globais de educação. O evento contou com mais de: cem países reunidos e dois mil especialistas, autoridades, influenciadores e educadores. Também teve 481 projetos inscritos guiados pelo lema: Desaprender, reaprender: o que significa ser humano? (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

Para tornar a proposta do Programa Criança Feliz viável, faz-se essencial a atuação de dois agentes: os supervisores e os visitantes. O supervisor é o profissional técnico com nível superior de preferência psicólogo, assistente social, pedagogo ou terapeuta ocupacional, sendo responsável por participar e auxiliar os visitantes no planejamento e elaboração do trabalho e nas visitas domiciliares, com reflexões e instruções. Com o apoio do supervisor, o visitante é contemplado como o executor, isto é, aquele que realiza as visitas nas residências das famílias

participantes do Programa Criança Feliz, reforçando que essas famílias são consideradas como o público central do PCF (BRASIL, 2017b).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), a população brasileira residente é de 209,5 milhões de pessoas sendo que 12,8% correspondem ao grupo de idade de 0 a 9 anos, 377 mil crianças e adolescentes brasileiras entre 5 a 13 anos encontram-se em situação de trabalho infantil. No ano de 2019, existem no país 56,4 milhões de pessoas que frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de escolarização foi de 35,6%, proporcional a 3,6 milhões de estudantes, entre as crianças de 4 a 5 anos a taxa foi de 92,9%, totalizando mais de 5 milhões de crianças. Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, 99,7% das pessoas frequentam a escola (IBGE, 2019).

Conforme dados informados em maio de 2020 pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos-MMFDH, foram registradas 28.045 denúncias de violência contra crianças e adolescentes pelo canal “Disque 100” entre os meses de janeiro e abril no ano de 2020. As denúncias referentes à violência sexual no sentido de abuso e exploração nos meses de janeiro 1.361, fevereiro 1.408, março 1.402 e abril 1.162 do ano de 2020, totalizando 5.333. Um dos motivos prováveis para a diminuição de denúncias no mês abril é o confinamento devido à COVID-19 que prioriza o isolamento social como forma de prevenção para não contrair o coronavírus (MMFDH, 2020). Sendo que a maioria dos casos ocorre no âmbito familiar, com isso o trabalho prestado pelos visitantes nas visitas domiciliares é significativo, sendo a visita domiciliar durante a gestação e na primeira infância uma estratégia apontada para diminuir o abuso e a negligência infantil (SEGAL, OPIE e DALZIEL, 2012).

Segundo dados atuais da ouvidoria nacional de direitos humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos- MMFDH, no período de janeiro a setembro do ano de 2021 houve no Brasil 75.575 denúncias de violências contra crianças ou adolescentes, 288.467 violações que são consideradas todo e qualquer fato que atende ou viole os direitos humanos de uma vítima, por exemplo, maus tratos, exploração sexual, tráfico de pessoas. As faixas etárias das vítimas são: recém-nascido até 90 dias- 570 denúncias, 1.769 violações; de zero a 1 ano- 4.135 denúncias, 13.870 violações; de 2 a 4 anos- 10.918 denúncias, 40.859 violações; de 5 a 6 anos -7.545 denúncias, 29.673 violações (MMFDH, 2021).

Frente ao cenário descrito, essa pesquisa busca estudar políticas públicas voltadas para primeira infância: o caso do Programa Criança Feliz no Rio Grande do Sul, a partir das perspectivas de seus agentes nos anos de 2020 e 2021. Para tanto, a pesquisa é baseada no modelo teórico Protocolo 5C de *Brynard* (2005), que são: Conteúdo (*Content*), Contexto (*Context*), Comprometimento (*Commitment*), Capacidade (*Capacity*), Clientes e Coligações

(*Clients and Coalitions*). Para análise foram consideradas as dimensões: Comprometimento, Capacidade, Clientes e Coligações, também considerado como o sexto C, segundo Brynard (2005), a comunicação que merece destaque pela sua importância e por integrar todas as outras variáveis.

Para efetuar a pesquisa foram selecionados os municípios de Dom Pedrito e Tenente Portela do Estado do Rio Grande do Sul, pois possuem maturidade espaço de tempo com mais de um ano de efetiva execução do Programa Criança Feliz sem integração com o Programa Primeira Infância Melhor-PIM. Os municípios de Veranópolis e Três Coroas também executam somente o Programa Criança Feliz, mas a aderência ao Programa é muito recente não tendo tempo suficiente para coletar os dados necessários da pesquisa.

A maior limitação decorrente da escolha efetuada foi o momento pandêmico mundial, devido às restrições de deslocamento para a realização das entrevistas. Desse modo, as entrevistas foram realizadas virtualmente conforme disponibilidade das agentes e respeitando o tempo de isolamento da agente do Programa Criança Feliz que testou positivo para o Coronavírus e o processo de seleção para supervisoras dos municípios Tenente Portela e Dom Pedrito.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DO ESTUDO

Os primeiros anos de vida de uma criança são fundamentais para seu desenvolvimento já que nessa fase são estabelecidas as bases das competências e habilidades nas dimensões sociais, emocionais, intelectivas e motoras do indivíduo (CRESPI, 2020). Observa-se que o desenvolvimento humano nesse período é acentuado e marcado pelo amadurecimento da estrutura física e do cérebro, assim sendo uma etapa de transformações significativas nas capacidades do sujeito. Por essa razão, Shore (2000, p. 26) certifica que a atenção inicial e o ensino recebido possuem “um impacto decisivo e de longa duração, na forma como as pessoas se desenvolvem, em suas habilidades de aprender, e em sua capacidade de regular as emoções”.

A infância é marcada muitas vezes por certas necessidades específicas, de vulnerabilidades, de extrema fragilidade às influências e ações externas como: pobreza, criminalidade, desigualdade e violência. Nesse sentido, Carrazoni (2018, p.74) afirma que: “o peso dos primeiros cuidados na formação do cérebro é alto e sob o ponto de vista da economia, atender com qualidade esses grupos é um bom negócio para os países”. Conforme Lei Federal nº 13.257/16, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, é

dever do Estado estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando garantir seu progresso pleno.

Assim, destaca-se o trabalho dos agentes envolvidos no Programa Criança Feliz, que para Montoya, Silvestre e Souto (2018, p.93) “os profissionais do programa aparecem como elementos fundamentais da implementação”. As autoras ainda salientam que “o visitador é um profissional com papel importante na atuação do programa, pois é quem realiza as visitas e sabe a realidade das famílias” (MONTROYA, SILVESTRE E SOUTO, 2018, p.94). Segundo site oficial do Ministério da Cidadania, em 2019, o projeto ganhou o prêmio de uma das seis iniciativas mais inovadoras do mundo no enfrentamento aos desafios globais de educação, sendo reconhecido mundialmente e considerado indicador de desenvolvimento infantil em municípios (BRASIL, 2020).

Atualmente, o atendimento presencial do Programa Criança Feliz retorna em alguns municípios depois de trabalhar de forma remota com adaptações de novas ferramentas digitais para realizar os atendimentos com as famílias beneficiárias, pois devido à pandemia as ações presenciais tinham sido restritas por questões de segurança. Cada família pode escolher atendimento remoto ou presencial, nos casos de famílias sem acesso à internet e sem celulares as visitadoras se deslocam até as residências com todo protocolo de segurança. Também é proporcionado novos cursos de capacitação online para os visitadores e parcerias para investimentos e construção de conteúdos e materiais para o programa, assim como debates de propostas no aprimoramento do programa, em assuntos relacionados com o monitoramento do Programa Criança Feliz, financiamento e modalidades alternativas para oferta de serviços (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Partindo-se do desafio que a administração pública enfrenta em oferecer uma política pública de primeira infância de qualidade com satisfação dos beneficiários e colaboradores e um bom desempenho de suas funções, surge o problema de pesquisa que motivou esse trabalho: Qual avaliação do Programa Criança Feliz a partir da percepção de seus agentes?

1.2 OBJETIVOS

De acordo com Oliveira (2011, p. 36) “o objetivo geral precisa dar conta da totalidade do problema da pesquisa, devendo ser elaborado com um verbo de precisão, evitando ao máximo uma possível distorção na interpretação do que se pretende pesquisar”. Conforme a mesma autora (2011, p. 37) “os objetivos específicos fazem o detalhamento do objetivo geral

e devem ser iniciados com o verbo no infinitivo”. Assim, para responder ao problema de pesquisa foi desenvolvido o objetivo geral e específico.

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar o Programa Criança Feliz, segundo a percepção dos seus agentes.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Investigar a qualidade dos elementos estruturais do Programa Criança Feliz;
- b) Apurar a organização dos serviços prestados aos beneficiários do Programa Criança Feliz;
- c) Analisar as variáveis do processo de interação dos agentes do Programa Criança Feliz com a família beneficiária, colegas de serviço e rede de assistência social;
- d) Averiguar o conhecimento operacional dos agentes do Programa Criança Feliz;
- e) Identificar como as variáveis (comprometimento, capacidade, coligações e comunicação) procedem em função dos diferentes resultados da implementação do Programa Criança Feliz.

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se baseada no atual cenário econômico, político e social do Brasil, onde os efeitos da pandemia agravam a situação das famílias menos favorecidas consequentemente das crianças. Conforme comprovam os dados expressivos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- 2019, referentes a pobreza que é maior entre as crianças no grupo de idade do zero até 14 anos de idade, tendência observada internacionalmente, 11,3% extremamente pobres e 41,7% pobres (IBGE, 2020).

Neste sentido, a proposta é fazer um estudo em torno da política pública voltada à primeira infância, em especial, do Programa Criança Feliz com avaliação de seus agentes sobre a realidade assistida durante suas experiências com as famílias e crianças beneficiárias. Também refletir a respeito dos resultados de uma política pública para o desenvolvimento de uma criança, família e sociedade. Sendo que, de acordo com Heckman (2012, p.1) “o desenvolvimento na primeira infância influencia diretamente os resultados econômicos, na saúde e sociais para os indivíduos e para a sociedade”. O autor ainda enfatiza que para

fortalecer a economia e reduzir déficits deve-se investir em recursos para o desenvolvimento de crianças em risco, assim como motivar suas habilidades cognitivas e caráter, pois é o desenvolvimento nos primeiros anos de vida que impulsiona o sucesso na escola e na vida (HECKMAN, 2012).

A avaliação de uma política pública tem um papel fundamental para o governo municipal, estadual ou federal no fornecimento de informações relevantes para orientar na tomada de decisão, na identificação dos erros, na melhoria dos processos de execução, no aperfeiçoamento dos procedimentos, na visão do futuro, na identificação dos resultados e efeitos gerados no público-alvo, conhecer a opinião dos usuários e agentes envolvidos. Segundo, Thoenig (2000) o uso da avaliação é norteado para a ação, sendo a sua prioridade fornecer conhecimento que seja utilizável.

Essa pesquisa identificará o perfil das visitadoras dos municípios de Dom Pedrito e Tenente Portela do Rio Grande do Sul, assim como a sua percepção referente: a realização profissional e reconhecimento, contribuição para resolução de problemas das famílias atendidas, interfaces do trabalho com a rede socioassistencial, materiais para realização das atividades propostas, conhecimento e experiências acumuladas durante sua experiência no Programa Criança Feliz. Também estudará a política pública voltada para primeira infância na percepção dos supervisores e assistentes sociais dos mesmos municípios em relação aos beneficiários, a interação, estrutura e organização do Programa Criança Feliz do Ministério da Cidadania. A escolha desses municípios deve-se ao fato que o Programa Criança Feliz apresenta uma maturidade na aderência e no desenvolvimento dos seus serviços e não funciona juntamente com o Programa Primeira Infância Melhor-PIM. Para reforçar o estudo, investigará a execução da política pública do Programa por meio das variáveis comprometimento, capacidade, coligações e comunicação do Protocolo 5Cs de Brynard (2005) e seus resultados.

De acordo com a classificação de Roesch (2009) esta pesquisa pode ser justificada conforme três critérios: importância, viabilidade e oportunidade. Sendo de extrema importância que todos os três critérios sejam satisfeitos para que os resultados obtidos sejam validados. Segundo este autor, a importância revela o motivo de estudar o tema escolhido, para quem o estudo deste tema é importante, por que o estudo desse tema é importante para a ciência e por que esse tema é importante para o pesquisador. A viabilidade está associada às possibilidades de acesso aos materiais para a concretização da pesquisa como: tempo, recursos: físicos, materiais, humanos. Em relação à oportunidade da pesquisa, Roesch (2009),

comenta que esse critério reflete se o estudo é apropriado para o período em que está sendo realizada a pesquisa, ou seja, se a pesquisa é oportuna nesse momento.

A importância dessa pesquisa está ligada à questão relevante da política pública voltada à primeira infância, tanto socialmente como economicamente. Destaca-se sua importância no estudo do processo de aperfeiçoamento na oferta de política pública e de governo orientados ao relevante segmento da sociedade nacional, a Primeira Infância. Referindo-se ao critério da viabilidade, obteve-se fácil acesso ao conjunto de documentos e de informações de campo dos trabalhos coordenados pela professora Doutora Luciana Battistella. Este estudo é considerado viável, pois não houve despesas para sua realização assim como o tempo foi suficiente para a execução do estudo.

Já, o quesito oportunidade salienta-se o momento crítico que o país e a sociedade vive, diante da Pandemia do COVID-19, bem como, os estudos que vem sendo empreendidos no Núcleo de Pesquisa da Professora Doutora Luciana Battistella. Ainda vale a pena evidenciar, a oportunidade de fazer parte do grupo de pesquisa do projeto: Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância, no qual foi executado no ano de 2020 pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), proporcionando meu crescimento intelectual e pessoal na análise de problema social relevante ao país, à UFSM e ao Programa de Mestrado de Administração Pública.

Para a academia, o presente trabalho não tem a intenção de esgotar o assunto, mas o intuito de oferecer uma contribuição sobre o assunto principalmente das políticas públicas voltadas para a primeira infância e, em especial, investigar o Programa Criança Feliz e a avaliação da qualidade do Programa Criança Feliz a partir da perspectiva dos agentes (visitadores, assistentes sociais e supervisores) do Programa.

2 POLÍTICA PÚBLICA: CONCEITOS E AVALIAÇÃO

A ideia em relação às políticas públicas é ampla, não possui uma teoria completa e estabelecida, mas envolve vários conceitos sobre o tema (GIANEZINI et al., 2017). De acordo com Agum, Riscado e Menezes (2015, p.16) “política pública é a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas”.

Smith e Larimer (2009, p.4), compreendendo essa pluralidade de definições que existe sobre o tema, confirmam que:

Não há definição de políticas públicas precisa e universal (...). Há uma visão comum de que as políticas públicas envolvem o processo de fazer escolhas e os resultados das escolhas; de que o que faz as políticas públicas realmente “públicas” é que essas escolhas se baseiam nos poderes coercitivos do Estado, e que, em sua essência, política pública é uma resposta a um problema percebido (Smith e Larimer, 2009, p.4).

Secchi (2014, p.1) considera política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [e] possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. O mesmo autor salienta que as políticas públicas tratam do conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões, no qual “a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI 2014, p.2).

Conforme Santos (2006) as políticas públicas correspondem à maneira com que o Estado procura resolver as necessidades coletivas. Pires (2017, p.1) defende que “as políticas públicas é o principal instrumento à disposição dos governos para enfrentar os problemas associados às desigualdades entre cidadãos, segmentos da população e unidades do seu território”. Souza (2006, p.26) complementa é o “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Por representarem as visões de mundo de quem controla a autoridade de decisão, as políticas públicas permanentemente dependerão de competências tal como a, organização, execução, redução de conflitos, negociação e, óbvio, interesse entre todos os sujeitos envolvidos de introduzir os assuntos na agenda política (AGUIAR, 2018). Assim, a centralidade à política pública foi acompanhada por mudanças nesse cenário, sendo que sua assumida importância tem exigido não apenas estudos de políticas públicas, mas também

pesquisas que subsidiem a formulação, a implementação e a avaliação de políticas (FARAH, 2016).

Para Trevisan e Bellen (2008) entender o êxito e o fracasso das políticas públicas estabelecidas é essencial para o melhor desempenho da Gestão Pública, uma vez que estas atuam completamente no planejamento governamental. As políticas públicas têm como objetivo suprir as necessidades da população, resolver problemas socioambientais, assegurar o crescimento sustentável, proporcionar a concorrência da economia e a estabilidade da autoridade nacional. A responsabilidade e complexidade desses desafios conseqüentemente a falta de recursos do Estado requer a utilização de procedimentos para definir as prioridades para destinação dos recursos disponíveis.

O interesse pela avaliação de políticas públicas ultimamente se destaca na Administração Pública, pois segundo Cunha (2018, p.28) é “um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo”. A autora ainda salienta que existem diferentes maneiras de executar uma avaliação, sendo uma delas a avaliação acadêmica, mais preciso, com interesse no estudo da realidade das políticas, seus efeitos e benefícios. Outra forma é a avaliação determinada durante o período de efetivação das políticas e programas do governo, com propósito na análise de sua eficiência e eficácia.

Bechelaine e Ckagnazaroff (2014) defendem que a análise das políticas públicas ou programas de avaliação, é um conjunto de instrumentos de pesquisa que vai além de detectar problemas e propor soluções, também aponta mudanças que poderão estimular melhorias às políticas e aos programas públicos. Para Serapioni (2016), o maior desafio da avaliação de políticas públicas é acordar apropriadamente, os métodos, as perguntas e as questões práticas e não defender somente um procedimento metodológico para todos os problemas.

Assim, ocorre a necessidade de se avaliar uma política pública de forma mais participativa e democrática, integrando a cooperação das pessoas relacionadas direta ou indiretamente à sua implementação. Vale ressaltar, a importância da preocupação de notar a complexidade tanto do processo de elaboração e implementação de uma política pública, quanto da sua avaliação, contemplando a experiência e formação dos diferentes sujeitos envolvidos nos resultados de uma iniciativa pública (SERAPIONI, 2016).

A avaliação de políticas públicas no Brasil chama atenção, pois além de excessivos problemas associados à corrupção e ao clientelismo, o país também enfrenta uma intensa dificuldade de descoordenação das ações públicas e privadas, isoladamente ou em conjunto, e

uma ausência de apoio entre os entes federativos tornando a administração pública um serviço de interesses pessoais. Assim, o aumento no interesse dos governos tem se direcionado, ao crescimento da efetividade, eficiência, *accountability* (responsabilidade) e desempenho da gestão pública, fortalecendo a agenda de estudos que concedem a gestores, produtores e implementadores de programas e políticas públicas novas perspectivas de trabalho (CUNHA, 2018).

Costa e Castanhar (2003), concluem que o maior desafio enfrentado para a propagação da realização da avaliação de projetos públicos é:

Encontrar formas práticas de mensurar o desempenho e fornecer ao responsável pela gestão dos programas sociais, bem como para os demais atores envolvidos, informações úteis para a avaliação sobre os efeitos de tais programas, necessidade de correções, ou mesmo da inviabilidade do programa (COSTA e CASTANHAR, 2003, p.987).

A avaliação é uma maneira de verificar o desempenho de programas, por essa razão é fundamental estabelecer medidas para a análise do resultado obtido, sendo chamadas de critérios de avaliações (COSTA e CASTANHAR, 2003). Baseados no manual da UNICEF Costa e Castanhar (2003, p. 973), citam os critérios mais comuns: “eficiência, eficácia, impacto (efetividade), sustentabilidade, análise custo-efetividade, satisfação do usuário, equidade”. Mediante estudos analisados por (SILVA, 2019) pode-se destacar alguns desses critérios, sendo os mais utilizados nas avaliações são: são eficiência, eficácia e efetividade. Conceituando-se como:

Eficiência como sendo a maneira de utilizar de forma racional os recursos disponibilizados, de ser competente na forma de realizar as coisas de forma correta; eficácia como o atingimento dos objetivos, das metas, dos resultados pretendidos; se alcançou as metas do programa, foi eficaz e efetividade como sendo eficiente e eficaz, quando consegue alterar o status quo da população-alvo, refere-se ao impacto provocado por uma ação pública (SILVA, 2019, p. 239).

Entretanto, a aplicação desses critérios necessita de operacionalização para identificar e quantificar os resultados atingidos, sendo que a operacionalização pode ser realizada por meio de indicadores (COSTA e CASTANHAR, 2003). Conforme Van Bellen (2004, p.6), “os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando com isso melhorar o processo de comunicação, o objetivo principal dos indicadores é o de agregar e quantificar informações de uma maneira que sua significância fique mais aparente”.

Escolhidos os critérios e os indicadores para serem aplicados, basta realizar as comparações com o referencial, ou seja, definir os padrões de referência. Costa e Castanhar (2003) classificam em:

Absolutos, as metas estabelecidas por um programa são consideradas como o padrão a ser alcançado e os desvios devem ser registrados e analisados; históricos, comparam resultados de um período com o obtido em períodos anteriores; normativos, comparam o desempenho de um programa com outros similares ou com programas semelhantes realizados em outros níveis de governo, região, ou no exterior; teóricos, são os estabelecidos na própria elaboração do programa, sob a hipótese da obtenção dos resultados esperados, dado os recursos disponíveis; negociados ou de compromisso, são aqueles que se baseiam em algum procedimento específico para sua fixação, geralmente decorrente de acordo entre as partes envolvidas na gestão de programa e os formuladores (COSTA e CASTANHAR, 2003, p. 975).

De acordo com Rodrigues et al. (2010, p.5) “um processo avaliativo deve contar com um método capaz orientar as atividades em todas as fases do programa, ou seja, deve basear-se na formulação de um bom planejamento”. Pode-se destacar três modalidades de avaliação: avaliação de metas, avaliação de processos e avaliação de impacto (GARCIA, 2001; CARVALHO, 2003; COSTA E CASTANHAR, 2003). As modalidades de avaliação de metas e de processos definem-se:

A avaliação de metas tem como propósito mensurar o grau de êxito que um programa alcança as metas previamente estabelecidas. As metas de um programa são os resultados mais imediatos que dele decorrem (número de pessoas atendidas em centros de saúde, número de horas de aula; número de leitos hospitalares). A avaliação de processo visa detectar defeitos na elaboração dos procedimentos, acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos de implantação dos programas, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados para sua reprogramação, através do registro de intercorrências e de atividades (TREVISAN e BELLEN, 2009, p.7).

Segundo Carvalho (2003, p. 186), a avaliação de impacto “é aquela que focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social”. Para Viana (1996) a avaliação de impacto, também pode ser chamada de avaliação de políticas, mede a efetividade da política. Já (Figueiredo e Figueiredo, 1986) afirma que a avaliação de impactos refere-se aos efeitos do programa sobre o público alvo.

Como tendências internacionais referentes à definição das estruturas metodológicas da avaliação de políticas públicas merece destaque as instituições multilaterais, que têm papel fundamental na priorização e definição dos métodos de avaliação das políticas públicas, por exemplo, o Banco Mundial- BM e a Organização das Nações Unidas- ONU (RAMOS e SCHABBACH, 2012). O Banco Mundial adota como ferramenta de avaliação o modelo do Quadro Lógico (*Logical Framework*), desde 1994, designada para ajudar a conceituação, o esboço, o desempenho e a avaliação de projetos.

Para Pereira (2015) o modelo do Quadro Lógico merece destaque pelo modo como auxilia, desde o começo da elaboração do projeto, a focar o objetivo, a alcançar e a formar

condições de gerenciar com clareza a eficiência, eficácia e efetividade do projeto, além das ameaças externas para a sua realização. Pfeiffer (2000, p.82-3), destaca que:

O Quadro Lógico (ou Matriz Lógica) é uma matriz que é elaborada sucessivamente num processo de estruturação daqueles elementos considerados os mais importantes de um projeto e que permitem a sua apresentação sistemática, lógica e sucinta. O que sempre tem que anteceder o planejamento de um projeto é uma análise do que se deseja mudar com a intervenção, de modo geral, uma situação-problema (PFEIFFER, 2000, p. 82-3).

A ONU é uma instituição importante na definição de critérios de avaliação, por meio “de suas agências, a instituição estabelece as diretrizes dos programas a serem avaliados. Destaca-se, nesse sentido, a metodologia recomendada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para avaliação dos programas da área” (RAMOS e SCHABBACH, 2012, p.1283). As autoras ainda citam outro destaque quanto à avaliação no contexto internacional é “a Agenda pela Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, movimento apoiado por governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, agências multilaterais de cooperação e organizações privadas de financiamento” (RAMOS e SCHABBACH, 2012, p.1284).

Na Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento (2005), Ministros de países desenvolvidos e em desenvolvimento responsáveis pela promoção do desenvolvimento, e Diretores de instituições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento identificaram indicadores de progresso para uma ajuda mais eficaz: Harmonização, Alinhamento, Apropriação, Prestação de Contas/Responsabilização Mútua e Gestão orientada para Resultados. Os participantes citados acreditam que é “necessário um aumento significativo da eficácia da ajuda para apoiar os esforços empreendidos pelos países parceiros, no sentido de reforçarem a governação e melhorarem os resultados obtidos na implementação do desenvolvimento” (BRASIL, 2005, p.1).

O Projeto Fortalecimento da Função Avaliativa na América do Sul do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) busca investigar os avanços na área da avaliação, proporcionar o intercâmbio de experiências relacionadas à gestão pública, especialmente entre Brasil, Argentina e Chile, procura divulgar informações sobre a avaliação como componente da gestão pública (RAMOS e SCHABBACH, 2012). Os três países elegem um de seus organismos públicos para envolver com questões referentes ao projeto: “no caso argentino, o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento de Programas Sociais (Siempre)/Secretaria de Desenvolvimento Social; no caso do Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e, no caso do Chile, o Ministério de Planejamento e Cooperação (Mideplan)” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2002, p.11).

Para Silva e Silva (2008), a definição do método de avaliação das políticas públicas depende de diversos fatores, como: do modelo da política que espera desenvolver, seu propósito, seus objetivos, questões que pretende responder com a avaliação, recursos disponíveis, tempo disponível para realizá-la e a preferência do avaliador. A autora ainda salienta três aspectos essenciais e básicos para a metodologia da avaliação de políticas e programas sociais: “identificação de problemas e controvérsias apontadas nesse campo do conhecimento, os modelos utilizados na avaliação das políticas e programas sociais, os métodos e as técnicas usuais” (SILVA e SILVA, 2008, p.140).

De acordo com Souza (2006) foram vários os modelos explicativos desenvolvidos no campo da política pública para compreender melhor de que modo e por que o governo realiza ou deixa de realizar determinada ação que irá refletir na vida da população. Existe uma diversidade desses modelos para analisar as políticas públicas, no quadro 1 é mapeado os principais.

Quadro 1 - Modelos de formulação e análise de políticas públicas

(continua)

Modelo	Características
Incrementalismo	As políticas públicas não iniciam do zero, mas de decisões marginais e incrementais que ignoram modificações políticas ou substantivas nos programas públicos. A visão do incrementalismo é de que as medidas adotadas no passado embarçam decisões futuras e limitam a competência dos governos de exercer políticas públicas novas ou de reverter a direção das políticas atuais.
O tipo da política pública	A política pública faz a política, ou seja, cada modelo de política pública vai achar distintas formas de ajuda e de negação e as disputas ao redor de sua decisão atravessam por arenas diferenciadas.
Ciclo de políticas públicas	Enxerga a política pública como um ciclo deliberativo, formado por diversos estágios e criando um processo criativo e de aprendizado. O ciclo da política pública é formado pelos estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.
Modelo “garbage can” (lata de lixo)	As seleções de políticas públicas são efetuadas como se as opções estivessem em uma “lata de lixo”, isto é, existem muitos problemas e poucas soluções. As soluções não seriam calmamente analisadas e necessitariam do conjunto de soluções que aqueles que decidem tem no instante.
Coalizão de defesa	Vê a política pública como um conjunto de subsistemas parcialmente constantes, que se articulam com os casos externos, os quais dão os padrões para os recursos e constrangimentos de cada política. Defende que crenças, valores e concepções são significativas dimensões do processo de criação de políticas públicas.
Arenas sociais	Vê a política pública como uma iniciativa dos denominados empreendedores políticos ou de políticas públicas. Acredita que para uma determinada situação ou evento vire em um problema, é necessário que as pessoas tenham a convicção de que algo precisa ser feito.
Equilíbrio interrompido	A política pública tem como característica extensos períodos de estabilidade, bloqueados por períodos de instabilidade que criam alterações nas políticas anteriores. Esse modelo permite compreender o motivo pelo qual um sistema político pode proceder tanto de forma incremental como atravessar períodos de alterações mais radicais nas políticas públicas.

Quadro 1: Modelos de formulação e análise de políticas públicas

(conclusão)

Modelo	Características
Influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal	A eficiência tornou-se perceptível como o principal objetivo de toda política pública, associada ao valor do elemento confiabilidade e à representação das políticas públicas para organizações com “independência” política.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Souza (2006).

Podem-se citar ainda dois modelos de avaliação de políticas públicas: o modelo tradicional e pluralista. Segundo Tinoco, Souza e Oliveira (2011, p. 4) “A avaliação tradicional é considerada uma avaliação técnica, enfatiza os efeitos da política, mediante pesquisa do sistema causal que busca explicar o seu funcionamento”. A avaliação pluralista é “uma construção coletiva na qual os diversos atores envolvidos julgarão a pertinência da ação estatal e não observarão simplesmente se os efeitos da mesma estão de acordo com os objetivos iniciais” (TINOCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011, p.6).

No processo de avaliação de uma política pública pode-se definir como um corte de investigação vários momentos, sendo que a implementação é considerado um deles onde se localizam inúmeros elementos de gestão e direção do programa (ARAÚJO, 2012). Para Frey (2000) a implementação de políticas é a fase do ciclo de políticas cujo interesse da análise política refere-se em particular ao fato de que frequentemente os resultados e efeitos reais de algumas políticas não correspondem aos impactos planejados na fase da sua elaboração.

Um dos modelos de implementação é o protocolo 5C de Brynard, adotado para ajudar e incrementar no processo dessa pesquisa. Brynard (2005) propõe cinco variáveis críticas para estudar a implementação de políticas, ou seja, para compreender melhor a implementação. O autor defende que a implementação não é apenas influenciada por vários atores, ela opera em vários níveis nacional, providencial, local ou até internacional. Considera a implementação uma evolução onde as políticas são continuamente transformadas pelas ações que alteram ao mesmo tempo os recursos e objetivos.

As cinco variáveis interligadas e influenciadas uma pelas outras são: *Content* – conteúdo da política em si; *Context* – a natureza do contexto institucional; *Commitment* – o comprometimento dos responsáveis pela implementação; *Capacity* – a capacidade administrativa dos implementadores; e *Clients e Coalitions* – o apoio dos clientes e coligações. Brynard (2005) destaca além do protocolo 5C a importância da comunicação na implementação de políticas sendo considerada a sexta variável e parte integrante de todas as variáveis, sendo cada uma delas descritas discriminadamente a seguir:

- a) *Content* (o conteúdo da política em si): refere-se ao conteúdo da política, é a escolha dos meios, metas e ações para atingir os objetivos. Destaca-se aqui três fatores relevantes: (1) os objetivos – o que a política se propõe a fazer; (2) a teoria causal embutida – como problematizar a questão que tem a intenção de tratar; e (3) os métodos – como pretende resolver o problema percebido;
- b) *Context* (contexto institucional): é o ambiente organizacional em que a política é executada. Incluem aspectos sociais, econômicos, políticos e legais pertinentes às instituições. De acordo com Brynard (2005), o cenário está relacionado aos fatores culturais, sociais e econômicos referentes à instituição, sendo geralmente os fatores ambientais o elemento com maior aproximação do contexto institucional;
- c) *Commitment* (comprometimento dos responsáveis): referente a este protocolo a discussão dos autores concentra-se nas abordagens *top-down* e *bottom-up*. Para a abordagem *top-down*, segundo Brynard (2005) o compromisso é composto principalmente pelo conteúdo da política e por sua competência, sendo que ambos podem ser controlados do “topo”. O comprometimento, na perspectiva *bottom-up*, é influenciado demasiadamente pelo ambiente institucional, clientes e coligações, mesmo sofrendo influência do conteúdo e da capacidade;
- d) *Capacity* (capacidade administrativa, recursos): diz respeito aos recursos ou à capacidade administrativa, envolve todo o potencial institucional como: carga de trabalho, capacitações, disponibilidade dos funcionários, qualidade das instalações, suficiência de recursos materiais, tempo e recursos humanos disponíveis para a implementação de dada política. Brynard (2000) considera essa dimensão uma das mais difíceis de verificar, no qual a sua avaliação deve ser realizada pela instituição;
- e) *Clients e Coalitions* (clientes e coligações): esse protocolo está mais relacionado à abordagem *bottom-up*, considera o público-alvo e atores internos e externos, conforme defende Brynard (2000) primeiramente deve-se fazer uma identificação criteriosa, isto é, determinar os clientes e as coligações potencialmente influentes não deixando de fora os atores-chaves;
- f) *Communication* (comunicação): Brynard (2005, p.21) ressalta a relevância da comunicação como variável: “a comunicação é parte integrante de todas as variáveis, mas também merece destaque pela importância da comunicação”. Além do protocolo 5C, a comunicação poderia ser facilmente considerada como uma variável, ou seja, o sexto “C” no protocolo de implementação.

Brynard (2005) salienta a importância destas variáveis e o nível de interligações entre elas, provavelmente os cinco irão agir juntos muitas vezes ao mesmo tempo sinergicamente e qualquer mudança que ocorra em um produzirá mudanças nos outros, essa comunicação entre as variáveis geram um desafio e uma oportunidade. O autor ainda destaca que o protocolo 5C interligado acarreta em não ver a implementação como uma atividade para ser planejada e efetuada de acordo com um plano predeterminado cuidadosamente, mas é um processo que só pode ser administrado conforme lições aprendidas conforme avanço das diferentes etapas de implementação (BRYNARD, 2005).

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA

Os cuidados na primeira infância são essenciais para o desenvolvimento integral da criança, o neurocientista Jack Shonkoff, concluiu em suas pesquisas que: a partir da gravidez e na primeira infância, os ambientes em que a criança vive, aprende e a qualidade de suas relações com adultos tem alto impacto em seu crescimento cognitivo, emocional e social (SHONKOFF, 2016). Ainda ressalta que o primeiro ano de vida é um período de intensa aprendizagem do nenê e as suas experiências, a segurança, a confiança nas situações favoráveis do ambiente são tão ou mais significativas do que as características genéticas.

O Brasil, sendo um país de desigualdades sociais e ainda com uma taxa de pobreza extrema em alta, necessita de políticas de qualidade voltadas para o cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade social (VIANA, 2012). Essas políticas públicas visam melhorar o desempenho econômico futuramente e assim romper a reprodução de gerações pobres, segundo Lisboa (2006) a ausência de investimento na primeira infância ocasiona o crescimento da violência doméstica, a corrupção, assaltos, sequestros e até mesmo assassinatos. Ainda, o autor garante que o investimento na primeira infância é a única ferramenta matriz de transformações no atual contexto de desigualdades e violência.

A primeira infância é uma fase rica em desenvolvimento e potencialidades, mas ao mesmo tempo é um período sensível que requer cuidados e investimentos. Crespi (2020, p.35) declara que “os investimentos públicos brasileiros destinados à Primeira Infância, visam alcançar resultados que poderão ecoar na vida das crianças e na própria sociedade por muito tempo”. Dada a relevância dos primeiros anos de vida, das políticas públicas voltadas à primeira infância e dos investimentos destinados para esse fim, pode-se destacar que os “recursos bem investidos nesta fase geram retornos socioeconômicos expressivos no futuro de

uma sociedade, e por isso vários países já estabeleceram que este assunto deve ser tratado como prioridade absoluta” (BARRETO, 2019, p.12).

3 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS VOLTADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL

No Brasil, os direitos das crianças basicamente são assegurados por uma série de leis, nos quais pode-se destacar a própria Constituição Federal de 1988, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 89 (promulgada em 90) e o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990). No artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, destaca-se as garantias dos direitos da criança, no qual foi alterado no ano de 2010 por meio da emenda constitucional nº 65, sendo acrescentado os interesses com o jovem além da criança e adolescente.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No ano de 1989, o Brasil aprovou em conjunto com 191 países, a Convenção sobre os Direitos da Criança consentida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no qual integram as metas do UNICEF (O Fundo das Nações Unidas para a Infância) que é um órgão das Nações Unidas que tem pôr objetivo proporcionar a proteção dos direitos das crianças, sendo que recebeu da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU o mandato de defender e amparar as garantias das crianças e adolescentes, ajudar nas suas necessidades básicas e criar caminhos para que consigam seu potencial absoluto.

Em 1990, é sancionada a Lei 8.069 que instaura o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, na percepção jurídica esse regulamento é uma mudança significativa referente a infância. Foi por meio do ECA que realmente passou-se a reconhecer legalmente crianças e adolescentes, como indivíduos de direito que se deparam em situações específicas e diferentes de crescimento e formação. O ECA despertou a criação de políticas públicas direcionadas a esse público específico, vale destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente fortalece a Doutrina da Proteção Integral, inserida pela Constituição Federal de 1988.

A implantação do ECA é um marco legal para o desenvolvimento do direito das crianças e dos adolescentes no país. Dessa forma, o Brasil passou a adotar um novo modelo de método referente aos assuntos relacionados à proteção dos direitos de crianças e adolescentes, direitos e garantias fundamentais das crianças e adolescentes com absoluta

prioridade, e assegura a responsabilidade dividida entre Estado, família e sociedade, na defesa de uma infância e adolescência íntegras, saudáveis e protegidas.

O Estatuto pressupõe a formação de um Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Infância e da Adolescência em cada município do Brasil, com objetivo de determinar a política municipal de atendimento e realizar a fiscalização das entidades que a desempenham. Assim, foram criados os Conselhos Tutelares, órgãos encarregados pelo atendimento dos casos em que acontece a desobediência dos direitos da criança e do adolescente. O conselho tutelar nasceu no dia 13 de julho de 1990 junto com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069.

Os Conselhos Tutelares no Brasil são órgãos municipais determinados a zelar pela execução dos direitos da criança e do adolescente, conforme definido no Estatuto da Criança e do Adolescente. É competência do conselheiro tutelar fiscalizar se a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público estão assegurando com absoluta prioridade a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, como enfatiza Kaminski (2004, p.138):

O Conselho Tutelar não é um pronto-socorro, mas é aquele que cobra, pela utilização de medidas administrativas e promoções judiciais, as responsabilidades de existência e da disponibilidade dos prontos-socorros necessários para assegurar com absoluta prioridade o atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes como previsto no Estatuto.

Nesse avanço na Legislação Brasileira, no qual garante os direitos das crianças, destaca-se no ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira (LDB 9394/96), na qual coloca a Educação Infantil em evidência no Artigo 29, em relação à importância social. Com a alteração da LDB- Lei nº 12.796 de 2013, o atendimento disponibilizado às crianças de até 5 (cinco) anos passou a denominar-se Educação Infantil, que constitui o primeiro degrau da Educação Básica e tem como propósito o desenvolvimento pleno da criança, em seus aspectos físico, intelectual, social, e psicológico, agregando a ação da família e da sociedade.

Em 2011, se fortaleceu a Assistência Social no Brasil com a aprovação da Lei nº 12.435, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, com objetivos de proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes entre outros. No qual, instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sendo que as ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

O SUAS prevê a implantação de unidades públicas: o CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, em todo o território nacional. Estes centros articulam uma rede de proteção social básica, atendendo a população que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social e o CREAS – Centros de Referência Especializado de Assistência Social, para desenvolver ações com pessoas e famílias que tiveram seus direitos violados. Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instauradas no sistema do SUAS, no qual possuem conexão com as demais políticas públicas e promovem, coordenam e oferecem os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

No país o termo Primeira Infância iniciou a ganhar destaque a partir do ano de 2010, quando a Rede Nacional Primeira Infância apresentou o Plano Nacional pela Primeira Infância, que propôs, para um período de doze anos, ações amplas e estruturadas de promoção e realização dos direitos da criança de até seis anos de idade. No Plano Nacional pela Primeira Infância estão delineadas as diretrizes gerais, os objetivos e as metas que o país deverá realizar para garantir os direitos da criança certificado pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e por demais leis relacionadas que se aplicam a diferentes setores como educação, saúde, assistência entre outros.

Outra diretriz de extrema relevância para o Programa Criança Feliz é o Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257/16, no qual possui várias diretrizes para a realização de políticas públicas merecendo destaque os programas de atendimento domiciliar, de participação infantil, de direitos de brincar e de formação de profissionais. Conforme esta Lei considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos, essa lei coloca o Brasil em um lugar de destaque em relação a garantia dos direitos positivos, especialmente referente a oferta do desenvolvimento infantil pleno.

No estado do Rio Grande do Sul, o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), foi instituído pela Lei Estadual nº 12.544/06 como parte integrante da Política Estadual de Promoção e Desenvolvimento da Primeira Infância, a ser implementado pelo Estado em parceria com os Municípios. No qual foi atualizada no ano 2014 pela Lei Estadual nº 14.594, o PIM tem por finalidade a promoção do desenvolvimento integral da criança, da gestação aos 5 (cinco) anos de idade, com ênfase no período gestacional e na faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos, complementando a ação da família e da comunidade. O PIM é um dos projetos que tem prioridade na Secretaria Estadual da Saúde (SES) do estado, além de fazer parte dos programas estratégicos do Governo do Estado, serviu de inspiração para a formação do Programa Criança Feliz.

Conforme Lei Estadual nº 14.594/14, a Secretaria da Saúde exerce a coordenação geral do PIM, com colaboração das demais Secretarias. No âmbito dos Municípios, o PIM é coordenado pelos órgãos da administração municipal responsáveis pelas áreas da saúde, da educação e da assistência social. O Programa Primeira Infância Melhor-PIM tem objetivo de orientar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças, da gestação aos 5 (cinco) anos de idade, sendo que esse desenvolvimento total de que se trata deverá abranger os aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

No ano de 2016, mediante Decreto nº 8.869/16 foi instituído o Programa Criança Feliz-PCF e logo alterado pelo Decreto nº 9.579/18 de caráter intersetorial, com o propósito de proporcionar o desenvolvimento total das crianças na primeira infância, levando em consideração sua família e sua situação de vida. O Programa Criança Feliz-PCF atenderá grávidas, crianças de até três ou seis anos e suas famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família, por meio das visitas domiciliares periódicas com profissionais capacitados, em conjunto com ações complementares que apoiem gestantes e famílias e favoreçam o desenvolvimento da criança na primeira infância.

O Programa Primeira Infância Melhor tornou-se política pública mediante Lei Estadual n.º12.544 no ano de 2006, o PIM é considerada uma política pública precursora no Brasil, promove o cuidado às famílias com gestantes e crianças até 6 anos de idade, com uma situação de vulnerabilidade social maior. É uma ação transversal desenvolvida mediante visitas domiciliares realizadas por profissionais qualificados e treinados, essas visitas ocorrem toda semana às famílias em condições de risco e vulnerabilidade social, sendo efetuado um trabalho de conscientização sobre a importância dos cuidados com a primeira infância, no qual é um constante desafio para a equipe do projeto.

Em 2018, o PIM completou 15 anos de trajetória como uma política pública de saúde reconhecida e implantada em 247 municípios gaúchos. Serviu de Inspiração para o Programa Criança Feliz-PCF, do Ministério do Desenvolvimento Social, e como modelo para a implantação de iniciativas similares em outros estados brasileiros. Nos 15 anos de trabalho no estado do Rio Grande do Sul-RS (ano 2018), os nove mil visitantes atenderam mais de 200 mil famílias, 250 mil crianças e 48 mil gestantes (SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, 2018).

Conforme dados oficiais do site da Secretaria Estadual de Saúde- Primeira Infância Melhor, no mês de março do ano de 2020 conforme a estimativa de atendimento o PIM possui: 236 municípios habilitados, 2.662 visitantes habilitados, 53.240 famílias atendidas,

7.986 gestantes atendidas, 58.564 crianças atendidas. A situação atual do PIM conforme estimativa de atendimento referente dados de agosto de 2021 possui: 228 municípios habilitados, 2.608 visitantes habilitados, 52.160 famílias atendidas, 7.824 gestantes atendidas e 57.376 crianças atendidas. Diante de um serviço direcionado a orientação com as famílias, com base em sua cultura e experiências, para que proporcionem o desenvolvimento pleno de suas crianças desde a gestação até os seis anos.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA EM OUTROS PAÍSES

Os estudos relacionados a programas, projetos e políticas públicas voltadas à primeira infância sobre os benefícios e direitos universais a uma educação infantil de qualidade vêm provocando discussões ao redor do mundo em relação aos padrões desta categoria de educação e seus resultados em diversos países. Neste caso, como a Finlândia, entre outros países como: Finlândia, Suécia, Noruega, Estados Unidos, Chile, Colômbia e Dinamarca descritos abaixo no Quadro 2, destaca-se por preservar políticas de beneficiamento às famílias e crianças que consistem na ação evidente de união das forças do Estado e das famílias.

Quadro 2 - Exemplos de políticas públicas em atenção à primeira infância em outros países

(continua)		
Países	Principais indicadores	Exemplos
Finlândia	- possui grandes investimentos públicos na área da primeira infância - melhor país do mundo para morar - o Estado finlandês garante a todas as crianças oportunidades e condições iguais para um aprendizado gratuito e de qualidade.	<i>Educare</i>
Suécia	- os cuidados com a primeira infância começa com o Serviço Social e Educativo financiado com verbas públicas. - existe na esfera municipal cuidadores de crianças	<i>Forskola</i>
Suécia	- não tem creches apenas educação infantil, é possível porque os pais podem estar presentes inteiramente com seus filhos recém-nascidos até completarem pelo menos a idade de 1 ano e 4 meses.	<i>Forskola</i>
Noruega	- mulheres grávidas têm direito a consultas para exames regulares de saúde durante a gravidez (pré-natal) - pais noruegueses dispõem de uma assistência financeira (benefício parental) que visa segurar aos pais uma renda com ligação ao nascimento ou adoção de uma criança. - a criança que nasce na Noruega, a mãe recebe automaticamente o direito ao benefício infantil aproximadamente dois meses depois do nascimento da criança.	<i>Svangerskapskontroll</i>

Quadro 2 - Exemplos de políticas públicas em atenção à primeira infância fora do Brasil

Países	Principais indicadores	Exemplos
Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> - oferece serviços educacionais, sociais, nutricionais e de saúde para crianças entre 3 e 5 anos de idade e suas famílias de baixa renda. - exerce uma atuação ampla para o fortalecimento do aprendizado e o desenvolvimento infantil - O aperfeiçoamento da educação é um dos elementos que mais interfere na qualidade de vida da sociedade. 	<i>Head Start</i>
Chile	<ul style="list-style-type: none"> - sistema de acompanhamento do caminho do desenvolvimento integral das crianças, desde a gestação até seu ingresso no sistema educativo. - práticas intersetoriais integradas de serviços que atendem às carências das pessoas como: saúde priorizando os mais necessitados, proteção no trabalho, benefícios e apoio social. - estrutura de implementação com equipes do nível nacional por programas estaduais e municipais. 	<i>Chile Cresce Contigo</i>
Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> - famílias são atendidas por equipes interdisciplinares, desde a gestação até os dois anos de idade da criança. - o atendimento para as crianças com idades superiores a dois anos, é realizado por meio de Creches articuladas como serviços de Primeira Infância no território, com espaços estéticos, de qualidade. - realiza visitação familiar e começa a acompanhar as crianças desde a barriga da mãe. 	<i>AeiTU - Fundação Carulla</i>
Dinamarca	<ul style="list-style-type: none"> - sistema educacional consolidado de atenção infantil para crianças de 6 meses aos 6 anos de idade com um propósito social e de cuidado, sendo que nas creches dinamarquesas a vida ao ar livre tem prioridade máxima - educadores precisam estar comprometidos e interessados, devem criar energias nos espaços e um clima de leveza e alegria, ou seja, o valor central é ser um educador participativo. - escolas florestais é um tipo de educação realizada ao ar livre geralmente na floresta. 	<i>Skovbørnehave</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Na sequência, o texto apresenta detalhadamente o Quadro 2:

- Finlândia

A Finlândia é um país pioneiro na criação de programas destinados à primeira infância, também possui grandes investimentos públicos nesta área, sendo referência na educação, melhor país pequeno do mundo para morar e de alta renda enfim a Finlândia é o melhor país do mundo para morar. Assim, tornou-se um exemplo ideal de como um modelo educativo para todos, inclusivo e desenvolvedor da igualdade, é suporte para uma sociedade de sucesso para cada um e para todos (SAHLBERG, 2015). O mesmo autor enfatiza que o Estado de bem-estar social finlandês desempenha um papel crucial para o sucesso do modelo, ao garantir a todas as crianças oportunidades e condições iguais para um aprendizado gratuito e de qualidade.

Há três modalidades de serviços de atenção à primeira infância na Finlândia, para pré-escolares são: creche municipal, cuidados privados na creche ou auxílio parcial para

assistência domiciliar. Os serviços de creche municipal objetivam conciliar ensino e atenção aos alunos pré-escolares, desde o fim da licença parental até o momento em que a criança atinge sete anos e deve ser destinada para a escolarização obrigatória. Este modelo, também é conhecido como *Educare*, não é comum em todos os países da Europa e surgiu na Finlândia em razão das necessidades apontadas pelos filhos de pais que trabalham o dia todo (FINLAND, 2006).

Todas as crianças abaixo da idade escolar têm direito a este serviço. Para isso, não precisa que os pais da criança estejam empregados, expandindo deste modo este benefício a filhos de pessoas que não possuem trabalho remunerado, por exemplo, donas de casa. A renda familiar também não baseia critérios de inclusão para conseguir vagas nos centros de educação e cuidado infantil, mas as famílias usuárias colaboram com o serviço mensalmente com valores que diversificam conforme sua faixa salarial, sendo que famílias de baixa renda são integralmente isentas de despesas.

Os cuidados privados na creche é um auxílio-creche particular, o município pode pagar auxílio-creche particular para fornecer cuidar de uma criança em idade escolar residente na Finlândia, seja para uma cuidadora particular escolhida pelos pais ou uma creche particular. Isso pode ser pago a partir do final do período de subsídio parental até a criança atingir a idade escolar, é interrompido se a criança for transferida para uma creche municipal. O auxílio-creche é disponível para famílias com filhos menores de três anos de idade que não está em creche municipal, também é paga para outras crianças na mesma família que são menores de idade escolar e não estão em creche municipal.

Já, o auxílio parcial para assistência domiciliar a família tem direito a auxílio parcial para assistência domiciliar quando um dos parentes trabalham menos horas do que o normal devido ao cuidado infantil, o subsídio é pago a um pai ou mãe que trabalha com uma criança com menos de três anos, ou uma criança no primeiro ou segundo ano de escola, se a média semanal dos pais de tempo do trabalho for inferior a 30 horas, devido ao cuidado infantil. A maioria das famílias faz uso de todos os tipos de cuidados com apoio público antes seus filhos chegam à idade escolar. Primeiro, as crianças são cuidadas em casa com a ajuda do subsídio parental, a maioria das famílias depende da ajuda de custo pelo menos por um tempo, e depois os filhos vão para creches municipais ou creches familiares, ou a família organiza creches com ajuda do auxílio creche particular.

Vale enfatizar, que há mais de 80 anos o kit maternidade faz parte da vida de todas as novas mães da Finlândia elas têm o direito a esta caixa que possui roupinhas de nenê, produtos de cuidados e acessórios, oferecendo a cada criança a chance de um começo de vida

favorável, além de apoiar os pais a aperfeiçoarem seu novo dever. Esse benefício iniciou no ano de 1938, quando o governo inseriu uma bolsa-maternidade com valor financeiro, para contribuir na diminuição da mortalidade infantil e na queda das taxas de natalidade. Para ter direito ao benefício, as mulheres grávidas precisam frequentar às consultas na clínica de pré-natal, o custo médico e educacional destas visitas mantém-se estreitamente relacionado ao conceito do kit maternidade. A Finlândia é um país com uma das taxas de mortalidade infantil e materna mais baixas do mundo (PENNANEN, 2018).

- Suécia

Outro país destaque na educação e cuidados na primeira infância é a Suécia, pois ocupa a primeira posição entre os países que possuem as melhores políticas para as famílias, de acordo com Henrietta Fore, diretora-executiva do Unicef-Fundo das Nações Unidas para a Infância, não existe um momento mais crítico para o desenvolvimento cerebral das crianças e, portanto, de seu futuro, do que nos primeiros anos de vida (FORE, 2019). Na Suécia os cuidados com a primeira infância começa com o Serviço Social e Educativo financiado com verbas públicas, associa-se com a política de isonomia de gênero e de amparo à família desde a gestação da mãe, os recém-nascidos e crianças de até três anos de idade. Os serviços de atenção à criança, externos ao lar, dão início com as crianças de um ano, visto que as crianças com idade inferior desta são cuidadas no lar por seus próprios pais, que são beneficiários de um sistema de aprovações que o governo concede aos novos pais (BRASIL, 2016).

Depois de completar um ano de idade, no qual coincide com período final do tempo de licença para os pais remunerada, o bebê na Suécia pode comparecer ao que diríamos ser a nossa pré-escola ('forskola', também conhecida coloquialmente como 'dagis'), que é fortemente subsidiada pelo estado sueco, mas não é obrigatória para as crianças até 6 anos de idade. Agora, a partir dos 6 até os 16 anos a escola é obrigatória e gratuita para todas as crianças suecas, sendo dividida em diferentes estágios centrada nos Direitos das Crianças para aprender a se desenvolverem. Na Suécia, não tem creches apenas educação infantil (forskola), sobretudo isto é possível porque as famílias suecas podem se beneficiar da licença parental, sendo assim os pais podem estar presentes inteiramente com seus filhos recém-nascidos até completarem pelo menos a idade de 1 ano e 4 meses (BRANDÃO, 2019).

Outro quesito importante na Suécia é o desenvolvimento sustentável que significa a responsabilidade dividida e a solidariedade entre as gerações, entre mulheres e homens, entre pessoas e países. O estudo do desenvolvimento sustentável divide-se em três dimensões: ecológica, econômica e social e deve iniciar na primeira infância, baseando-se no cuidado da

água, da eletricidade, reciclagem, cuidar e proteger o meio ambiente e as árvores; atuar, reprovar e encontrar; sugerir o cardápio e as comidas. Na Suécia também existe na esfera municipal cuidadores de crianças com um e três anos de estudo, seus princípios são: aprender fazendo e experimentando, ter visão abrangente, fazer os pais participarem, enfatizando que todos tem total confiança nos profissionais da educação (BRASIL, 2016).

- Noruega

Na Noruega, as mulheres grávidas tem direito a consultas para exames regulares de saúde durante a gravidez como parcela dos cuidados pré-natais de rotina, denominados "svangerskapskontroll", também podem decidir se desejam consultar uma parteira, um médico ou frequentar um posto de saúde pública. Os pais noruegueses dispõem de uma assistência financeira chamada de benefício parental que visa segurar aos pais uma renda com ligação ao nascimento ou adoção de uma criança. Tem direito ao benefício parental se foi empregado e recebeu uma renda de aposentadoria por no mínimo seis dos dez meses antecedentes ao começo do período do benefício. No caso, de estar empregado a base da prestação parental é geralmente calculada com base nos rendimentos no início do período de férias.

Já, o direito a uma vaga no jardim de infância aplica-se a crianças que completem um ano de idade o mais tardar no final de novembro do ano em que se candidatam a vaga, as crianças nascidas após novembro terão direito a uma vaga no ano seguinte. Os benefícios para crianças e benefícios em dinheiro para pais de nenês, para esse caso a maioria das pessoas não necessita se inscrever para receber pensão por filhos, se a criança nasceu na Noruega, a mãe recebe automaticamente o direito ao benefício infantil aproximadamente dois meses depois do nascimento da criança (NAV- Administração Norueguesa de Trabalho e Bem-Estar, 2020).

- Estados Unidos

Nos Estados Unidos pode-se destacar o Programa *Head Start* (recomeço), estabelecido em 1965 é considerado a maior iniciativa do governo federal para crianças que encontram-se na miséria, são ofertados serviços para crianças com idade inferior a 3 anos e mulheres gestantes também oferece serviços educacionais, sociais, nutricionais e de saúde para crianças entre 3 e 5 anos de idade e suas famílias de baixa renda. O programa exerce uma atuação ampla para o fortalecimento do aprendizado e o desenvolvimento infantil (HUSTEDT e BARNETT, 2017).

O *Head Start* é conceituado seguidamente como o “laboratório” do país para incrementar ações eficientes para crianças em situação de vulnerabilidade. Portanto, assuntos relacionados a esse programa tem grande impacto nas políticas de educação e Primeira Infância em geral. Para a maior parte das crianças, o *Head Start* iniciou-se segundo Hustedt e Barnett (2017) “como um programa de verão em período parcial. Atualmente, as crianças podem matricular-se no *Head Start* por dois anos ou mais, e muitos programas funcionam em período integral ou integram-se a outros programas para oferecer um período mais longo”.

Apesar da sua repercussão e investimentos de U\$8 bilhões de recursos federais durante o ano fiscal de 2015, e aproximadamente 940 mil crianças matriculadas, o programa ainda não atingiu seu potencial máximo. Assim, o *Head Start* requer investimentos com o quadro de pessoal, melhorias no desenvolvimento profissional principalmente na contratação de professores qualificados no nível de educação infantil (especialmente com bacharelado) com remuneração adequada (HUSTEDT e BARNETT, 2017).

O *Perry Preschool Study*, um dos principais projetos sobre desenvolvimento na primeira infância nos Estados Unidos, no ano de 1962 estudou o impacto da educação infantil de alta qualidade em 123 crianças negras de famílias pobres da cidade de *Ypsilanti*, em *Michigan* em condições de risco de reprovação no colégio, e comprovou o verdadeiro valor dos incentivos educacionais na primeira infância. Assim, iniciou-se o Projeto *Perry* como um estudo de pesquisa que investigava se o ingresso à educação de excelente nível de qualidade seria capaz de impactar positivamente nas crianças com idade da educação infantil e nas comunidades onde vivem (BRASIL, 2018).

O aperfeiçoamento da educação é um dos elementos que mais interfere na qualidade de vida da sociedade. Ao desenvolver a capacidade de aprendizado das crianças, colaborando para o crescimento dos indicadores gerais de escolaridade, as políticas de influências na primeira infância ajudam para o crescimento econômico e a prevenção da violência, de acordo com o estudo *Perry Preschool Study*. O estudo também mostra que os estímulos educacionais precedentes contribuem no êxito escolar e profissional e na redução da criminalidade (BRASIL, 2018).

- Chile

O programa Chile Cresce Contigo de proteção integral da infância criado em 2006, conforme levantamento e análise de experiências das políticas públicas de desenvolvimento infantil da América Latina (2015-2016) é um programa precursor na área da primeira infância, a sua missão é acompanhar, apoiar e proteger integralmente as crianças que

pertencem aos 60% mais vulneráveis da sociedade e suas respectivas famílias, iniciando na gestação até o ingresso no jardim de infância da escola (4 anos).

Chile Cresce Contigo integra o Sistema Intersetorial de Proteção Social, delineado como um sistema de acompanhamento do caminho do desenvolvimento integral das crianças, desde a gestação até seu ingresso no sistema educativo. Ampara também a mãe desde seu pré-natal e a família com práticas intersetoriais integradas de serviços que atendem às carências das pessoas como: saúde priorizando os mais necessitados, proteção no trabalho, benefícios e apoio social. Ainda, possui com uma estrutura de implementação com equipes do nível nacional por programas estaduais e municipais (BRASIL, 2016).

- Colômbia

No ano de 2006, foi criado o Programa Bom Começo pela a Prefeitura de Medellin, capital do Departamento de Antioquia na Colômbia, destaca-se nesse programa o modelo de trabalho com o cenário comunitário. As famílias são atendidas por equipes interdisciplinares, desde a gestação até os dois anos de idade da criança, o atendimento para as crianças com idades superiores a essa, é realizado por meio de Creches articuladas como serviços de Primeira Infância no território, com espaços estéticos, de qualidade. Os recursos financeiros vinculam da Secretaria de Educação e outras Secretarias, possuem um sistema de assessoria técnica, articulação, administração do conhecimento, supervisão e controle, acompanhamento e avaliação dos serviços prestados (BRASIL,2016).

A Colômbia é reconhecida por programas de visitação às famílias para ajudar o desenvolvimento infantil, mas, desde 2009, uma inovação de trabalho com modelo misto tem ganhado destaque no país. A aeioTU – Fundação Carulla, trabalha de forma determinada de atuação para desenvolver o pleno potencial infantil. A aeioTU possui unidades de ensino pré-escolar para crianças carentes entre 2 e 6 anos de idade, com ambientes internos apropriados para o estímulo infantil e uma organização de ensino pautada em gerar e aperfeiçoar capacidades, fundamentando-se na arte e no autoconhecimento. E de outro lado, também realiza programa de visitação familiar e começa a acompanhar os futuros alunos desde a barriga da mãe, descrevendo seu modelo misto (BRASIL, 2018).

As visitas domiciliares são realizadas pelas professoras-visitantes, no qual se deslocam até as casas das famílias identificadas como vulneráveis social e economicamente com a periodicidade de duas visitas mensais para dar orientações referentes ao desenvolvimento infantil e a importância de um ambiente saudável para as crianças. As gestantes e as famílias já possuem também crianças entre idade de 0 e 2 anos que frequentam encontros semanais

realizados nos centros de ensino da aeioTU. Nessas reuniões são trabalhadas questões de socialização das crianças, além de troca de ideias e informações aos pais e cuidadores (BRASIL, 2018).

- Dinamarca

O sistema da educação infantil na Dinamarca, no âmbito nacional, está apoiado pelo Ministério da Criança e dos Assuntos Sociais, e a responsabilidade pela organização, financiamento e regulamentação da oferta é do município. As creches e jardins de infância sempre estiveram ligadas ao mesmo ministério, seguindo objetivos educacionais iguais para todas crianças no período de zero a seis anos, e com profissionais com o mesmo grau de instrução e perfil. A Dinamarca, sendo um país nórdico, possui um sistema sólido de atenção e educação infantil, a partir do nascimento até a idade escolar obrigatória (HADDAD, 2020).

Os serviços para a educação infantil incluem os centros infantis de idades integradas, para crianças maiores de 6 meses até ao acesso na escola aos 6 anos, e os separados por idade: creche para crianças de 6 meses até 3 anos e jardim de infância para crianças de 3 a 5-6 anos, além da oferta domiciliar regulamentada. Os ambientes internos ou externos ofertam várias condições que proporcionam as relações sociais, provocam e estimulam o interesse e a criatividade das crianças, promovem sua independência e concedem o experimento e análise livremente, de forma espontânea e segura (HADDAD, 2017).

O país da Dinamarca tem um sistema educacional consolidado de atenção infantil para crianças de 6 meses aos 6 anos de idade com um propósito social e de cuidado, sendo que nas creches dinamarquesas a vida ao ar livre tem prioridade máxima. Os educadores dinamarqueses compreendem que eles precisam ser expressivos e não neutros, zangados ou muito quieto, precisam estar comprometidos e interessados, devem criar energias nos espaços e um clima de leveza e alegria, ou seja, o valor central é ser um educador participativo. O educador deve, por exemplo, deitar no chão para que as crianças caiam em cima dele, participe da pintura para que se sujem (JENSEN, 2014).

Desde o ano de 2006, todas as crianças dinamarquesas a partir dos seis meses e até o começo da escola têm direito a uma vaga em algum serviço de educação infantil. A oferta é em tempo integral, por aproximadamente dez horas por dia o ano todo, sendo que a maior parte dos homens e mulheres trabalha em período integral. Os atendimentos são públicos na sua maioria e administrados pelo município (HADDAD, 2020). As escolas florestais é um tipo de educação dinamarquesa realizada ao ar livre geralmente na floresta, instituição voltada à primeira infância, para crianças entre três a seis anos de idade. Independente do clima, as

crianças são incentivadas com brincadeiras arriscadas, aprendem a explorar a natureza. Ainda ofertam ambientes de aprendizagem estimulando a independência das crianças, no qual proporciona benefícios físicos, emocionais e intelectuais. Elas também aprendem a dividir e a cooperar onde podem trabalhar juntas (WILLIAMS-SIEGFREDSSEN, 2012).

4 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Programa Criança Feliz-PCF foi instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016 e alterado pelo Decreto nº 9.579, do ano de 2018, é uma ação do Governo Federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), de caráter intersetorial e com o propósito de proporcionar o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, levando em consideração sua família e sua condição de vida. O PCF surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a seus pequenos meios para promover seu desenvolvimento integral.

O PCF é realizado por meio de visitas nas residências dos beneficiários que visam desenvolver ações de saúde, educação, assistência social, direitos humanos e cultura para oferta do desenvolvimento infantil total, também vem reforçar os serviços oferecidos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). As visitas são ações desenvolvidas pelos visitantes na residência da família incluída no programa. Elas representam uma estratégia de aproximação dos serviços com a família atendida e, por isso, favorecem um reconhecimento mais preciso das características, potencialidades e necessidades de cada contexto, resultando em propostas de intervenção singulares, pertinentes a cada realidade.

O Programa Criança Feliz que completou quatro anos em outubro de 2020, desde o início de suas atividades realizou mais de um milhão de visitas. São mais de 898 mil crianças atendidas, 881 mil famílias acompanhadas e 202 mil gestantes atendidas em 2.783 municípios de todas as unidades federativas do Brasil. No mês de março do ano de 2021, o Marco Legal da Primeira Infância completou cinco anos de existência que estabeleceu os princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância, sendo responsável por diversos avanços no Brasil, inclusive pela criação do Programa Criança Feliz (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

4.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ-PCF

O Programa Criança Feliz tem como objetivos, segundo o art. 3º da Portaria nº664/2021: promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na primeira infância; mediar o acesso da

gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; e integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

O público prioritário do PCF, conforme art. 2º da Portaria do Ministério da Cidadania nº 664, de 02 de setembro de 2021, são gestantes e crianças de até setenta e dois meses e suas famílias, sendo:

- I - gestantes e crianças de até 36 (trinta e seis) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;
- II - crianças de até 72 (setenta e dois) meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada;
- III - crianças de até 72 (setenta e dois) meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias; e
- IV - crianças de até 72 (setenta e dois) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, que perderam ao menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, durante o período Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021, p. 1).

Para o município estar elegível ao programa, segundo a Portaria do Ministério da Cidadania nº 664/2021, destacam-se os seguintes parâmetros de elegibilidade: ter Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com registro no Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social e ter cento e quarenta indivíduos do público prioritário do Programa, ou seja, que atendam aos critérios para participação no programa. A adesão ao Programa é oportunizada pela plataforma eletrônica oficial do Ministério da Cidadania em momentos e regulamentos específicos, mediante ao Termo de Aceite ao Programa Criança Feliz- PCF, disponibilizado para acesso no sistema de adesão no site do Ministério da Cidadania/Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. As prefeituras, desde que preencham os requisitos, podem aderir ao PCF a qualquer momento.

A intersetorialidade é uma das bases para a execução das políticas públicas concentradas na promoção do desenvolvimento pleno na primeira infância. As atividades da intersetorialidade no âmbito do Programa Criança Feliz, conforme Portaria Interministerial nº 1, de 4 de abril de 2018, estabelece regulamentos, finalidades e competências para a promoção e a conexão intersetorial nas áreas específicas da Saúde, Cultura, Assistência Social, Educação e Direitos Humanos e as atribuições comuns a estas áreas. Deste modo, apresenta um modelo de atuação incorporado que proporciona a política de primeira infância, oportunizando a qualidade e a eficiência das políticas públicas, otimizando recursos e evitando o acúmulo de serviços.

O financiamento do Programa Criança Feliz é de responsabilidade federal, de competência da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância-SNAPI, conforme ações do PCF segue o valor de referência estabelecido de R\$ 75,00 mensais por beneficiário do Programa, assistido por meio das visitas domiciliares de acordo com os atendimentos registrados no prontuário, a forma de repasse é do Fundo Nacional de Assistência Social para os fundos dos Municípios e Distrito Federal. O Ministério Desenvolvimento Social dispõe de um sistema de informações próprio, o Prontuário SUAS Eletrônico, onde o Técnico do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) efetua a inserção da família no programa, logo o Supervisor ou Visitador registra as visitas domiciliares realizadas.

O recurso financeiro federal do Programa Criança Feliz no Estado, de acordo com o art. 75 da Portaria 664/2021, pode ser usado para remuneração da equipe técnica, pagamentos de diárias e passagens para realizar visitas de monitoramentos aos municípios, participação em capacitações e eventos relacionados ao Programa, despesas administrativas desde que relacionadas diretamente ao Programa, no limite máximo de 20% do valor repassado em cada exercício financeiro. Vale salientar, que os Estados poderão adquirir equipamentos e material permanente, conforme legislação específica publicada pelo Ministério da Cidadania, com a condição que sua utilização seja exclusivamente para atividades do Programa. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

O Centro de Referência de Assistência Social-CRAS é o local nos municípios para a administração das atividades do PCF e para a referência das famílias dos beneficiários e visitas domiciliares. Deverá organizar a oferta do Programa com os serviços sócio-assistenciais e às outras políticas públicas objetivando a plenitude da proteção social, por meio do amparo e assistência e/ou acompanhamento das famílias com grávidas e crianças na primeira infância, tendo como objetivo atender inteiramente à família, baseando-se no princípio do núcleo familiar. Assim, intensificando a aptidão protetiva na concepção de seus direitos, da conexão a informações e da expansão da obtenção a suportes e ajudas das diferentes políticas públicas para educação, proteção e cuidado, observando o estímulo do desenvolvimento infantil.

4.2 A GESTÃO DO PROGRAMA: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Todos os entes federativos participam ativamente na operacionalização e gestão do programa com suas respectivas equipes cada uma responsável por suas atribuições, no qual possuem papéis importantes para o desenvolvimento do programa. Pode-se compreender esse

processo como um caminho percorrido o visitador até a casa da família atendida. Então, esse trajeto funciona iniciando-se, no Governo Federal, até a visita domiciliar realizada pelos agentes do Programa Criança Feliz- PCF.

O PCF é coordenado em âmbito nacional pela Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância- SNAPI, do Ministério da Cidadania. Em seguida, as equipes estaduais devem ser compostas pelo coordenador e multiplicador. Tanto coordenador(a) quanto os multiplicadores(as) mantêm contato com os municípios apoiando, instruindo, e monitorando suas ações. Para cada Estado o mínimo é de 2 multiplicadores pelo menos 1 multiplicador para 30 municípios, no caso do coordenador (a) quando o Município ou o Distrito Federal tiver supervisores cuja soma da carga horária total seja superior que quarenta horas, poderá contratar um Coordenador com recursos federais do Programa (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Já as equipes municipais são compostas de supervisores e visitadores, de acordo com a Portaria nº 664/2021, o profissional supervisor com carga horária de 40 horas acompanhará no máximo 15 visitadores em um único Município; com carga horária de 30 horas acompanhará no máximo 12 visitadores; e com carga horária de 20 horas acompanhará no máximo 8 visitadores. As visitas domiciliares devem ser planejadas e realizadas pelos visitadores, orientadas e monitoradas pelos supervisores. O supervisor é um apoio do visitador, contribuindo com o trabalho das visitas domiciliares, informando e incentivando as reflexões conjuntas a respeito das necessidades oriundas das famílias atendidas.

4.3 ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Programa Criança Feliz- PCF é um programa federal, coordenado em âmbito nacional pela Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância- SNAPI do Ministério da Cidadania conforme o artigo 7º da Portaria nº 664/2021, significa que as ações serão coordenadas pelo Distrito Federal, estados e Municípios que aderirem ao programa, no qual são responsáveis pela preparação e execução de seus planos, assim como o acompanhamento das ações em cada âmbito e a articulação com os grupos de gestores e órgãos de controle social. Os estados se responsabilizam pela mobilização e monitoramento dos Municípios, no caso dos estados que não aderiram ao PCF é a SNAPI responsável pela coordenação dos Municípios do respectivo estado.

As atribuições do Ministério da Cidadania- União, conforme edição do Programa Criança Feliz- A intersetorialidade na visita domiciliar (2017, p.14-15) incluem:

Coordenação do Programa Criança Feliz em âmbito nacional; Coordenação do Comitê Gestor e do Grupo Técnico Interministerial, compostos por representantes dos ministérios que integram o programa; Articulação intersetorial na esfera federal; Disponibilização de orientações técnicas e metodológicas; Realização de ações de mobilização intersetorial em âmbito nacional; Apoio técnico e ações de capacitação e educação permanente para Estados e DF; Planejamento, monitoramento e avaliação das ações do programa; Disponibilização de informações sobre o público prioritário das visitas domiciliares (BRASIL, 2017, p. 14-15).

As equipes estaduais são compostas por um coordenador(a) e os multiplicadores(as). A primeira função exige nível superior, e experiência em gestão de programas ou projetos. Já o(a) multiplicador(a) estadual, além de ter nível superior, com experiência na área de desenvolvimento infantil, saúde, educação ou assistência social e deve ser devidamente capacitado(a) nas metodologias específicas do programa adotadas pela Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância -SNAPI. Em geral, o coordenador estadual do Programa Criança Feliz-PCF é o profissional que possui uma interface próxima do Governo Federal assumindo grandes responsabilidades, como gestão e coordenação do Programa. Também é papel do coordenador a articulação dos serviços socioassistenciais e das políticas setoriais no território.

A Portaria nº664/2021 informa uma extensa lista de atribuições do coordenador estadual, sendo algumas delas: articular com as áreas que integram o programa no Estado e com o Comitê Gestor, de modo a assegurar alinhamento e convergência de esforços; articular com o Comitê Gestor Estadual visando a elaboração do Plano de Ação intersetorial do programa no Estado; coordenar a integração entre as diferentes áreas que compõem o programa, visando a implantação do Plano de Ação e o monitoramento das ações de responsabilidade do Estado; apoiar as ações desenvolvidas pela SNAPI para a capacitação dos Multiplicadores; participar das reuniões, encontros, cursos e eventos, quando convocado pela SNAPI; coordenar as capacitações e educação permanente de forma sistemática e que não inviabilize os Municípios de realizarem as visitas domiciliares entre outras (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

O multiplicador tem o papel de disseminar o conhecimento sobre o PCF. Esse profissional é responsável pelas atividades de capacitação e educação permanente dos supervisores, pelo monitoramento in loco e remoto, além das atividades de apoio à implementação e supervisão do Programa no estado. Acredita-se com isso que o conhecimento seja repassado para todos os municípios de forma consistente e alinhada. A lista de responsabilidades do multiplicador estadual também se encontra na Portaria nº 664/2021. Apesar de ser menor do que a lista do Coordenador Estadual, os dois profissionais

possuem a mesma importância para o funcionamento do programa. São atribuições do multiplicador estadual, de acordo com Art. 70 da Portaria nº 664/2021:

- I - acompanhar e apoiar tecnicamente a implantação das ações do Programa nos Municípios, considerando, dentre outros, aspectos, orientações, protocolos e referências metodológicas para a elaboração do Plano de Ação, disponibilizadas pela SNAPI;
- II - monitorar e assessorar técnica, administrativa e financeiramente os Municípios sob sua responsabilidade, realizando visitas in loco, no mínimo, semestralmente; e
- III - realizar as capacitações e educação permanente de forma sistemática e que não inviabilize os Municípios de realizarem as visitas domiciliares.

As equipes municipais são formadas por supervisores municipais e visitantes, diferentemente das equipes estaduais esses profissionais desempenham atividades próximas às famílias beneficiadas pelo PCF. Assim, eles necessitam de uma compreensão mais clara sobre o perfil socioeconômico do território em que serão desempenhadas as atividades. No caso dos visitantes, esse conhecimento da realidade é ainda mais necessário, pois cada família exigirá uma abordagem específica. O supervisor é o responsável por auxiliar e conduzir os visitantes na programação e desenvolvimento do serviço nas visitas, com reflexões e orientações, a responsabilidade pelas informações referentes às visitas domiciliares é compartilhada entre os supervisores e os visitantes.

Cabe aos supervisores dos Municípios e Distrito Federal: a capacitação das equipes municipais de visitantes, e, quando for o caso, dos visitantes de outros Municípios, difundindo a metodologia e o conteúdo do Programa; orientar e monitor as visitas domiciliares, de forma articulada com os serviços socioassistenciais e com as demais políticas públicas setoriais, com vistas à atenção integral das demandas das famílias. Já o visitante é o profissional responsável por planejar e realizar a visita às famílias, com apoio e acompanhamento do supervisor, seu trabalho é delicado, pois é o momento em que as famílias recebem um representante do Poder Público em suas casas. O visitante deve estar apto a conduzir a visita de acordo com as orientações fornecidas nas capacitações, resumidamente os supervisores e visitantes do PCF fazem parte das equipes municipais que atuam mais próximas das famílias beneficiadas. O Quadro 3 sintetiza o perfil, atribuições e funções dos visitantes e supervisores

Quadro 3 - Perfil, atribuições e função dos visitantes e supervisores do Programa Criança Feliz

	Visitadores	Supervisores
Perfil	Técnico de nível médio: Educador social ou orientador social.	Técnico de nível Superior, preferencialmente: Psicólogo, Assistente social, Sociólogo, Antropólogo, Economista Doméstico, Terapeuta Ocupacional, Pedagogo e Musicoterapeuta.
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar diagnóstico das famílias, crianças e gestantes; - Planejar e realizar as visitas domiciliares com apoio do supervisor; - Orientar as famílias/cuidadores sobre o fortalecimento do vínculo, parentalidade e estimulação para o Desenvolvimento Infantil; - Identificar demandas das famílias para além do desenvolvimento infantil e discutir com o Supervisor; - Acompanhar e registrar resultados alcançados; - Participar de reuniões semanais com supervisor; - Participar do processo de educação permanente; - Registrar informações referentes aos beneficiários no Sistema Eletrônico do Programa Criança Feliz e acompanhar a resolução das demandas encaminhadas a rede; - Elaborar registros escritos sobre as visitas domiciliares com base em instrumental de planejamento de visitas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar caracterização e diagnóstico do território; - Fazer encaminhamentos e devolutivas das demandas trazidas pelo visitador; - Organizar e participar de reuniões semanais com os visitadores para planejar e discutir as Visitas Domiciliares; - Acompanhar o visitador nos domicílios, quando necessário; - Encaminhar para a equipe de referência do CRAS ou coordenação municipal do Programa Criança Feliz, esta, quando houver; - Promover capacitação inicial e permanente dos visitadores; - Participar de reuniões intersetoriais e do Comitê Gestor; - Registrar informações referentes a equipes e beneficiários no Sistema Eletrônico do Programa Criança Feliz.
Função	É o profissional responsável por planejar e realizar a visita domiciliar as famílias do Programa Criança Feliz, com apoio e acompanhamento do supervisor.	É o profissional responsável por acompanhar e apoiar os visitadores no planejamento e desenvolvimento do trabalho e nas visitas domiciliares, com reflexões e orientações.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado no Manual de Gestão Municipal do Programa Criança Feliz (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

São várias as atividades realizadas pelos visitantes, algumas delas são: orientar o cuidador, pais ou responsáveis pela criança sobre o que é o Programa e qual seu papel nas visitas; registrar, observar o desenvolvimento da criança ou gestante acompanhada. Estes aspectos devem ser registrados no Prontuário Eletrônico do Sistema Único de Assistência Social; planejar as visitas e organizar seus protocolos/fichas de acordo com as particularidades de cada criança ou gestante; demonstrar aos pais ou responsáveis como avalia e realiza as atividades dos objetivos de aprendizagem com a criança; verificar como o responsável desenvolve a atividade relacionada a cada objetivo de aprendizagem; reunir-se

com seu supervisor para informar sobre suas visitas, encaminhar situações especiais entre outras (BRASIL, 2017).

4.4 VISITA DOMICILIAR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ-PCF

O PCF possui, como forma principal de atuação junto às famílias, a prática da visita domiciliar, reconhecendo assim, a importância para o apoio e fortalecimento de laços e promoção do desenvolvimento infantil na primeira infância. Esse modelo de implementação de políticas públicas colabora para a finalidade do PCF, uma vez que viabiliza um melhor conhecimento do visitador sobre a família, permitindo um olhar mais atento à realidade de cada situação específica. Com isso, os visitadores conseguem identificar quais políticas são mais adequadas para atender gestantes e crianças que participam do programa. A assistência prestada por meio da visita domiciliar constitui um instrumento de atenção que possibilita, a partir do conhecimento da realidade do indivíduo e da família, fortalecer os vínculos entre o profissional e a população beneficiada.

As visitas devem ser realizadas por profissionais que cumpram os requisitos estabelecidos. A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social CNAS nº 09 de 15 de abril de 2014, prevê a realização de visitas domiciliares periódicas por profissionais capacitados, além de ações complementares que apoiem gestantes e famílias e favoreçam o desenvolvimento da criança na primeira infância. Nesse contexto, o visitador é figura fundamental, uma vez que estabelece interações em duas direções: tanto para o supervisor quanto para as famílias e a comunidade. Junto com o supervisor, o visitador é um articulador das políticas que integram o PCF, devendo conhecer as funções inerentes a cada uma delas bem como as principais características do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

O visitador é, portanto, uma figura chave para mobilizar as forças da comunidade e coordenar com cada família o dia e a hora em que esta opte por receber a visita domiciliar. Esse agente deve apoiar, transmitir conhecimento e informação para promover o desenvolvimento infantil e os cuidados com as crianças, além de levantar questões relevantes para ajuda a família, a consolidação de vínculos e a oferta do desenvolvimento infantil na primeira infância. Além disso, o visitador deve prestar atenção aos detalhes durante a visita como: conhecer o território, dar atenção aos sinais de deficiências e envolvimento de toda a família. A periodicidade das visitas é outro item importante para gerar resultados, as visitas frequentes possuem maiores chances de criar vínculos e aumentar o comprometimento dos

familiares, permitindo também que o visitador adquira mais conhecimento sobre a família e ofereça mais seguimento às problemáticas apresentadas pelas crianças, gestantes e suas famílias.

4.5 O TRABALHO EM REDE E INTERSETORIALIDADE DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

A operacionalização do PCF envolve não apenas todos os níveis de governo, como também diversas instâncias não governamentais que executam as políticas de saúde, educação, assistência social, entre outras. O ideal é que todas as equipes trabalhem de forma coordenada e cooperativa. As redes se apresentam como um espaço colaborativo que possibilita uma articulação entre diversas equipes de forma a potencializar os resultados. Espera-se que essa articulação seja capaz de unir as características positivas dos integrantes e minimizar as fraquezas. O resultado disso muitas vezes se traduz em serviços públicos com mais qualidade. As redes permitem: troca de informações entre si, melhorando a comunicação; enfrentamento de situações concretas; prevenção de confrontos; multiplicação de esforços.

Sabe-se que a prática desse trabalho em rede mostra que essa articulação não é fácil, mas na realidade ela costuma ser muito precária. As diferentes políticas públicas envolvidas nesse processo se apresentam organizadas apenas nos seus eixos de atuação, trabalhando de forma independente e muitas vezes atendendo ao mesmo público. Isso acarreta sobreposição das ações desenvolvidas enfraquecendo o foco de algumas políticas. Com a proposta de trabalho em rede, o PCF busca superar essas dificuldades ao apresentar como um dos seus pilares o trabalho intersetorial.

O PCF leva em consideração que o público do programa necessita de um atendimento transversal, incluindo saúde, assistência social e educação. Além disso, em situações de violação de direitos é necessária também a participação dos serviços do sistema de garantia de direitos e justiça. Ou seja, os diversos setores que contribuem para que o programa alcance seus objetivos devem trabalhar de forma integrada. É o que chama-se de intersetorialidade. Para garantir que essa diretriz seja cumprida os Comitês Intersetoriais são instâncias necessárias para o funcionamento do PCF, o comitê inicialmente era pensado como uma estratégia para o fortalecimento das ações do Poder Público em prol da atenção à primeira infância.

O principal objetivo de ter um Comitê Gestor é poder articular todas as ações para o público da primeira infância e suas famílias em um espaço de diálogo coletivo, onde seja possível ampliar as ações das políticas e atuar de forma estratégica e planejada para a resolução dos problemas identificados no território. Com o comitê também é possível minimizar as dificuldades que comumente aparecem quando cada política pública atua de forma independente. A existência de um Comitê Gestor fomenta no setor público o cenário ideal para o desenvolvimento e fortalecimento do trabalho em rede articulado de forma intersetorial.

4.6 O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM NÚMEROS

O Programa Criança Feliz-PCF em 2020 excedeu a importância superior a um milhão de atendimentos em torno do Brasil, sendo registrados 1,04 milhão de pessoas visitadas desde o começo do PCF, totalizando 6 milhões de visitas realizadas somente entre março e agosto do ano de 2020. São 839.100 famílias, 188.814 gestantes e 857.136 crianças atendidas por 21.763 visitantes, apoiados por mais de três mil supervisores. Dos 2.935 municípios que aderiram ao programa, 2.748 já possuem visitas registradas, ou seja, a maioria dos municípios totalizando 93,6%, conforme dados indicados na figura 1.

Figura 1 - Dados do Programa Criança Feliz no ano 2020.



Fonte: Plataforma eletrônica oficial do Governo Federal – Ministério da Cidadania, 2020.

Em função da pandemia do Covid-19, e para não interromper totalmente o trabalho do programa PCF, o atendimento remoto foi autorizado em abril do ano de 2020. Dessa forma, foi viável que os visitantes produzissem suas atividades e as remetessem às famílias pelo

celular, a fim de que os pais ou responsáveis praticassem os exercícios com as crianças. Nas residências onde o acesso à tecnologia (celulares, computadores ou internet) não é possível, as visitas domiciliares presenciais continuam ativas, com todos os cuidados de prevenção necessários. Além das atividades direcionadas à promoção do desenvolvimento infantil e familiar, os visitantes explicam sobre os cuidados necessários para se proteger do coronavírus. A Figura 2, demonstra a relação de atendimentos nos estados do Brasil.

Figura 2 - Atendimentos do Programa Criança Feliz em 2020.

UF	Municípios	Famílias com acompanhamento em 2020	Quantidade de crianças visitadas	Quantidade de gestantes visitadas	Total de municípios visitados	Total de famílias visitadas
ACRE	22	19	3.823	1.279	6.901	5.234
ALAGOAS	104	100	14.206	5.276	43.190	23.651
AMAPA	16	11	2.470	843	3.013	2.460
AMAZONAS	62	58	18.284	3.909	22.299	17.888
BAHIA	417	342	112.650	23.547	136.197	112.153
CEARÁ	184	184	82.058	22.830	104.888	84.647
DISTRITO FEDERAL	1	1	7.744	142	7.887	7.880
ESPÍRITO SANTO	70	70	4.230	1.109	9.339	4.333
GOIÁS	246	218	24.353	4.671	31.224	24.640
MARANHÃO	217	228	89.088	15.864	101.672	82.207
MATO GROSSO	141	42	13.364	1.711	14.875	12.670
MATO GROSSO DO SUL	78	33	8.888	2.303	11.886	8.188
MINAS GERAIS	603	228	88.023	14.287	83.290	66.514
PARÁ	184	133	48.841	8.285	56.806	47.041
PARANÁ	228	181	60.804	17.740	79.444	60.123
PARANÁ	228	48	8.308	2.217	9.422	7.292
PERNAMBUCO	189	189	81.079	18.978	79.041	62.948
PIAUÍ	225	201	88.826	18.188	23.516	62.838
RIO DE JANEIRO	88	88	32.871	2.588	18.038	12.483
RIO GRANDE DO NORTE	181	73	32.853	8.052	20.885	15.523
RIO GRANDE DO SUL	497	76	14.776	2.731	17.807	14.488
RORAIMA	2	2	209	209	209	209
RORAIMA	15	15	4.823	1.868	8.397	5.188
SANTA CATARINA	298	8	609	125	735	819
SÃO PAULO	645	184	47.470	8.955	34.425	44.883
SERGÍPE	76	67	18.663	4.571	23.154	19.806
TOCANTINS	139	58	11.108	3.103	14.212	10.287
TOTAL	3.576	2.246	657.138	188.814	1.044.948	836.305

*Total de visitas desde o início do programa

Fonte: Plataforma eletrônica oficial do Governo Federal –Ministério da Cidadania, 2020.

O Programa Criança Feliz está presente em todos os estados. Na Bahia, por exemplo, o programa no ano de 2020 totalizou mais de 112 mil famílias, seguida de Ceará e Maranhão, com mais de 84 mil e 82 mil famílias visitadas, respectivamente, ao longo dos anos. Já no estado de Santa Catarina foram registradas um total de 619 famílias visitadas, sendo o menor número de visitas dos estados. No estado do Rio Grande do Sul o total de famílias visitadas ultrapassa 14 mil, com 14.776 crianças visitadas e 2.731 gestantes visitadas totalizando 76 municípios atendidos pelo programa, isto é, mais de 15% dos municípios gaúchos aderiram ao Programa sendo que o Rio Grande do Sul possui 497 cidades.

No mês de agosto do ano de 2021, conforme sítio eletrônico oficial do Ministério da Cidadania, o PCF alcançou 50.298.764 milhões de visitas realizadas, 1.122.935 crianças visitadas, 273.023 gestantes visitadas, 1.188.739 famílias visitadas. Sendo que 2.902 municípios brasileiros de 26 estados, além do Distrito Federal–DF participam do programa que completou 5 anos de atuação em outubro de 2021. As visitas domiciliares presenciais

retornaram em alguns municípios, pois haviam sido suspensas devido ao protocolo de segurança contra o Coronavírus, mas sem prejudicar o atendimento às famílias.

As famílias beneficiárias podem optar por atendimento remoto ou presencial, no caso do atendimento remoto o acompanhamento de crianças e gestantes segue sendo feito de forma remota, via telefone, *whatsapp*, vídeo ou outros meios de comunicação. As famílias que não possui celular ou acesso à internet os agentes fazem as visitas nas casas dos beneficiados pelo Programa com todos os cuidados necessários de proteção para evitar a transmissão do Coronavírus como o uso de máscaras, luvas e álcool gel (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

5 MÉTODO DE PESQUISA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que compõem a pesquisa com a finalidade de atingir os objetivos. Conforme Marconi e Lakatos (2017, p.33), método é “o conjunto das atividades assistemáticas desenvolvidas pelo pesquisador, para que por meio do seu problema de pesquisa possa alcançar o objetivo - conhecimentos válidos, verdadeiros e infalíveis, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. De acordo, Bervian e Cervo (2002, p. 23) destacam que método “é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um resultado desejado”. Nesse sentido, na sequência, inicialmente, classifica-se a pesquisa (3.1), logo define-se os entrevistados da pesquisa (3.2), e por último apresenta-se o instrumento de coleta de dados (3.3) e a técnica de análise de dados (3.4).

5.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Tendo em vista o objetivo que conduz essa pesquisa: avaliar o Programa Criança Feliz junto aos agentes do programa, esse estudo caracteriza-se quanto à forma de abordagem como pesquisa qualitativa, que para Creswell (2010, p.43) é “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Desse modo, Marconi e Lakatos (2010) apontam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como princípio, investigar e interpretar questões mais intensas, detalhando a complexidade do comportamento humano e ainda oferecendo análises mais esmiuçadas referentes às apurações, ações e tendências de comportamento.

Quanto aos objetivos a pesquisa classifica-se como descritiva. De acordo com Silva e Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa descritiva, segundo Triviños (1987, p. 100) tem a intenção de “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Nesse sentido, “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (BERVIAN e CERVO, 2002, p. 66).

Já, quanto à classificação da pesquisa conforme os procedimentos técnicos, o levantamento de dados da pesquisa é bibliográfica-documental. Para Zanella (2013, p.36), a pesquisa bibliográfica usa exclusivamente fontes bibliográficas, cuja “principal vantagem é permitir ao pesquisador a cobertura mais ampla do que se fosse pesquisar diretamente”. De

acordo com a mesma autora, para iniciar uma pesquisa bibliográfica “é naturalmente, pesquisar o acervo de bibliotecas: livros, periódicos especializados [revistas científicas], trabalhos acadêmicos [monografias, dissertações e teses] e anais de eventos científicos” (ZANELLA, 2013, p. 49). E a pesquisa documental é “semelhante à pesquisa bibliográfica, se utiliza de fontes documentais” (ZANELLA, 2013, p. 37). De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental é considerada vantajosa por ser “fonte rica e estável de dados”: não acarreta custos altos, não impõe contato com os atores da pesquisa e permite uma leitura minuciosa das fontes.

5.2 O CAMPO DA PESQUISA E ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS

Para compor a pesquisa foram selecionados os municípios de Tenente Portela e Dom Pedrito no estado do Rio Grande do Sul, realizou-se a escolha dessas cidades devido à execução somente do Programa Criança Feliz sem a integração do Programa Primeira Infância Melhor –PIM dando ênfase ao objeto de estudo da pesquisa. Essa informação foi adquirida durante o ano de 2020, na pesquisa realizada com a participação no projeto: Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A pesquisa foi registrada no Comitê de Ética, número CAAE 31328120.7.0000.5346. No qual, estabeleceu-se os seguintes critérios para definir os participantes da pesquisa:

- a) Atuar como supervisora ou assistente social no Programa Criança Feliz nos municípios Tenente Portela e Dom Pedrito;
- b) Estar de acordo, de forma livre e esclarecida, a responder as questões solicitadas pela entrevista de maneira voluntária;
- c) Aceitar a gravação da entrevista sem a divulgação dos dados;
- d) Ter acesso ao local de entrevista, utilizando a tecnologia (internet).

Buscou-se por meio dessas escolhas, apesar das restrições devido à pandemia onde o processo de interação não foi de uma forma direta, abranger os agentes do programa com a finalidade de alcançar os objetivos da pesquisa. Depois de estabelecidos os critérios, partiu-se para a seleção dos participantes da pesquisa, foram entrevistadas duas supervisoras e duas assistentes sociais dos municípios do estado do Rio Grande do Sul Dom Pedrito e Tenente Portela. Esses profissionais, sendo que as assistentes sociais fazem parte do Comitê Gestor Municipal- Grupo Técnico Municipal, assim como os visitantes possuem condição de

contratação obrigatória no Programa Criança Feliz, diferente do coordenador que sua contratação é opcional conforme descreve o Manual de Gestão Municipal do Programa (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Os entrevistados da pesquisa, como fonte de dados primários, foram os atores de caráter obrigatório: as supervisoras e assistentes sociais do Programa Criança Feliz-PCF dos municípios Tenente Portela e Dom Pedrito do estado do Rio Grande do Sul, sendo que as assistentes sociais representam o Grupo Técnico Municipal que compõe a intersetorialidade do Programa, de acordo com o protocolo das entrevistas do anexo B. No quesito operacional, o PCF possui a coordenação municipal que é responsável pela execução do programa e Plano de Ação: supervisores e visitadores, sendo assim essa pesquisa contempla o Comitê Gestor Municipal do PCF. A escolha desses municípios deve-se ao fato de ambos possuírem no momento da pesquisa mais de um ano de atendimento do Programa e executarem somente o Programa Criança Feliz sem a integração do Programa Primeira Infância Melhor-PIM.

Vale destacar, que o município de Dom Pedrito possui uma população estimada correspondente ao ano de 2021 de 38.222 pessoas, mortalidade infantil 14,49 óbitos por mil nascidos vivos em 2019 e de acordo com o último censo amostra educação no ano de 2010 a cidade possui 3.359 crianças de zero a seis anos, sendo que a cidade conforme censo escolar de 2020 contém 7 creches municipais e 22 pré-escolas municipais e 1 pré-escola estadual. Bem como, o município de Tenente Portela que apresenta uma população estimada de 13.385 no ano de 2021, mortalidade infantil que representa o ano de 2019 de 9,57 óbitos por mil nascidos vivos e segundo o último censo amostra educação no ano de 2010 a cidade têm 1.325 crianças de zero a seis anos, também detém de 3 creches municipais e 7 pré-escolas municipais e 3 estaduais conforme censo escolar de 2020 (IBGE, 2020).

Já, como fonte de dados secundários utilizou-se informações fornecidas das entrevistas com as visitadoras das cidades de Tenente Portela e Dom Pedrito do PCF do projeto: Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância, no ano de 2020 da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O protocolo de entrevistas destinado as Visitadoras do Programa Criança Feliz (PCF), conforme anexo A, com o intuito de responder ao objetivo da pesquisa principal “Avaliar qualitativamente a percepção dos resultados do Programa Criança Feliz junto a famílias beneficiárias e agentes do programa”, constam questionamentos abertos, dando liberdade para comentários que os entrevistados julgarem necessário, sendo um roteiro de entrevista dividido em quatro blocos. O quadro 4 demonstra a relação das entrevistadas da pesquisa:

Quadro 4 - Relação das entrevistadas da pesquisa (dados primários)

	Cargo	Escolaridade	Idade	Tempo de serviço no Programa Criança Feliz
Agentes do Programa Criança Feliz	Assistente Social	Pós-graduação	44 anos	3 anos
	Assistente Social	Ensino Superior	42 anos	4 anos
	Supervisora	Ensino Superior	40 anos	3 anos
	Supervisora	Pós-graduação	50 anos	2 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

Referindo-se as quatro agentes entrevistadas do Programa Criança Feliz, assistentes sociais e supervisoras dos municípios de Dom Pedrito e Tenente Portela do estado do Rio Grande Do Sul, todas possuem ensino superior sendo que 02 possuem pós-graduação, as idades variam entre 40 a 50 anos. Predomina o sexo feminino, a média do tempo de serviço no programa é de 3 anos, sendo que a entrevistada com mais tempo é de 4 anos e o com menor tempo possui 2 anos.

Com relação às visitadoras, dados secundários, foram entrevistadas 4 do município de Dom Pedrito e 2 de Tenente Portela. Destaca-se que esses dois municípios não aderiram ao Programa Primeira Infância Melhor- PIM, sendo consolidado somente o Programa Criança Feliz. Todas as visitadoras informaram que possuem uma carga horária de trabalho no Programa Criança Feliz de 40 horas semanais. O quadro 5 apresenta o perfil das visitadoras:

Quadro 5 - Relação das visitadoras da pesquisa (dados secundários)

	Escolaridade	Idade	Estado Civil	Tempo de serviço no Programa Criança Feliz
Visitadoras do Programa Criança Feliz	Pós-graduação	49	Casada	1 ano
	Ensino superior completo	34	União estável	1 ano
	Ensino superior incompleto	33	Casada	7 meses
	Ensino superior incompleto	24	Solteira	7 meses
	Ensino superior completo	35	Solteira	-
	Ensino superior completo	39	Casada	8 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere à escolaridade das 6 visitadoras, 3 possuem ensino superior completo, 2 possuem ensino superior incompleto e 1 possui pós-graduação. Quanto ao estado civil, 03 visitadoras são casadas, 2 solteiras e 1 está em união estável. As idades variam entre 24 a 49,

com uma média de 35,66 anos. No que diz respeito ao tempo de serviço no Programa Criança Feliz varia entre 7 meses e 8 anos, sendo que 1 visitadora possui 8 anos de serviço.

5.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na pesquisa foram utilizados dados secundários e primários na coleta de dados, Segundo Knechtel, (2014, p. 93), “dados primários são obtidos no campo da pesquisa, diretamente com as fontes originais de informação (sujeitos respondentes e/ou entrevistados)”. O autor ainda afirma que os “dados secundários são dados já processados, normalmente vindos de pesquisas oficiais e/ou outras fontes credenciadas”. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas com as supervisoras e assistentes sociais dos municípios de Tenente Portela e Dom Pedrito do Programa Criança Feliz e os dados secundários foram coletados mediante ao acesso e participação no ano de 2020 do projeto: Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), para analisar a percepção dos visitantes do Programa Criança Feliz.

Para a coleta de dados primários foi realizada uma entrevista semiestruturada (Anexo B), segundo Marconi e Lakatos (2004), a entrevista é uma técnica de pesquisa que caracteriza uma das ferramentas básicas para a coleta dos dados. Refere-se a um diálogo oral entre dois indivíduos, das quais um deles é o entrevistador e o outro é o entrevistado. Tratando-se de entrevista semiestruturada, é o tipo de entrevista que associa perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem autonomia para se posicionar à favor ou não sobre determinado assunto, sem se amarrar à pergunta elaborada (MINAYO, 2010). Foi escolhida essa tipologia de entrevista, pois deixa à vontade o entrevistado para expor suas ideias nas respostas e o entrevistador para desenvolver cada momento na direção que achar mais adequada favorecendo uma exploração mais ampla sobre o tema.

As entrevistas foram realizadas individuais de forma online por meio do celular (*WhatsApp*) e computador em chamadas de vídeo (*Google Meet*), cumprindo todos os protocolos de segurança e distanciamento devido ao Covid-19, a duração média das entrevistas foi de aproximadamente 45 minutos. As entrevistas foram agendadas previamente com autorização do participante e da coordenação do Programa Criança Feliz no município, sendo esclarecido o objetivo da pesquisa. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da

Universidade Federal de Santa Maria CAAE nº 31328120.7.0000.5346, atendendo aos critérios éticos de pesquisa.

Todas as entrevistas ocorreram no período de 09 de julho de 2021 a 29 de julho de 2021, sendo agendadas pelo telefone de contato das supervisoras e/ou por e-mail. Foi solicitada a autorização dos participantes para gravar a entrevista, explicando o motivo da mesma para efetuar as devidas transcrições com posterior análise do conteúdo. Também foi explicado que suas identidades serão preservadas assim como suas respostas e que podem ficar à vontade durante a entrevista para interromper se tiver dúvidas nas perguntas efetuadas e para falar de suas experiências. Antes do início das entrevistas, foi apresentado para os respondentes o objetivo, tema e a relevância da pesquisa.

Para garantir o sigilo da identidade dos participantes, foram utilizadas escritas em códigos de identificação: E1, E2, E3, E4 que são as Supervisoras e as Assistentes Sociais do Programa Criança Feliz, correspondentes ao município de Dom Pedrito e Tenente Portela. Desta forma, desenvolveu-se um roteiro de entrevista semiestruturada em profundidade, pretendendo deter as informações dos agentes do Programa em relação aos beneficiários, interação, estrutura, serviços prestados e a organização do Programa Criança Feliz, realizando uma análise com os dados secundários das entrevistas efetuadas com os visitantes do Programa por meio do Projeto escolhido.

Optou-se por um protocolo de entrevista com quatro blocos: Bloco 1– Perfil dos agentes do Programa Criança Feliz; Bloco 2- Conhecimento operacional dos agentes do Programa Criança Feliz, Bloco 3- Qualidade dos elementos estruturais do Programa Criança Feliz; Bloco 4- Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz; Bloco 5- Interação entre os atores do Programa Criança Feliz, Bloco 6- Serviços prestados aos beneficiários e Bloco 7- Sobre o Programa Criança Feliz. O Quadro 6 abaixo, detalha as dimensões abordadas no roteiro, assim como as respectivas temáticas de investigação.

Quadro 6 - Roteiro de entrevista com supervisoras e assistentes sociais

(continua)

Blocos	Dimensões	Questões
BLOCO 1 - Perfil dos agentes do Programa Criança Feliz	1.1 Perfil	1.1.1 Município 1.1.2 Idade 1.1.3 Nível de Escolaridade 1.1.4 Estado civil 1.1.5 Sexo 1.1.6 Tempo no Programa Criança Feliz 1.1.7 Qual é seu vínculo empregatício no Programa Criança Feliz? (Processo Seletivo) 1.1.8 Qual a sua função no Programa Criança Feliz?

Quadro 6 - Roteiro de entrevista com supervisoras e assistentes sociais

(continuação)

Blocos	Dimensões	Questões
BLOCO 2- Conhecimento operacional dos agentes do Programa Criança Feliz	2.1 Realização profissional e reconhecimento	2.1.1 Quais foram os motivos da sua escolha como agente do Programa? 2.1.2 Qual a sua percepção em relação a sua atuação funcional? 2.1.3 Como você analisa a percepção da sociedade em relação ao seu trabalho? 2.1.4 Qual é a contribuição/importância do seu trabalho para os beneficiários do Programa?
	2.2 Carga de trabalho	2.2.1 Qual o número total de famílias atendidas pelo programa? 2.2.2 Você consegue cumprir com todas as tarefas designadas pela agenda do programa? 2.2.3 Você considera o tempo e a frequência adequados para as visitas domiciliares? 2.2.4 Qual a periodicidade que o programa faz reuniões referentes aos serviços, organização e dados coletados pelos agentes?
	2.3 Treinamento e capacitação	2.3.1 Você realizou Cursos de formação para ingressar como agente do Programa? Quais? 2.3.2 Você realizou cursos de treinamentos e/ou capacitação durante o Programa? Qual (is)? 2.3.3 Como você avalia os cursos ofertados pelo Programa? 2.3.4 Você considera que alguma competência adicional pode ser agregada ao seu trabalho? Qual?
BLOCO 3 – Qualidade dos elementos estruturais do Programa Criança Feliz	3.1 Equipamentos e materiais de trabalho	3.1.1 O programa oferta os materiais necessários de trabalho? 3.1.2 Quando necessário, quais as formas de deslocamentos dos agentes até as famílias beneficiárias? 3.1.3 O programa fornece equipamentos de segurança e EPI's? 3.1.4 Já aconteceu a falta de algum material de trabalho? Qual (is) material faltou e quando?
	3.2 Estrutura física	3.2.1 Como você avalia o espaço destinado para seu trabalho? 3.2.2 No que poderia melhorar a estrutura física do Programa?
BLOCO 4- Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz	4.1 Intensidade do programa	4.1.1 Qual a demanda do seu serviço? 4.1.2 Qual é a regularidade da prestação de contas das suas tarefas que o Programa exige? 4.1.3 Na sua opinião, o número de colaboradores é suficiente para a demanda dos serviços? 4.1.4 Quantos colaboradores (visitadores, supervisores e assistentes sociais) o Programa Criança Feliz possui?
	4.2 Rotina do programa	4.2.1 Quais são suas ações com as famílias beneficiárias do Programa? 4.2.2 O que você aperfeiçoaria em sua rotina de trabalho? 4.2.3 A sua rotina funcional recebe acompanhamento técnico e funcional de supervisores?
	4.3 Conhecimento e experiência adquiridos	4.3.1 Como você avalia sua experiência no Programa? 4.3.2 Descreva uma experiência/fato significativa como coordenadora.
BLOCO 5 – Interação entre os atores do Programa Criança Feliz	5.1 Interação agente e família	5.1.1 Como é a sua relação com as famílias? 5.1.2 O que você melhoraria na sua relação com as famílias beneficiárias? 5.1.3 Você consegue atender as demandas dos beneficiários do Programa?
	5.2 Interação agente e visitador	5.2.1 Como é a sua relação com os visitadores do Programa? 5.2.2 As visitadoras seguem as suas orientações?
	5.3 Interação agente e rede de assistência social	5.3.1 Como é a sua relação com a rede de assistência social? 5.3.2 Os serviços e políticas do município dão o suporte necessário para o Programa?

Quadro 6 - Roteiro de entrevista com supervisoras e assistentes sociais

(conclusão)

Blocos	Dimensões	Questões
BLOCO 5 – Interação entre os atores do Programa Criança Feliz	5.3 Interação agente e rede de assistência social	5.3.3 As demandas manifestadas pelas famílias beneficiárias do Programa são atendidas pela rede de assistência social? 5.3.4 Você acha que os sujeitos responsáveis pela rede reconhecem seu trabalho?
BLOCO 6- Serviços prestados aos beneficiários do Programa Criança Feliz	6.1 Famílias beneficiárias	6.1.1 Como você analisa se as famílias assistidas retornam e seguem as instruções prestadas pelo Programa Criança Feliz? 6.1.2 Como o Programa Criança Feliz contribui para o desenvolvimento dos beneficiários? 6.1.3 Quais as mudanças percebidas na vida dos beneficiários após serem atendidos pelo Programa? 6.1.4 Qual a sua opinião acerca da realidade social das famílias assistidas pelo Programa? 6.1.5 Quais as principais necessidades apresentadas pelas famílias durante os atendimentos? 6.1.6 Quantas famílias/beneficiários você atende pelo programa? 6.1.7 Das necessidades identificadas das famílias assistidas pelo Programa, quais o Programa não consegue suprir/atender? 6.1.8 Como você percebe a interação e os resultados do Programa nas famílias assistidas? 6.1.9 Quais são as dificuldades encontradas no diálogo com as famílias? 6.1.10 Qual a sua percepção em relação ao serviço prestado pelo Programa Criança Feliz com as famílias beneficiárias?
BLOCO 7- Sobre o Programa Criança Feliz	7.1 Administração do Programa	7.1.1 Como se dá a admissão das famílias no Programa Criança Feliz? 7.1.2 Como você avalia a política de acesso das famílias ao Programa Criança Feliz? 7.1.3 A forma de ingresso das famílias no Programa contempla todos os necessitados? 7.1.4 Você acha que o número de atendimentos realizados pelo Programa é o suficiente para formalizar os objetivos do mesmo? 7.1.5 Como você analisa a forma que o Programa Criança Feliz trabalha o exercício da parentalidade com as famílias assistidas? 7.1.6 O que você mudaria ou acrescentaria nos serviços prestados pelo Programa? 7.1.7 Considerando a execução da intersetorialidade, como você avalia a relação do Programa com os serviços: CRAS, Conselho Tutelar, Unidades Básicas de Saúde, creches, Secretaria de Assistência Social entre outros? 7.1.8 Como é realizada a contratação dos profissionais que atuam no Programa? 7.1.9 Como as ações estão sendo planejadas e executadas perante a demanda apresentada pelo Programa?

Fonte: Elaborado pela autora.

Optou-se por esse roteiro de entrevistas baseado nos objetivos da pesquisa e na literatura sobre o tema conforme Protocolo 5C de Brynard (2005), sendo que as questões referem-se às dimensões estabelecidas *a posteriori*, ou seja, depois da experiência durante a participação em 2020 no projeto de pesquisa: Avaliação qualitativa da percepção de

resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância, apoiada pelos fatos.

Na sequência, para a coleta de dados desta pesquisa, foram aplicadas as seguintes metodologias: análise documental e bibliográfica. Em relação à análise documental, foram investigados relatórios, guias, cadernos, cartilhas do governo federal referentes ao Programa Criança Feliz, bem como documentos, resultados e relatórios exibidos em reportagens no site oficial do Ministério da Cidadania. Segundo Oliveira (2007, p.69) a pesquisa documental “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”.

Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de uma busca, consulta e leitura no acervo de obras literárias explorando as áreas de conhecimento e pensamentos diversos de autores sobre o tema específico da pesquisa, para Gil (2002, pg.44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Os autores Martins e Theóphilo (2016, p. 52) defende que:

Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema.

Destaca-se que os dados secundários foram coletados por entrevista semiestruturada (Anexo A), mediante acesso e participação em 2020 no projeto: Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), para analisar a percepção das visitadoras do Programa Criança Feliz. Sendo que foram selecionadas as visitadoras dos municípios de Tenente Portela e Dom Pedrito, pois executam somente o Programa Criança Feliz sem a integração do Programa Primeira Infância-PIM.

5.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A investigação dos dados foi realizada baseada na análise de conteúdo levando em consideração as informações das entrevistas e da pesquisa documental, que conforme Bardin (2016, p.15) a metodologia da análise de conteúdo trata-se de “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a

‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Nesse sentido, “a análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados” (CAVALCANTE, CALIXTO e PINHEIRO, 2014).

De acordo com Minayo (2007), funcionalmente, a Análise Temática de Conteúdo processa-se nas etapas de pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação. A análise de conteúdo, resumidamente, compreenderá as seguintes etapas: transcrição das entrevistas, organização documental, leitura do material pesquisado, análise das respostas das entrevistadas destacando palavras-chaves, identificação de semelhanças nos relatos das entrevistas com as supervisoras, assistentes sociais e visitadoras, por último interpretações embasadas na teoria.

De acordo com Appolinário (2012), existem infinitos métodos de coletar dados de pesquisa, e isso ocorre em função das diversas possibilidades referentes aos próprios instrumentos de pesquisa. O principal instrumento escolhido para a coleta de dados nesta pesquisa foi a entrevista semiestruturada, aplicadamente planejada para extrair o máximo de informações do entrevistado e um diálogo gravado mediante devida autorização dos entrevistados. Todas as entrevistas foram transcritas, para a análise da coleta dos dados devidamente estudada conforme transcrição realizada e certas observações.

Para auxiliar na avaliação dos dados coletados foi utilizado o Protocolo 5C de Brynard, com algumas de suas variáveis analíticas. As entrevistas realizadas com os agentes buscaram informações sobre o comprometimento, capacidade administrativa, clientes/coligações e comunicações do Programa Criança Feliz, ao passo que as dimensões: Conteúdo- não foi considerado como uma variável, pois as metas, métodos para atingir os objetivos e critérios de implementação do Programa são idênticos para todos os municípios que aderirem ao Programa Criança Feliz. Contexto- devido que todas as famílias e municípios para participarem do Programa necessitam preencher as condições exigidas pelo mesmo.

No caso da presente pesquisa, o primeiro C referindo-se ao “Conteúdo” não foi considerado como uma variável, pois as metas e os métodos voltados para atingi-las traçados pelo governo inclusos nesse programa, são idênticos para todos os municípios que aderirem ao Programa Criança Feliz, assim como os critérios de implementação do Programa nos municípios. Também não foi ponderado o segundo C de “Contexto”, visto que todas as famílias e municípios para participarem do Programa necessitam preencher os quesitos exigidos pelo mesmo, no qual o contexto social é de baixa renda em razão de participarem famílias do Programa Bolsa Família (atual Auxílio Brasil) com registro no Cadastro Único

para Programas Sociais do governo, o econômico é igual para todos os municípios participantes com repasse estabelecido de R\$ 75,00 mensais por beneficiário, o PCF cumpre as legislações vigentes e há relações políticas entre os poderes municipais, estaduais e federais.

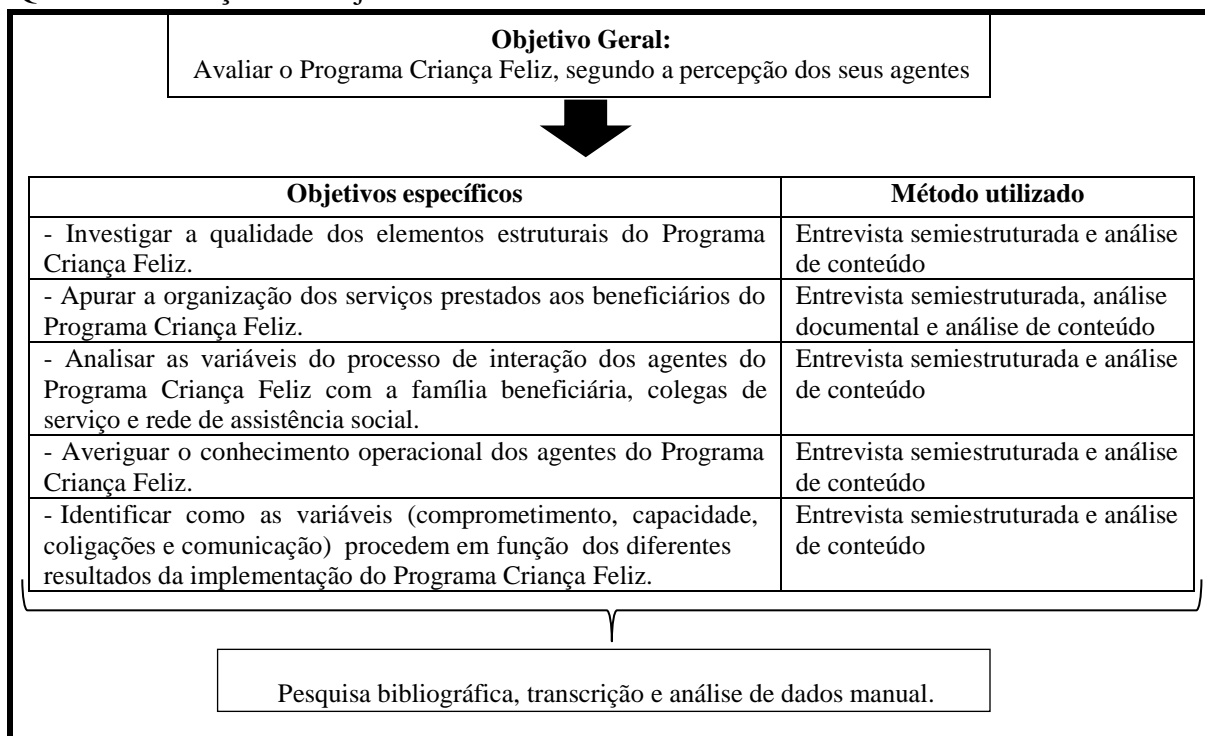
As famílias para participarem devem se encaixar nos requisitos do público prioritário que são: gestantes e crianças de até 36 meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada; crianças de até 72 meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista e suas famílias; e crianças de até 72 meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que perderam ao menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, durante o período Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da Covid-19. Os municípios devem ter: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS com registro no Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social e pelo menos 140 indivíduos do público prioritário do Programa.

Vale reforçar, que os questionamentos do protocolo de entrevistas além de basear-se no Protocolo 5C de Brynard visa avaliar o Programa Criança Feliz segundo a percepção dos seus agentes, por esse motivo possui perguntas que ampliam o leque de variáveis suscetíveis para essa análise. Em outras palavras, para a avaliação dos dados coletados não foi utilizado somente o Protocolo 5C de Brynard, mas também utilizou-se interrogações direcionadas a interação entre os atores, perfil e conhecimento operacional dos agentes, qualidade dos elementos estruturais, entendimento das variáveis e a respeito do Programa Criança Feliz, serviços prestados aos beneficiários do Programa. Sendo que, esse conjunto de variáveis e dimensões contemplam os objetivos da pesquisa.

Assim, para análise e tratamento de dados será realizada integralmente a transcrição das entrevistas, para compreensão e verificação das informações coletadas. A transcrição consiste principalmente na transformação de uma fala oral em texto escrito com significado, para posteriormente poder ser analisado e observado as informações pertinentes da entrevista (Azevedo et al., 2017). O processo de transcrição das entrevistas permite reduzir erros provenientes à impressão ou lembranças de informações, considerando os significados individuais.

Para entender o caminho percorrido para chegar aos objetivos com a análise de dados, apresenta-se abaixo o seguinte percurso no quadro 7:

Quadro 7 - Relação dos objetivos com os métodos utilizados



Fonte: Elaborado pela autora.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados encontrados com a realização da pesquisa. Inicialmente apresenta-se a análise das entrevistas realizadas com as supervisoras e assistentes sociais do Programa Criança Feliz (4.1). Logo, investiga-se as entrevistas das visitadoras mediante dados secundários (4.2). Posteriormente apresenta-se a análise comparativa das agentes do Programa Criança Feliz (4.3) e por último o balanço dos resultados obtidos (4.4).

6.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS SUPERVISORAS E ASSISTENTES SOCIAIS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Essa seção procura apresentar as concepções das agentes (supervisoras e assistentes sociais) em relação ao Programa Criança Feliz atendendo aos objetivos da pesquisa, conhecendo o perfil e a rotina do trabalho das agentes, assim como a estrutura, interação, administração e os serviços prestados aos beneficiários. Para esse fim, dividiu-se a análise em sete blocos: Perfil dos agentes do Programa Criança Feliz (4.1.1); Conhecimento operacional dos agentes do Programa Criança Feliz (4.1.2); Qualidade dos elementos estruturais do Programa Criança Feliz (4.1.3); Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz (4.1.4); Interação entre os atores do Programa Criança Feliz (4.1.5); Serviços prestados aos beneficiários (4.1.6) e sobre o Programa Criança Feliz (4.1.7). O quadro 8 a seguir sumariza os blocos, dimensões e variáveis (temas):

Quadro 8 - Blocos, dimensões e variáveis da entrevista

(continua)

Blocos	Dimensões	Temas
BLOCO 1 - Perfil dos agentes do Programa Criança Feliz	1.1 Perfil	1.1.1 Município 1.1.2 Idade 1.1.3 Nível de Escolaridade 1.1.4 Estado civil 1.1.5 Sexo 1.1.6 Tempo no Programa 1.1.7 Vínculo empregatício 1.1.8 Função
BLOCO 2- Conhecimento operacional dos agentes do Programa Criança Feliz	2.2 Realização profissional e reconhecimento	2.2.1 Escolha 2.2.2 Percepção própria 2.2.3 Percepção da sociedade 2.2.4 Contribuição/importância do trabalho
	2.3 Carga de trabalho	2.3.1 Número de famílias atendidas pelo programa 2.3.2 Cumprimento das tarefas 2.3.3 Duração das visitas

Quadro 8 - Blocos, dimensões e variáveis da entrevista

(conclusão)

Blocos	Dimensões	Temas
BLOCO 2- Conhecimento operacional dos agentes do Programa Criança Feliz	2.3 Carga de trabalho	2.3.4 Periodicidade das reuniões
	2.4 Treinamento e capacitação	2.4.1 Cursos de formação para ingresso 2.4.2 Cursos de treinamentos e/ou capacitação 2.4.3 Avaliação dos cursos ofertados 2.4.4 Competência adicional
BLOCO 3 – Qualidade dos elementos estruturais do Programa Criança Feliz	3.1 Equipamentos e materiais de trabalho	3.1.1 Oferta de materiais 3.1.2 Deslocamento dos agentes 3.1.3 Fornecimento equipamentos de segurança e EPI's 3.1.4 Falta de materiais
	3.2 Estrutura física	3.2.1 Espaço de trabalho 3.2.2 Melhoramento na estrutura física
BLOCO 4- Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz	4.1 Intensidade do Programa	4.1.1 Demanda do serviço 4.1.2 Regularidade da prestação de contas 4.1.3 Número de colaboradores X Demanda serviço 4.1.4 Número de colaboradores
	4.2 Rotina do programa	4.2.1 Ações com as famílias 4.2.2 Aprimoramento da rotina de trabalho 4.2.3 Acompanhamento de supervisores
	4.3 Conhecimento e experiência adquiridos	4.3.1 Avaliação da experiência 4.3.2 Experiência/fato significativo
BLOCO 5 – Interação entre os atores do Programa Criança Feliz	5.1 Interação agente e família	5.1.1 Relação com as famílias 5.1.2 Melhoramento na relação com as famílias 5.1.3 Atendimento das demandas dos beneficiários
	5.2 Interação agente e visitador	5.2.1 Relação com as visitadoras 5.2.2 Orientações fornecidas às visitadoras
	5.3 Interação agente e rede de assistência social	5.3.1 Relação com a rede de assistência social 5.3.2 Suporte necessário do município 5.3.3 Atendimento das demandas familiares 5.3.4 Reconhecimento do trabalho
BLOCO 6- Serviços prestados aos beneficiários do Programa Criança	6.1 Famílias beneficiárias	6.1.1 Retorno das famílias 6.1.2 Contribuição para o desenvolvimento dos beneficiários 6.1.3 Mudanças percebidas na vida dos beneficiários 6.1.4 Realidade social das famílias assistidas 6.1.5 Principais necessidades das famílias 6.1.6 Número de famílias atendidas pelo agente 6.1.7 Necessidades não atendidas 6.1.8 Resultados do Programa 6.1.9 Dificuldades no diálogo com as famílias 6.1.10 Percepção em relação ao serviço prestado pelo Programa
BLOCO 7- Sobre o Programa Criança Feliz	7.1 Administração do Programa	7.1.1 Admissão das famílias no Programa 7.1.2 Política de acesso das famílias ao Programa 7.1.3 Forma de ingresso X necessários 7.1.4 Números de atendimentos suficientes 7.1.5 Exercício da parentalidade 7.1.6 Mudança no serviço 7.1.7 Execução da intersectorialidade 7.1.8 Contratação dos profissionais 7.1.9 Planejamento e execução das ações do Programa

Fonte: Elaborado pela autora.

6.1.1 Perfil das agentes do Programa Criança Feliz

Neste primeiro bloco, apresenta-se as características das agentes do Programa Criança Feliz com seus respectivos temas. Para conhecer o perfil sociodemográfico das assistentes sociais e supervisoras do Programa Criança Feliz nos municípios de Dom Pedrito e Tenente Portela, apresenta-se as informações referentes às variáveis: município, idade, nível de escolaridade, estado civil, sexo, tempo no programa, vínculo empregatício e função. Destaca-se que a escolha dos municípios que fazem parte da amostra dessa pesquisa, se dá em função da execução exclusiva do Programa Criança Feliz, ou seja, esses dois municípios não aderiram ao PIM, não há a integração do Programa Criança Feliz com o Programa Primeira Infância Melhor-PIM .

A pesquisa foi desenvolvida em dois diferentes municípios e foram realizadas entrevistas com 1 assistente social e 1 supervisora da cidade de Dom Pedrito e de Tenente Portela, totalizando 4 entrevistadas, sendo todas do sexo feminino. O quadro 9 demonstra as principais informações sobre as variáveis sócio demográficas das entrevistadas. No quadro também é informado os respectivos códigos que serão utilizados para a apresentação das narrativas das agentes.

Quadro 9 - Perfil das Assistentes Sociais e Supervisoras

Código	Idade	Nível de Escolaridade	Estado civil	Sexo	Tempo no PCF	Vínculo Empregatício	Função
E1	44 anos	Pós-graduação	casada	F	3 anos	Concursada do município cedida para o PCF	Assistente social do GTM
E2	40 anos	Ensino Superior Completo	casada	F	3 anos	Orientadora Social Concursada	Supervisora
E3	42 anos	Ensino Superior Completo	casada	F	4 anos	Concursada do município	Técnica de referência assistente social
E4	50 anos	Pós-graduação	casada	F	2 anos	Processo seletivo contrato	Supervisora

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à escolaridade das assistentes sociais, uma possui ensino superior completo do município de Tenente Portela e a assistente social de Dom Pedrito possui pós-graduação completa. A supervisora de Tenente Portela possui pós-graduação completa e a de Dom Pedrito possui ensino superior completo, sendo que as idades variam entre 40 a 50 anos. Quanto ao estado civil todas são casadas, com tempo de serviço no Programa Criança Feliz de 2 a 4 anos. Referente ao vínculo empregatício, 3 agentes do programa são concursadas do município e somente a supervisora do município de Tenente Portela é contratada mediante processo seletivo.

6.1.2 Conhecimento operacional das agentes do Programa Criança Feliz

O segundo bloco de resultados apresenta questões relacionadas com a Realização profissional e reconhecimento (escolha profissional, percepção própria, percepção da sociedade, contribuição/importância do trabalho), Carga de trabalho (número de famílias atendidas, cumprimento das tarefas, duração das visitas, periodicidade das reuniões), Treinamento e capacitação (cursos de formação para ingresso, cursos de treinamentos e/ou capacitação, avaliação dos cursos ofertados, competência adicional).

A dimensão Realização profissional e reconhecimento é formada por quatro variáveis: escolha profissional como agente do Programa Criança Feliz, percepção própria sobre o Programa Criança Feliz, percepção da sociedade à respeito do Programa Criança Feliz e a contribuição/importância do trabalho das agentes, no caso assistentes sociais e supervisoras.

Os motivos mais citados que levaram as agentes escolherem o Programa Criança Feliz para atuar, podem ser sintetizados em dois fatores: convite para fazer parte da equipe, por indicação não houve uma escolha. Somente a supervisora do município de Tenente Portela mencionou que na época estava desempregada e o processo seletivo para supervisora do Programa foi uma oportunidade, conforme relato abaixo:

Eu estava na época sem emprego e daí apareceu esse seletivo eu fiz e fiquei em primeiro lugar e daí é uma oportunidade (E4).

As percepções das assistentes sociais e supervisoras sobre o trabalho que desenvolvem no Programa Criança Feliz demonstram os seguintes aspectos: sempre tentar dar o melhor, gostar bastante do que faz, difícil por falta de tempo e acúmulo de funções e a importância do seu trabalho para as famílias em vulnerabilidade, como destaca em sua fala a entrevistada 1:

Assim eu acho que o programa ele vem ele tem uma grande valia para as famílias como nós não temos PIM no município nós temos uma grande um grande número de famílias bem carente aqui no município de bairros que a renda é bem inferior

trabalho informal então eu acho que ele vem acarreta assim uma grande valia para essas famílias de orientação de apoio certa forma ele está levando um serviço do CRAS para dentro das residências acho que é bem válido (E1).

Quando questionadas sobre a percepção da sociedade em relação ao seu trabalho no Programa Criança Feliz as agentes pontuam em seus relatos as seguintes questões: o reconhecimento está melhor, as famílias gostam de serem atendidas, a aceitação das famílias é boa e tem grande procura pelo Programa, conforme afirma a respondente 3:

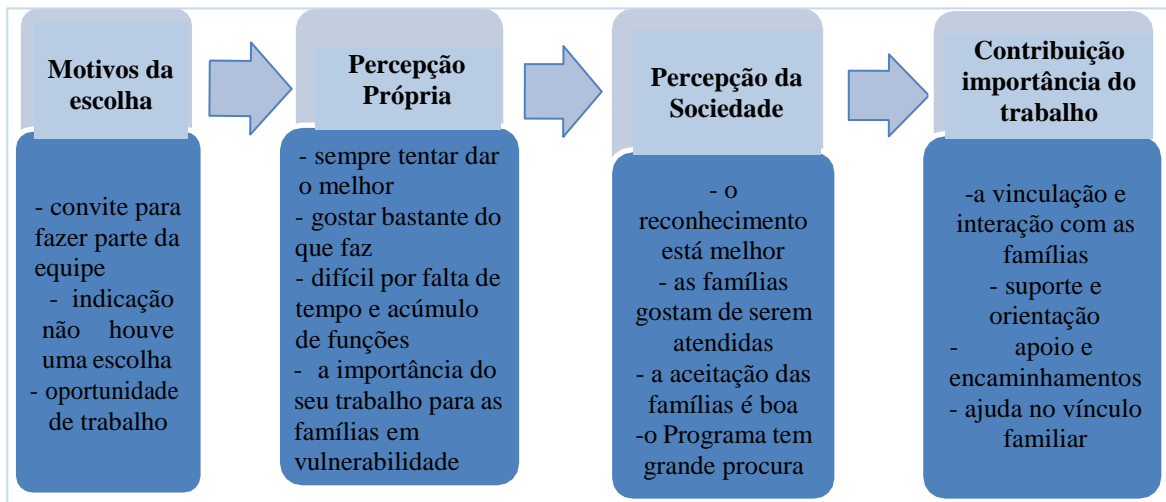
Acho que tem uma boa aceitação assim nós temos bastante procura as famílias procuram bastante o CRAS gostam de frequentar as atividades oferecidas assim as famílias são bastante procuradas não temos grandes problemas assim de não ter uma demanda (E3).

Todas as assistentes sociais e supervisoras consideram que seu trabalho tem uma grande contribuição e importância, principalmente no que diz respeito a vinculação e interação com as famílias durante as visitas domiciliares; suporte, orientação, apoio e encaminhamento de benefícios para as famílias; ajuda no vínculo familiar com as atividades, atendimento e acompanhamento. A entrevistada 2, destaca a importância de evitar riscos e melhorar a percepção da mãe com o filho com a ligação que existe durante as visitas domiciliares com as famílias:

Nossa gente eu acredito que com essa ligação que se tem essa questão semanal a gente consegue tirar evita vários riscos conseguimos falar enquanto visitadora também né porque a gente faz visitas também como supervisora a gente consegue diminuir riscos das famílias melhorar a percepção que a mãe tem que ter perante ao filho muitas vezes a questão de das brincadeiras a gente consegue dá ideias que talvez elas não tenham, dimensões que as mães não tenham que um simples pintar tá trabalhando muitas outras coisas então a gente consegue tenta explica isso ai e acho que com certeza é bem válido (E2).

A figura 3 representa o resumo dos resultados obtidos em cada uma das quatro variáveis que formam a dimensão Reconhecimento profissional e reconhecimento, demonstra uma visão geral das respostas citadas pelas agentes com palavras-chaves que correspondem a cada variável.

Figura 3 - Resumo da dimensão Reconhecimento profissional e reconhecimento



Fonte: Elaborado pela autora.

A dimensão Carga de Trabalho é composta por quatro variáveis: número de famílias atendidas, cumprimento das tarefas, duração das visitas e periodicidade das reuniões. Referente ao número total de famílias atendidas pelo Programa Criança Feliz há uma divergência nas respostas das assistentes sociais e supervisoras. Do município de Dom Pedrito, a entrevistada 1 afirmou que são 100 indivíduos atendidos já a entrevistada 2 falou 104 famílias, do município de Tenente Portela a entrevistada 3 disse em torno de 88 famílias e a entrevistada 4 declarou em torno de 78.

A maioria das agentes não conseguem cumprir com todas as tarefas designadas pela agenda do programa, conforme relatos:

Algumas não é todas é mais questão de suporte a gente colabora assim quando elas tem algumas dúvidas quando elas trazem alguma situação que elas estão observando há essa troca nelas tem essa liberdade de vir até nós e está acontecendo isso o que a gente pode tá fazendo pra melhora essa situação mas dizer assim que a gente dá conta de tudo não dá porque a gente não é exclusiva do programa tem outras demandas (E3).

Tem coisas que eu ainda não consigo porque eu só tenho a minha carga horária de vinte, mas na medida do possível eu estou conseguindo sabe (E4).

Em relação ao tempo e a frequência adequados para as visitas domiciliares, todas as agentes consideram adequado a duração atribuída. A respondente 2 detalha a visita remota no momento da pandemia:

No momento de pandemia a gente fez muita visita remota na maioria assim nesse semestre eu enquanto supervisora foi muito remoto muito então sim porque se torno bem mais fácil se a gente para pensar muitas vezes claro a gente não temos retorno de todas as famílias de como a gente chegava na casa o retorno era obrigatório já era a troca mas sim acredito que seja ok (E2).

Quando questionadas sobre a periodicidade que o programa faz reuniões referentes aos serviços, organização e dados coletados, as entrevistadas resumidamente citaram: de acordo com o serviço, quinzenal, semanal e mensal. Os relatos das agentes a este respeito são:

Pois então isso era quinzenal depois com a pandemia se perdeu um pouco então vai de mais de acordo do que ocorre com os serviços que a supervisão acredita que seja necessário (E1).

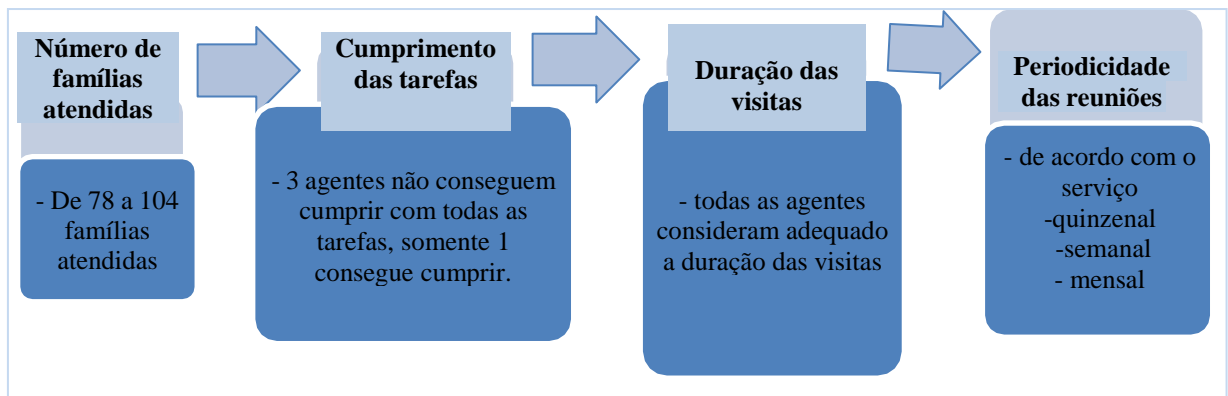
Assim toda sexta-feira as orientadoras fazem um *feedback* da semana, no início do mês final do mês a gente faz uma reunião programando todo mês posterior como vai ser todas as atividades a gente faz o plano de ação do mês e no meio do mês a gente faz mais uma reunião então tem *feedback* semanal, tem uma reunião projetando todo o mês e no meio do mês assim nós temos mais uma reuniãozinha para de repente se precisa fazer alguma troca de atividade ou se surge demandas ai sempre tem (E2).

Nós estamos reestruturando isso ai também, mas assim a gente tá montando um calendário estamos tentando pra ver se a gente consegue dá conta dessa agenda que seria de quinze em quinze dias a gente está sentando com elas fazendo uma capacitação fazer trocas de experiências, o que elas podem trazer as dificuldades delas o que a gente pode está auxiliando nessas questões, aquela residência eu estou observando isso talvez seria necessário a visita da assistente social então a gente tem está se organizando para isso até nós estamos organizando agora a capacitação dessas novas visitadoras que ainda não estão capacitadas mas elas já estão atuando a gente passou as orientações elas estão estudando e fazendo o trabalho delas não foram ainda capacitadas por nós (E3).

É semanal é toda as sextas-feiras a gente está fazendo dai a gente fica aqui para se reunir e conversar e debater e planejar para a próxima semana (E4).

A figura 4 representa o resumo dos resultados obtidos em cada uma das quatro variáveis que formam a dimensão Carga de trabalho.

Figura 4 - Resumo da dimensão Carga de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

A dimensão Treinamentos e Capacitação é composta por quatro variáveis: cursos de formação para ingresso, cursos de treinamentos e/ou capacitação, avaliação dos cursos ofertados e competência adicional. Em relação a oferta e realização de cursos de formação

para a atuação como agente no Programa Criança Feliz, as interrogadas 3 e 4 não fizeram cursos de formação para ingresso, já as questionadas 1 e 2 realizaram cursos presenciais e remotos:

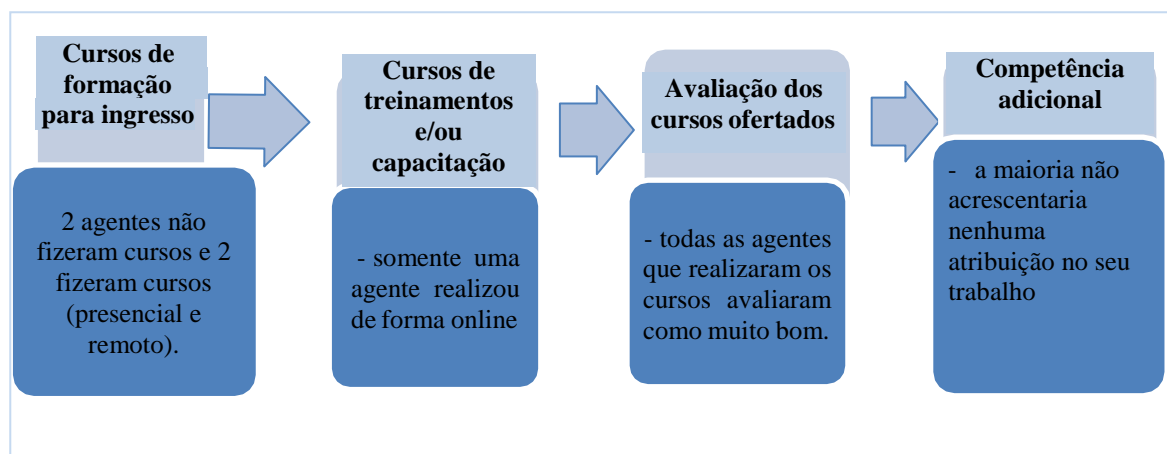
Sim a gente teve capacitações em Porto Alegre foram três módulos durante uma semana toda, oito horas por dia foi bem aplicado por eles isso já faz dois anos (E1).

Sim eu fiz os cursos básicos que tinham através do MDS era EAD (E2).

Quanto aos cursos de treinamentos e capacitação realizados durante o Programa, somente uma realizou de forma online. Todas as agentes que fizeram os cursos ofertados pelo Programa Criança Feliz avaliaram como muito bom. Referindo-se à competência adicional na rotina do trabalho, a maioria não acrescentaria nenhuma atribuição no seu trabalho, somente uma agente não soube responder no momento.

A figura 5 representa o resumo dos resultados obtidos em cada uma das quatro variáveis que formam a dimensão Treinamento e capacitação.

Figura 5 - Resumo da dimensão Treinamento e capacitação



Fonte: Elaborado pela autora.

6.1.3 Qualidade dos elementos estruturais do Programa Criança Feliz

O terceiro bloco de resultados apresenta questões relacionadas com a estrutura física, materiais e equipamentos disponibilizados para o trabalho no Programa Criança Feliz, abordando duas dimensões: equipamentos e materiais de trabalho e estrutura física. A dimensão equipamentos e materiais de trabalho é composta por quatro variáveis: oferta de materiais, deslocamento dos agentes, fornecimento equipamentos de segurança e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e a falta de materiais.

Na variável oferta de materiais, foram observadas questões relacionadas à disponibilidade de materiais necessários para a realização do trabalho no Programa Criança Feliz. Os resultados apontam que os materiais necessários dentro do possível são ofertados, sendo confirmado por todas as entrevistadas. A entrevistada 2 reforça que a maioria dos materiais usados são recicláveis e o processo de compras é demorado devido à licitação:

Sim assim a gente tem bastante dificuldade de compras em função que tudo demora licitação essas questões de serviços públicos não é, mas tudo depende de uma organização para pedir com antecedência mas a gente sabe que isso ai é em todos os ramos públicos só que o serviço do Criança Feliz a maioria das coisas usadas do que se tem em casa por um lado eu acho bom e por outro não porque as crianças não tem uma dimensão do que mais se tem porque assim ó o que eles tem em casa é o mínimo, mas o que uma criança poderia vou considerar assim uma escola particular ela oferece coisas muito melhores e aquelas crianças tem muita maiores condições de pode por causa que a questão pedagógica, didática são muito melhores então eu acho que só com que se tem em casa seja o ideal isso é uma questão que eu sou um pouco contra ao serviço entendeu o Criança Feliz é para tu utilizar tudo que tem em casa o reciclado mas eu acho que essas crianças poderiam ter uma oportunidade melhor [...] (E2).

A forma de deslocamento das agentes para as visitas domiciliares é por conta própria ou de carro mediante organização com motorista do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS ou da Secretaria, principalmente nas residências rurais localizadas no interior do município. Todas as entrevistadas reforçam que o deslocamento das visitadoras é por meios próprios exposto no contrato do processo seletivo, mas no caso das famílias que moram na zona rural também é disponibilizado veículo para as visitas domiciliares, conforme relata as respondentes 1 e 2:

Sim, daí no caso tem famílias que são fora da área urbana ou meio distante tanto visitadoras tem acesso a carro como a gente no caso o meu serviço é normal, o meu tem o carro da secretaria (E1).

A maioria das vezes assim no nosso processo seletivo não tem é por conta própria que a gente sempre coloca no processo seletivo assim, mas na maioria das vezes se consegue um motorista do local dos CRAS e ai é organizado entre os técnicos e ai é feita a visita de carro (E2).

Quando questionadas sobre o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual- EPI's pelo Programa, todas as entrevistadas responderam que sim o Programa fornece EPI's. Quanto a falta de algum material de trabalho, somente a entrevistada 1 disse que ocorre a falta de materiais:

Isso com frequência falta é uma briga antiga nossa da GTM- Grupo Técnico Municipal com a administração com a questão de materiais da administração desses recursos. Materiais para a gente fazer interações tipo com datas festivas dia da criança sempre tem sempre existe essa dificuldade. Isso seguidamente acontece (E1).

A Figura 6 apresenta o resumo dos resultados obtidos em cada uma das quatro variáveis que formam a dimensão equipamentos e materiais de trabalho.

Figura 6 - Resumo da dimensão equipamentos e materiais de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

A dimensão estrutura física é composta por duas variáveis: espaço de trabalho e melhoramento na estrutura física. Em relação a variável espaço de trabalho a grande maioria das entrevistadas apontaram que os espaços são muito bons, amplos, salas acessíveis para o atendimento. Somente a entrevistada 1 pontua que o lugar poderia ser melhor e individual:

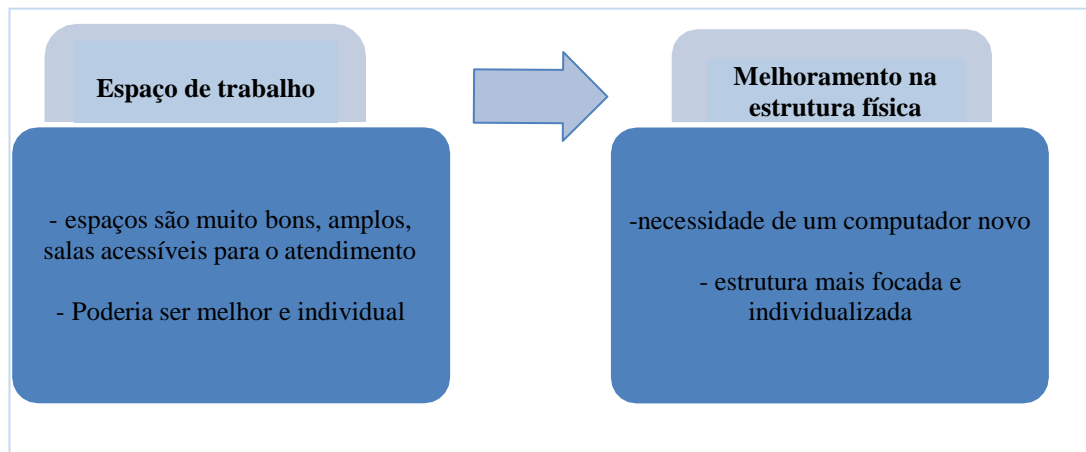
O espaço é poderia ser melhor né é dividido como tudo aqui o programa é dividido com outros setores então claro tem tua área específica, mas poderia ser melhor né poderia ser uma coisa exclusiva (E1).

Quanto ao melhoramento da estrutura física do Programa Criança Feliz, duas entrevistadas evidenciaram a necessidade de um computador novo para usar com os trabalhos efetuados no Programa, a entrevistada 2 não vê no momento melhoramentos para o local de trabalho. A entrevistada 1 demonstra a precisão de uma estrutura mais focada e individualizada:

Poderia ser melhor reconhecido esse programa né já que é um programa que dá muita visibilidade para o município número de famílias a abrangência a forma como é feito, tem agentes próprios coisa e tal acho que deveria ter uma estrutura mais focalizada para essas pessoas que trabalham ali uma melhor individualidade (E1).

A Figura 7 apresenta o resumo dos resultados obtidos nas duas variáveis que formam a dimensão Estrutura Física.

Figura 7 - Resumo da dimensão Estrutura Física



Fonte: Elaborado pela autora.

6.1.4 Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz

Neste quarto bloco de resultados são as variáveis relacionadas às três dimensões: intensidade do programa, rotina do programa e conhecimento e experiência adquirida. A dimensão Intensidade do programa é composta por quatro variáveis: demanda do serviço, regularidade da prestação de contas, número de colaboradores/demanda serviço e número de colaboradores.

Quando questionadas sobre a demanda dos seus serviços, as entrevistadas relatam que o serviço é basicamente trabalhar com: as equipes e famílias mais vulneráveis, atividades em grupo, encaminhamentos para auxílios ou alguma necessidade que os beneficiários têm direito, acompanhamentos, serviço social, cuidar as visitas se estão sendo bem realizadas, planejamento e lançamento das visitas domiciliares, auxiliar as visitadoras e quando necessário acompanhar nas visitas com as famílias. Algumas das falas que apontam essas demandas:

[...] eu executo o meu trabalho com as equipes com as famílias que a gente acha necessário inserir nesse programa, mas não tem nada exclusivo digamos assim é meu trabalho de forma geral com essas famílias que são mais vulneráveis que a gente incluiu nesse programa (E1).

A minha demanda é assim eu trabalho no sistema, lanço as visita das menina, ajudo as menina nas atividades trago atividade, faço também tipo brinquedos de sucata, essas coisas auxilio as menina e ajudo e até faço acompanho elas na visita quando tipo mais quando é necessário eu acompanho elas mas não sempre estou sempre com elas mas auxilio nesse sentido assim (E4).

De acordo com algumas entrevistadas, quando indagadas sobre a regularidade da prestação de contas das tarefas que o Programa exige, afirmam que não há prestação de

contas, já as entrevistadas 3 e 4 declaram que é realizado mensalmente um relatório com a prestação de contas:

A prestação de contas é feita mensal a gente faz os relatórios encaminha para gestão e também tem o relatório do RMA- Registro Mensal de Atendimentos que é do governo que todo mês a gente tem que está fazendo no sistema que é dos serviços da prestação de contas dos serviços de recursos aí não sou eu que faço essa questão de recursos nem passa por mim é para minha colega de gestão (E3).

O sistema é a gente tem que fazer um relatório um relatório mensal a gente estava fazendo para ver quantas visitas foi acompanhada quantas, minha função não é, e quantas famílias foram acompanhadas durante o mês assim a gente entrega mensal daí essa avaliação vai num relatório que diz (E4).

As respondentes foram unânimes em afirmar que o número de colaboradores é suficiente para a demanda dos serviços do Programa Criança Feliz. Em relação ao número de colaboradores que o Programa Criança Feliz possui, todas participantes da entrevista informaram que possuem uma supervisora e uma assistente social, as entrevistadas 1, 3 e 4 falaram que possuem três visitadoras. Vale salientar, que a entrevistada 2 relatou que possui uma enfermeira e uma pedagoga que faz parte da equipe, as entrevistadas 3 e 4 ressaltam que possui uma psicóloga no grupo. Para melhor compreensão, a figura 8 abaixo demonstra o número de colaboradores por entrevistada.

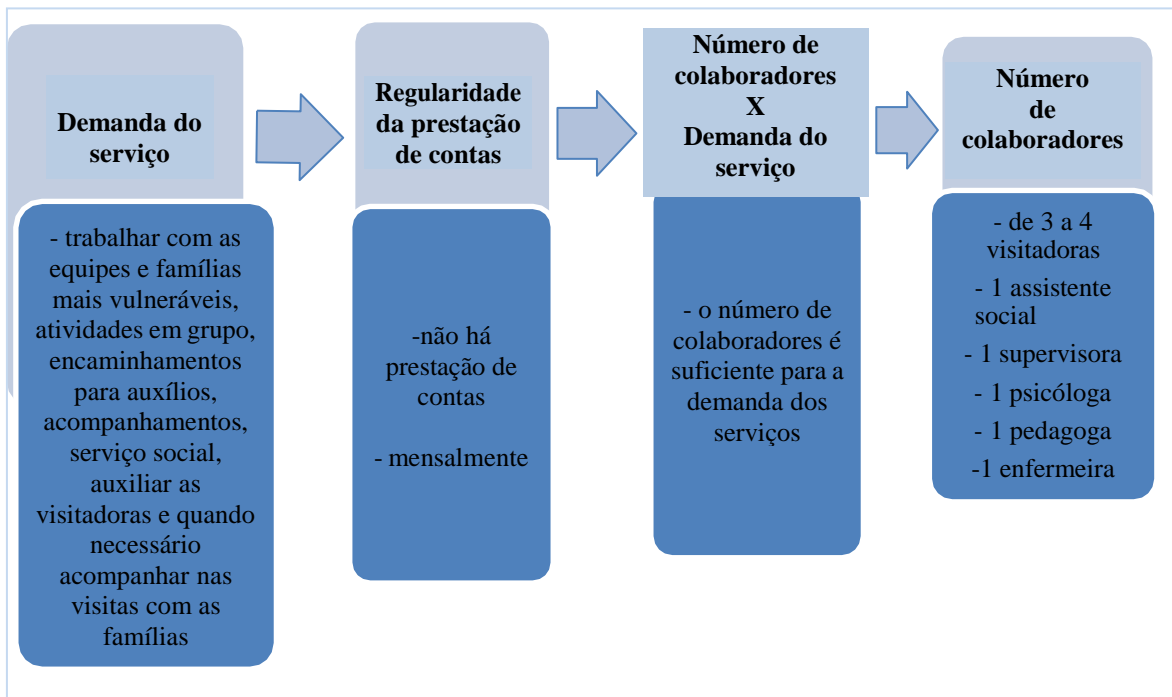
Figura 8 - Demonstração do número de colaboradores

E1	- 1 supervisora - 1 assistente social	- 3 visitadoras	- 1 enfermeira - 1 pedagoga
E2	- 1 supervisora - 1 assistente social	- 3 visitadoras	- 1 psicóloga
E3	- 1 supervisora - 1 assistente social	- 4 visitadoras	
E4	- 1 supervisora - 1 assistente social	- 3 visitadoras	- 1 psicóloga

Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 9 apresenta o resumo dos resultados obtidos nas quatro variáveis que formam a dimensão Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz.

Figura 9 - Resumo da dimensão Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz



Fonte: Elaborado pela autora.

A dimensão Rotina do programa é composta por três variáveis: ações com as famílias, aprimoramento da rotina de trabalho e acompanhamento de supervisores. Referindo-se as respostas das ações com as famílias beneficiárias do Programa, as entrevistadas praticamente realizam: atividades diferenciadas como datas comemorativas, orientações específicas, visitas domiciliares e atendimentos em casos pontuais, atividades em grupo, busca ativa por famílias para participarem do Programa. Algumas das falas que evidenciam essas ações com as famílias:

Enquanto supervisora eu só faço essas visitas em casos assim que uma das colegas pede, que tem uma demanda, que acha que precisa alguma intervenção maior aí a gente vai junto com a orientadora faz a visita vê o que está necessitando então nessas visitas mais pontuais (E2).

As minhas ações com elas é mais essa questão assim de orientação, atendimento a gente pensa agora em que está fazendo atividades grupais, já vem fazendo com a questão das gestantes a gente já faz essa atividade grupal ela acontece quinzenal aqui no CRAS agora em função da pandemia então a gente não está fazendo com as gestante por questões de riscos mas isso é um trabalho que a gente vem fazendo com elas (E3)

Quando questionadas sobre o que aperfeiçoariam em sua rotina de trabalho, as entrevistadas 1 e 3 mencionaram que mais tempo, disponibilidade, exclusividade para acompanhar de perto as atividades. Já a entrevistada 2 aperfeiçoaria a organização de tempo e a entrevistada 4 gostaria de acompanhar mais as visitadoras, ou seja, todas as respondentes

citam o “tempo” de diferentes formas como necessário para aperfeiçoar sua rotina de trabalho, conforme fala da entrevistada 1:

O que aperfeiçoaria queria mais tempo mais exclusividade é fica meio complicado você acaba fazendo ações paliativas porque não tem como ter uma sequência de fato que seja uma coisa de qualidade (E1).

Para encerrar a dimensão Rotina do programa, as entrevistadas foram interrogadas se a sua rotina funcional recebe acompanhamento técnico e funcional de supervisores, as entrevistadas 1 e 3 disseram que não tem acompanhamento de supervisor, as entrevistadas 2 e 4 citam as assistentes sociais e psicólogas que ficam no Centro de Referência da Assistência Social- CRAS coordenando o serviço prestado por elas, segundo detalha a entrevistada 4:

Não o meu trabalho não nas famílias não, dentro do CRAS sim tem a Assistente Social e a Psicóloga são as nossas coordenadoras (E4).

A Figura 10 apresenta o resumo dos resultados obtidos nas três variáveis que formam a dimensão Rotina do Programa.

Figura 10 - Resumo da dimensão Rotina do Programa



Fonte: Elaborado pela autora.

Na última dimensão do Bloco 4, o entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz, as respondentes foram questionadas à respeito do conhecimento e experiência adquiridos. Essa dimensão possui duas variáveis: Avaliação da experiência e Experiência/fato significativo. Acerca da avaliação de experiência todas as agentes responderam positivamente que suas experiências no Programa Criança Feliz são: interessante, muito boa, de grande valia, um desafio, um aprendizado e satisfatória conforme expõe a entrevistada 4:

Eu avalio minha experiência bem satisfatória bem boa sabe gosto muito do que eu faço é uma coisa que eu gosto bastante (E4).

Em referência a variável Experiência/fato significativo, como cada experiência é particular e única, optou-se por colocar todas as narrativas das entrevistadas:

É isso que acabei de te fala é essa vinculação que eles tem que eles criam que digamos que te dão super poder que tu não tem na verdade né a expectativa são coisas assim de solicitarem e acharem que tu consegue fazer algo além da tua profissão ali lembro de uma situação de uma família assim que falou assim que no aniversário do menino mais velho para ti ver que é toda família que né o menino mais velho queria uma coisa muito especial que era come uma linguça assada no dia do aniversário com os irmãos então assim te transmitem e te passam uma situação tão particular se vinculam tanto a ti assim que chega a te emociona que para nós é uma coisa tão rotineira e ai tu vê que aquelas famílias ali não tem o mínimo assim querer uma coisa tão do dia-a-dia eles criam essa vinculação contigo de uma forma muito bonita de vê tu tem que aprende a separa o profissional do pessoal para que o trabalho flua bem (E1).

Olha uma experiência assim que eu passei dentro do Programa Criança Feliz acho que uma situação mais assim não digo que marcou mas que chamou mais atenção assim é a questão que nós temos uma família aqui que a função da vulnerabilidade assim houve a separação dos pais e o pai acabou ficando com as crianças e essas crianças eram atendidas pelo Criança Feliz são atendidas ainda essas crianças são gêmeas inclusive e o suporte do Criança Feliz foi muito importante nesse momento para esse pai e como ele passou a ser o principal cuidador dessas crianças eu acho que houve assim um testemunho muito grande algo assim que esse pai valorizou muito o serviço, o atendimento do Criança Feliz é nesse momento pra ele ficou um pouco marcado assim da importância do serviço no município (E3).

Como supervisora eu acho mais assim o que eu vou te dizer ai eu acho que famílias que a gente sabe que por uma visita que foi feita aquela criança deixou talvez de ter sido acolhida que já aconteceu sabe por visitas serem mais pontuais e uma criança deixou de se acolhida acho que é bem importante foi muito importante uma visão sabe mesmo sendo uma vez por semana se a gente precisou ir duas vezes a gente foi e ai a gente sabe que aquilo ali conseguiu ajuda com que a mãe enxergasse os pontos que precisava mudar e conseguiu (E2).

O que me marcou assim foi numa visita que eu fui com a visitadora e dai eu chegando lá a criança veio correndo me encontra abraço a visitadora e me abraçou também e foi no meu colo e depois quando nós saímos ela começou a querer chorar sabe isso me marcou muito se apegam muito (E4).

6.1.5 Interação entre os atores do Programa Criança Feliz

Esse quinto bloco ocorre com as dimensões que avaliam as interações realizadas ao longo do processo de atuação no Programa Criança Feliz. Portanto, neste bloco de resultados são apresentadas as variáveis relacionadas às dimensões de: Interação da Agente com a família (3 variáveis), Interação entre Agente e Visitador (2 variáveis), Interação da Agente com a Rede de Assistência Social (4 variáveis).

A dimensão Interação Agente e Família é composta por três variáveis: relação com as famílias, melhoramento na relação com as famílias e atendimento das demandas dos

beneficiários. Todas as respondentes confirmaram que sua relação com as famílias é muito boa e satisfatória. A entrevistada 4 explica essa relação:

Muito boa, bem boa assim elas são bem tu sabe tu chega na casa elas te atendem bem te recebem bem é bom (E4)

Quando questionadas sobre o que melhorariam na sua relação com as famílias beneficiárias, todas as respostas são diferenciadas. Somente uma respondeu que no momento não tem o que melhorar, segundo as outras agentes os aspectos que poderiam ser trabalhados para melhorar essa relação são: tempo, exclusividade, maior aproximação, ajudar mais as famílias em vulnerabilidade conforme coloca a entrevistada 4:

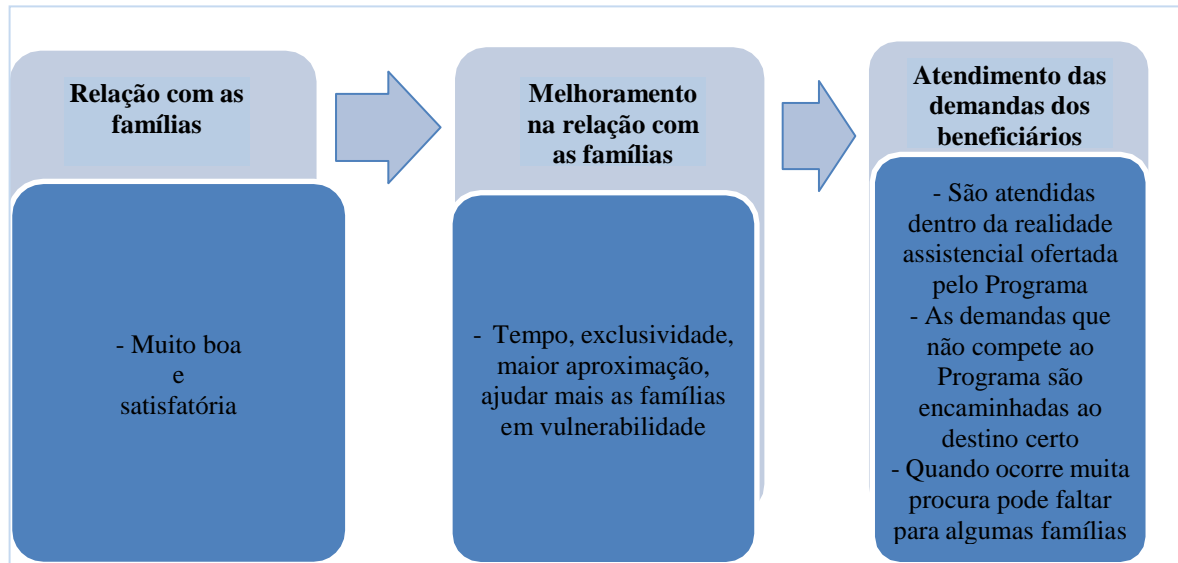
Eu acho que tem umas que o tipo de vida delas é bem complicada né falta de conhecimento, às vezes falta de dinheiro essas coisa sabe, então tem família que tipo a gente poderia, as pobres no caso, fazer um melhor isso que eu melhora em ajudar (E4).

Referindo-se ao atendimento das demandas dos beneficiários do Programa, segundo as agentes essas necessidades conseguem ser atendidas dentro da realidade assistencial ofertada pelo Programa. Porém, duas entrevistadas mencionaram: as demandas que não compete ao Programa Criança Feliz são encaminhadas ao destino certo e quando ocorre muita procura pode faltar para algumas famílias. A entrevistada 4 relata essa situação:

Às vezes não se eles pedem tipo uma cesta básica uma coisa assim a gente procura ajuda sabe, mas nem todo mundo recebe porque às vezes é muita gente daí não consegue para todos (E4).

A Figura 11 apresenta o resumo dos resultados obtidos nas três variáveis que formam a dimensão Interação Agente e Família.

Figura 11 - Resumo da dimensão Interação Agente e Família



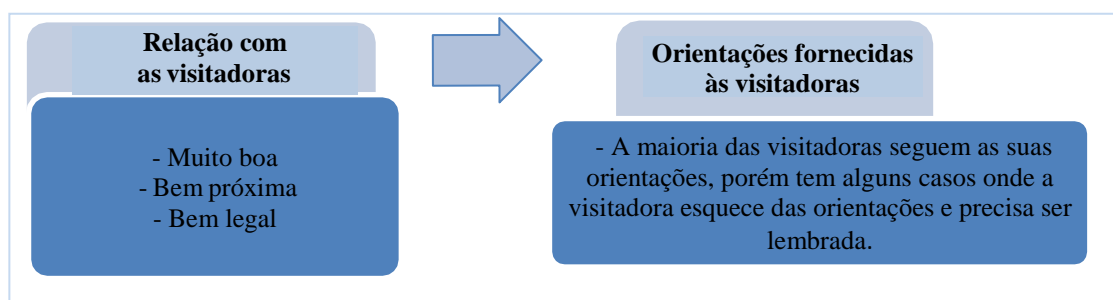
Fonte: Elaborado pela autora.

A dimensão Interação entre agente e visitador é composta por duas variáveis: relação com as visitadoras e orientações fornecidas às visitadoras. Quando indagadas sobre suas relações com as visitadoras do Programa, as respondentes avaliaram positivamente: é muito boa, é bem próxima, é bem legal. A entrevistada 2, destacou essa relação: “Muito boa! Muito boa!”. Todas as agentes responderam que a maioria das visitadoras seguem as suas orientações, porém tem alguns casos onde a visitadora esquece das orientações e precisa ser lembrada. A entrevistada 2 esclarece esse caso:

Seguem como é que eu vou dizer seguem as orientações, mas às vezes esquecem, por exemplo, digamos o retorno aquela coisa que uma supervisora realmente tem que supervisionar e fica pedindo às vezes acontece de te que pedi mas eu não vejo mal [...] (E2).

A Figura 12 apresenta o resumo dos resultados obtidos nas duas variáveis que formam a dimensão Interação Agente e visitador.

Figura 12 - Resumo da dimensão Interação Agente e visitador



Fonte: Elaborada pela autora.

A dimensão Interação agente e rede de assistência social é composta por quatro variáveis: relação com a rede de assistência social, suporte necessário do município, atendimento das demandas familiares, reconhecimento do trabalho. Todas as agentes afirmam que sua relação com a rede de assistência social é boa, ótima, de acordo com a respondente 4 ajudam no que for preciso: “A rede é assim no que a gente precisa elas ajudam no que a gente pede né se a gente precisa de alguma orientação alguma coisa elas estão ali pra ajuda bem bom nesse sentido”.

As entrevistadas foram unânimes em confirmar que os serviços e políticas do município dão o suporte necessário para o Programa. No que diz respeito, ao atendimento das demandas manifestadas pelas famílias beneficiárias do Programa, as agentes responderam que: dentro do possível são atendidas, sim são atendidas pela rede de assistência social. A interrogada 1 detalha essa informação:

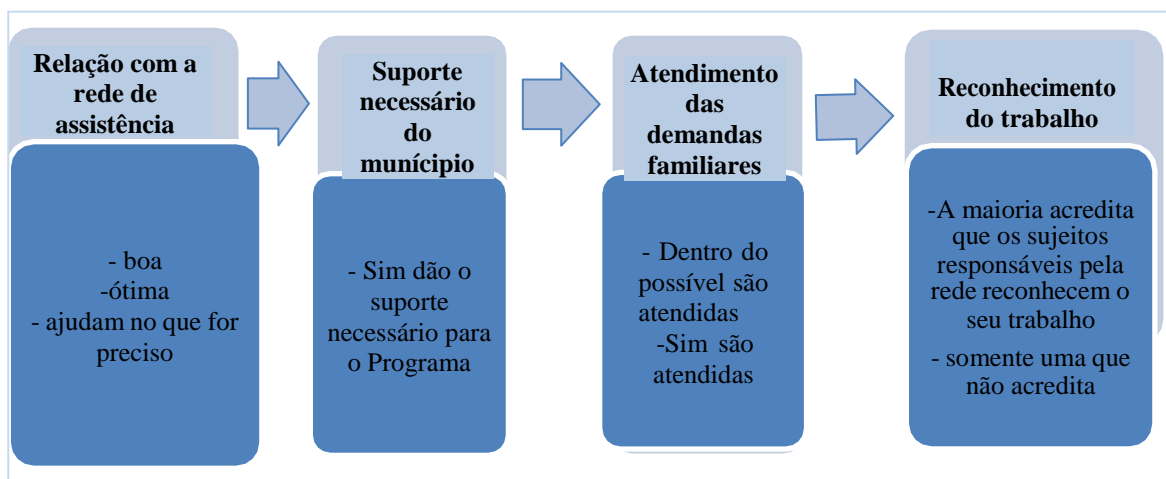
Noventa por cento sim é que tem coisas que vão além do que se pode no momento como eu falei antes são coisas que não são viáveis naquele momento não depende somente do nosso trabalho (E1).

A maioria das interrogadas acreditam que os sujeitos responsáveis pela rede reconhecem o seu trabalho, somente a entrevistada 1 acha ao contrário:

Sinceramente não é sério acho que não eu acho que é como eu falei mistura muito a questão de não ser exclusivo muda muito a visão eu acho que claro falta muito para se fazer e o que é feito fica misturado com o meu trabalho no CRAS então a coisa fica meio misturada assim (E1).

A Figura 13 apresenta o resumo dos resultados obtidos nas quatro variáveis que formam a dimensão Interação Agente e Rede de assistência social.

Figura 13 - Resumo da dimensão Interação Agente e Rede de assistência social



6.1.6 Serviços prestados aos beneficiários do Programa Criança Feliz

Neste sexto bloco de resultados apresenta-se indagações relacionadas com os serviços prestados aos beneficiários do Programa, abordando uma dimensão: Famílias beneficiárias com dez variáveis: retorno das famílias, contribuição para o desenvolvimento dos beneficiários, mudanças percebidas na vida dos beneficiários, realidade social das famílias assistidas, principais necessidades das famílias, número de famílias atendidas pelo agente, necessidades não atendidas, resultados do Programa, dificuldades no diálogo com as famílias, e percepção em relação ao serviço prestado pelo Programa.

Na variável retorno das famílias, as agentes responderam que analisam se as famílias assistidas retornam e seguem as instruções prestadas pelo Programa Criança Feliz mediante: visitas domiciliares, retornos dos atendimentos com a equipe em conjunto, avanço no aprendizado da criança, realização das atividades, participação e interesse da família. A respondente 2 descreve essa análise:

Pela participação delas as que participam as que não, é mais pela participação e a forma de como participam se é com interesse é bem pela participação e nas crianças é pela evolução delas assim a gente analisa que tem casos que a gente tem que regredir alguma tarefa, mas é mais por elas fazerem (E2).

Quando questionadas sobre a contribuição do Programa Criança Feliz para o desenvolvimento dos beneficiários, as entrevistadas focam suas falas nos seguintes quesitos: esclarecimentos sobre benefícios, ajuda em situações de vulnerabilidade, estimulação na questão motora e visual, vínculo e conhecimento entre família e criança. A interrogada 1 enfatiza essas questões de organização, psicomotora, higiene, educação, interação com materiais didáticos e família:

Então tanto na questão organizacional essa que falei em questão de casa questão de higiene a questão da educação inicialmente pegasse crianças que não tem nenhum tipo de interação com materiais didáticos então essa vinculação que é feita pelo orientador com a mãe e da mãe com a criança melhora muita essa questão psicomotora da criança enfim de um modo geral todos são afetados de uma forma muito boa (E1).

Em relação, as mudanças percebidas na vida dos beneficiários após serem atendidos pelo Programa as respostas dadas pelas respondentes foram: ajuda nas atividades escolares, afetividade, interação da família com a criança e atividades, qualidade de vida e o desenvolvimento das crianças, conforme relata a entrevistada 4:

Eu acho que assim o avanço das crianças tu vê que as criança que são atendida elas tem uma como é que vou te dizer um desenvolvimento eu acho que melhor assim elas conseguem se desenvolver melhor com o atendimento do Programa dentro dessas famílias e com as famílias também (E4).

Vale evidenciar que a entrevistada 2 diz desconhecer o que melhorou na vida dos beneficiários após serem atendidos pelo Programa. Todas as agentes informaram que as famílias assistidas pelo Programa são de extrema vulnerabilidade, como destacado pela respondente 3: “Olha a realidade social é uma situação bem de vulnerabilidade mesmo né assim como eu coloquei lá no início as nossas famílias aqui nós temos bastante bairros então há bastante trabalho informal então isso já dificulta a questão da renda familiar né o trabalho informal não te dá uma sustentabilidade né então é bem precário”.

No que diz respeito as principais necessidades apresentadas pelas famílias durante os atendimentos, as respostas apontam para itens básicos: cobertas, vestimentas, fraldas, moradia, alimentos conforme mencionou a entrevistada 3: “hoje assim é a questão da alimentação cestas básicas o que está tendo mais procura hoje é isso”. O número de famílias/beneficiários atendidos especificadamente pelas agentes no programa aponta variedades: as entrevistadas 3 e 4 citam entre 75 e 80 famílias por mês, as entrevistadas 1 e 2 já são mais pontuais nos acompanhamentos, sendo que os atendimentos são em casos mais específicos em torno de 8 a 10 famílias, como afirma a entrevistada 1:

Ai não sei te precisar agora como eu falei acaba misturando as minhas com o do programa mas eu diria que hoje umas dez famílias tranquilamente dos casos mais extremos assim que entram nessas que não tem água nem luz (E1).

Das necessidades identificadas das famílias assistidas pelo Programa, aquelas que o Programa não consegue suprir/atender, de acordo com a maioria das entrevistadas é a questão de moradia e reformas nas casas. Somente a entrevistada 4 fala que conseguem suprir todas as necessidades apresentadas pelas famílias beneficiárias: “Eu acho que a princípio não tem o que elas pedem que a gente não consegue atende tipo assim elas não são é mais cesta básica entende se elas necessitam de roupa de inverno elas vem na assistência e a assistência dá sabe coberta essas coisa a assistência tem ali pra dá então é esse tipo de coisa assim o que eles pedem sim se consegue supri”.

Sobre a percepção da interação e os resultados do Programa nas famílias assistidas, as agentes colocam que: tem um bom desenvolvimento e aceitação, está funcionando de uma forma muito boa e a família participa ativamente, segundo coloca a entrevistada 4:

Bem bom as família interage sabe tu chega lá elas já sabem o visitador leva a atividade quem devolve é os visitador com a família e a criança e a família é bem participativa nesse sentido (E4)

As maiores dificuldades encontradas no diálogo com as famílias, expostas pelas respondentes foram: participar do programa em troca de conseguir alguma coisa, achar as

atividades realizadas com as crianças uma bobagem e não compreender o objetivo do programa, conforme relata a respondente 4:

A princípio é sobre o Programa tu ia lá explicava elas não entendiam muito bem, mas depois elas foram pegando tem umas que ainda sabe como é tem umas que não compreende por causa de conhecimento não entende muito bem tem outras que pegam bem mais rápido sobre o que é o Programa daí a gente tem que tá sempre repetindo do que é o Programa (E4).

Referindo-se a percepção em relação ao serviço prestado pelo Programa Criança Feliz com as famílias beneficiárias, as agentes demonstram os seguintes aspectos: está bom, auxilia as famílias que mais precisam do atendimento, oferece maior atenção na educação das crianças, é muito válido e conforme a interrogada 1 melhora a qualidade de vida das crianças:

Eu acho que tá saindo digamos que tá garantindo o objetivo dele tá conseguindo fazer essa interação tá funcionando as pessoas estão melhorando sua qualidade de vida pra essas crianças então de uma forma geral acho que a tendência é melhorar sempre, mas tá bem bom (E1).

O quadro 10 apresenta o resumo dos resultados obtidos nas dez variáveis que formam a dimensão Famílias beneficiárias.

Quadro 10 - Resumo da dimensão Famílias beneficiárias

(continua)

Famílias beneficiárias	
Retorno das famílias	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas domiciliares - Retornos dos atendimentos com a equipe em conjunto - Avanço no aprendizado da criança - Realização das atividades - Participação e interesse da família
Contribuição para o desenvolvimento dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> - Esclarecimentos sobre benefícios - Ajuda em situações de vulnerabilidade - Estimulação na questão motora e visual - Vínculo e conhecimento entre família e criança - Questões de organização, psicomotora, higiene, educação - Interação com materiais didáticos e família
Mudanças percebidas na vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> - Ajuda nas atividades escolares - Afetividade - Interação da família com a criança e atividades - Qualidade de vida - Desenvolvimento das crianças
Realidade social das famílias assistidas	<ul style="list-style-type: none"> - As famílias assistidas pelo Programa são de extrema vulnerabilidade
Principais necessidades das famílias	<ul style="list-style-type: none"> - Cobertas, vestimentas, fraldas, moradia, alimentos.
Número de famílias atendidas pelo agente	<ul style="list-style-type: none"> - Assistente social e supervisora 2: entre 75 e 80 famílias por mês - Assistente social e supervisora 1: em torno de 8 a 10 famílias.
Necessidades não atendidas	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia e reformas nas casas
Resultados do Programa	<ul style="list-style-type: none"> - Tem um bom desenvolvimento e aceitação - Está funcionando de uma forma muito boa - A família participa ativamente
Dificuldades no diálogo com as famílias	<ul style="list-style-type: none"> - Participar do programa em troca de conseguir alguma coisa - Achar as atividades realizadas com as crianças uma bobagem - Não compreender o objetivo do programa

Quadro 10 - Resumo da dimensão Famílias beneficiárias

(conclusão)

Famílias beneficiárias	
Percepção em relação ao serviço prestado pelo Programa	<ul style="list-style-type: none"> - Está bom - Auxilia as famílias que mais precisam do atendimento - Oferece maior atenção na educação das crianças - é muito válido - Melhora a qualidade de vida das crianças

Fonte: Elaborado pela autora.

6.1.7 Sobre o Programa Criança Feliz

O encerramento das análises sobre as narrativas das agentes ocorre com as dimensões que avaliam as questões relacionadas à administração do Programa Criança Feliz. Portanto, neste sétimo bloco de resultados é apresentada a dimensão Administração do Programa com as seguintes variáveis: admissão das famílias no Programa, política de acesso das famílias ao Programa, forma de ingresso/necessitados, números de atendimentos suficientes, exercício da parentalidade, mudança no serviço, execução da intersetorialidade, contratação dos profissionais, planejamento e execução das ações do Programa.

O acesso das famílias no Programa, de acordo com as entrevistadas se dá por meio de encaminhamentos: do Conselho Tutelar, Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS e de famílias que fazem parte do Programa Bolsa Família com cadastro no CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais. A entrevistada 2 confirma: “A gente faz a visita na casa, por exemplo, se vê famílias que talvez tivesse uma demanda mais necessária, encaminhamento pelo CRAS, pelo CREAS ou que chega até o CRAS que poderiam fazer parte do programa e daí a gente vai na casa e faz a visita e oferta o programa”.

Quanto a política de acesso das famílias ao Programa as interrogadas avaliam positivamente, a interrogada 3 esclarece: “Eu acho que é boa porque na verdade está atendendo de fato aquela família que mais precisa né é essa família que precisa do atendimento que precisa ter um olhar diferenciado que precisa estar sendo atendida dentro do CRAS”. A entrevistada 1 enfatiza que necessitaria ofertar mais vagas e colaboradores na política de acesso: “[...] poderíamos ter captado mais famílias se tivéssemos mais técnicos mais visitantes acho que teríamos muito mais demandas temos mais demandas temos muito mais famílias inseridas mas no momento é trabalhamos com que temos”.

As entrevistadas 1 e 3 acham que a forma de ingresso das famílias no Programa não contempla todos os necessitados, a respondente 3 reforça: “não é atendidos todos porque o

município ele tem uma extensão muito grande como eu coloquei também e nós temos três visitadoras hoje né então ele não consegue atender todos né atende partes”. Já na opinião das interrogadas 2 e 4 a forma de admissão das famílias no Programa abrange todos os necessitados. Referente ao número de atendimentos realizados pelo Programa todas agentes acham que é suficiente para formalizar os objetivos do Programa Criança Feliz, conforme afirma a interrogada 4: “Eu acho que é o suficiente sim”.

Acerca da forma que o Programa Criança Feliz trabalha o exercício da parentalidade com as famílias assistidas, as entrevistadas 2 e 4 ressaltam que: solicitam a participação das famílias nas atividades com as crianças e na maioria das vezes conseguem reunir a família com as crianças. A entrevistada 3 salienta que dentro do possível é bom é bem-feito: “Eles atendem bem acho que conseguem ter uma boa eles conseguem atingi o objetivo dessa questão claro que sempre se tem aqueles que o cuidador não é o pai não é a mãe não consegue se consegue faze um trabalho ai mas enfim dentro do possível é bom é bem-feito”.

Quando questionadas sobre o que mudariam ou acrescentariam nos serviços prestados pelo Programa, todas afirmam que no momento não acrescentariam e nem mudariam nada. A interrogada 3, confirma: “Olha acho que nada”. Referindo-se a execução da intersectorialidade, as avaliações apontadas pelas agentes da relação do Programa com os serviços como: CRAS, Conselho Tutelar, Unidades Básicas de Saúde, creches, Secretaria de Assistência Social entre outros foram: muito boa, bem tranquilo, funciona muito bem, os trabalhos são realizados com união, somos bem atendidas por eles no que for preciso, é bem satisfatório de acordo com a entrevistada 4: “É bem satisfatório quando a gente precisa de algo assim tipo o Conselho Tutelar estão a disposição pra nos ajudar né quando a gente precisa da nossa assistência social ela tá ali pra nos ajuda, coordenadora, psicóloga então nesse sentido tá bom sabe”.

Sobre a contratação dos profissionais que atuam no Programa, todas as respondentes relatam que é realizada por meio de processos seletivos com contratos firmados por 6 meses ou dois anos podendo ser renovados por igual período, o regime é celetista. A entrevistada 3 explica: “É celetista é um contrato de dois anos a durabilidade dois anos podendo renovar mais dois”. No que se trata de como as ações estão sendo planejadas e executadas perante a demanda apresentada pelo Programa mencionam que: são planejadas mediante busca ativa, perante reuniões de planejamento do mês depois do retorno semanal e da reunião a cada quinze dias para saber se surgiram demandas novas, diariamente conforme explica a interrogada 3:

As ações elas são planejada diariamente né porque elas estão na sala então quando elas não estão aqui que não estão na família elas estão planejando então é semanalmente assim diariamente não semanalmente (E3).

O quadro 11 apresenta o resumo dos resultados obtidos nas nove variáveis que formam a dimensão Administração do Programa.

Quadro 11 - Resumo da dimensão Administração do Programa

Administração do Programa	
Admissão das famílias no Programa	- Por meio de encaminhamentos: do Conselho Tutelar, Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS e de famílias que fazem parte do Programa Bolsa Família com cadastro no CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais.
Política de acesso das famílias ao Programa	- É boa - Necessitaria ofertar mais vagas e colaboradores
Forma de ingresso X necessários	- Assistentes sociais: não contempla todos os necessários - Supervisoras: abrange todos os necessários
Números de atendimentos suficientes	- Todas agentes acham que é suficiente
Exercício da parentalidade	- Solicitam a participação das famílias nas atividades com as crianças - Na maioria das vezes conseguem reunir a família com as crianças - Dentro do possível é bom é bem-feito
Mudança no serviço	- Todas afirmam que no momento não acrescentariam e nem mudariam nada
Execução da intersetorialidade	- Muito boa, - Bem tranquilo, - Funciona muito bem, - Os trabalhos são realizados com união - Somos bem atendidas por eles no que for preciso - É bem satisfatório
Contratação dos profissionais	- Por meio de processos seletivos com contratos firmados por 6 meses ou dois anos podendo ser renovados por igual período, o regime é celetista.
Planejamento e execução das ações do Programa	- São planejadas mediante busca ativa - Perante reuniões de planejamento do mês depois do retorno semanal e da reunião a cada quinze dias para saber se surgiram demandas novas, - Diariamente

Fonte: Elaborado pela autora.

6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS VISITADORAS – DADOS SECUNDÁRIOS

Realizou-se uma análise das entrevistas com as visitadoras do Programa Criança Feliz, baseada em dados secundários que foram disponibilizados durante participação da autora no projeto: Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Selecionou-se as entrevistas com as visitadoras dos municípios de Dom Pedrito e Tenente Portela que possuem vigente somente o

Programa Criança Feliz sem integração com o Programa Primeira Infância Melhor-PIM e devido ao tempo de mais de um ano de execução do Programa nos municípios, sendo ideal para corresponder aos objetivos de estudo da presente pesquisa com as demais agentes.

Selecionou-se as 6 visitadoras dos municípios da pesquisa, sendo 4 do município de Dom Pedrito e 2 de Tenente Portela. O protocolo de entrevista é composto pelo bloco 1 que caracteriza as visitadoras com 3 dimensões: realização profissional e reconhecimento, carga de trabalho, treinamento e capacitação; bloco 2 investiga a qualidade da estrutura do Programa com 3 dimensões: disponibilidade de equipamentos e materiais pedagógicos, estrutura física para recepção das famílias beneficiárias e capacidade de atendimento aos beneficiários; bloco 3 investiga as variáveis de intensidade, rotina e insumos do Programa com 4 dimensões: intensidade do programa, conhecimento e experiência acumulada, envolvimento dos pais e rotina do programa; e por fim o bloco 4 que investiga o processo de interação das visitadoras.

Apresenta-se o bloco 1 que inicia com a caracterização das visitadoras, em seguida suas demais dimensões, o quadro 12 resume o perfil das visitadoras:

Quadro 12 - Perfil das visitadoras

	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Profissão	Tempo	Carga Horária
V01	33	Ensino superior	Casada	Orientadora	7 meses	40 horas semanais
V02	24	Ensino superior incompleto	Solteira	Professora	7 meses	40 horas semanais
V03	35	Ensino superior completo	Solteira	Orientadora social	-	das 8:00 ao 12:00 e das 13:00 às 17:00
V04	39	Ensino superior completo	Casada	Visitadora e Orientadora Social-concursada	8 anos	3 horas por dia mais ou menos
V05	49	Pós-graduação	Casada	Visitadora	1 ano	40 horas
V06	34	Ensino superior completo	União Estável	Visitadora	1 ano	40 horas

Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria das visitadoras afirmaram que possuem carga de trabalho de 40 horas semanais no Programa Criança Feliz, somente uma possui menos. Três visitadoras são casadas, duas solteiras e uma possui união estável. Referente à escolaridade, apenas uma possui pós-graduação, três possuem ensino superior completo e duas possuem ensino superior incompleto. A idade das visitadoras varia de 24 a 49 anos, com uma média de 35,66 anos. Em relação ao tempo de atuação no Programa, as respostas variaram entre 7 meses até 8 anos.

O quadro 13, sintetiza as principais informações dos resultados obtidos da dimensão realização profissional e reconhecimento exploradas nas entrevistas realizadas com as visitadoras.

Quadro 13 - Visão geral da dimensão realização profissional e reconhecimento – visitadoras

Dimensão	Tema	Respostas
REALIZAÇÃO PROFISSIONAL E RECONHECIMENTO	Escolha	<ul style="list-style-type: none"> - Gosta de trabalhar com crianças - interesse pessoal - possui magistério - convite da gestora - trabalhava anteriormente no PIM - Atuava como professora
	Percepção própria	<ul style="list-style-type: none"> - gosto de acompanhar e fazer visitas - importante o acompanhamento nas famílias - fortalecimento de vínculos - bastante resultados - muito significativo - atende famílias que realmente precisam os vulneráveis
	Percepção da Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - todas responderam que a sociedade reconhece seu trabalho
	Sentimento	<ul style="list-style-type: none"> - gosta, adora, se sente bem e feliz - muito importante - tranquilo - gosta de trabalhar com crianças
	Contribuição do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - muito importante, nas visitas se evita muitas situações piores, muito bom, contribuição muito boa, retorno bem positivo

Fonte: Elaborado pela autora.

Na dimensão realização profissional e reconhecimento, em relação aos motivos que levaram as visitadoras a ingressarem no Programa Criança Feliz podem ser sumarizados em nos seguintes aspectos: gosta de trabalhar com crianças, interesse pessoal, possui magistério, convite da gestora, trabalhava anteriormente no PIM, atuava como professora. As percepções das visitadoras sobre o trabalho que desenvolvem no Programa Criança Feliz são positivas demonstram que: gostam de acompanhar e fazer visitas, acham importante o acompanhamento nas famílias, o fortalecimento de vínculos, há bastante resultados, é muito significativo e atende famílias que realmente precisam os vulneráveis.

Todas as visitadoras mencionaram que as famílias entendem o trabalho que elas desenvolvem junto às famílias, somente uma pontua que devido aos diversos trabalhos realizados pelo Programa a aceitação e entendimento melhoraram com o tempo. Quando questionadas sobre como se sentem em relação ao seu trabalho como visitadora, as suas respostas foram: gosta, adora o que faz, se sente bem e feliz, acha muito importante, é tranquilo, gosta de trabalhar com crianças. Todas as visitadoras consideram seu trabalho

muito importante e bom, principalmente, nos seguintes aspectos: o retorno é bem positivo, nas visitas se evita muitas situações piores, a contribuição é muito boa.

Na dimensão carga de trabalho, o número de famílias atendidas são de 3 a 8 famílias por dia. Referente aos agendamentos das visitas, as visitadoras mencionaram que são realizados da seguinte forma: conversa com a família para saber a disponibilidade, logo apresenta um cronograma semanal com horários certos. Somente uma visitadora salientou que não agenda horário e sim um dia na semana sem hora marcada. O tempo médio de duração das visitas citado pelas visitadoras é de 20 minutos a 1 hora, sendo que esses tempos dizem respeito ao período normal de atuação e não às visitas que estão ocorrendo durante a pandemia.

Referindo-se ao tempo padrão de visita, as visitadoras informaram que consideram adequado e suficiente para realizar as atividades necessárias, todas conseguem cumprir sua agenda. Sobre a frequência de visitas somente uma acha que poderia ser mais para encaixar todos, as outras acham que está bom e adequado. O quadro 14, aponta as principais respostas das visitadoras referente à dimensão carga de trabalho:

Quadro 14 - Visão geral da dimensão carga de trabalho - visitadoras

Dimensão	Tema	Respostas
CARGA DE TRABALHO	Número de famílias	- de 3 a 8 famílias por dia
	Agendamento	- conversa com a família para saber a disponibilidade - cronogramas semanais com horários certos - somente uma não agenda horário e sim dia de semana sem hora marcada
	Duração visitas	- de 20 minutos a 1 hora
	Cumprir agenda	- todas conseguem cumprir a agenda
	Tempo adequado	- todas acham que o tempo está bom
	Frequência adequada	- somente uma acha que poderia ser mais para encaixar todos, as outras acham que está bom e adequado

Fonte: Elaborado pela autora.

Na dimensão treinamento e capacitação, referente à oferta e realização de cursos de formação para a atuação no Programa Criança Feliz, todas as visitadoras responderam que foram ofertados cursos e a maioria de forma remota, sobre as ofertas de cursos de formação a maioria avalia que poderiam oferecer mais cursos e capacitações, somente uma visitadora disse que está bom. Todas avaliaram positivamente a qualidade dos cursos de capacitação e somente duas sentem a falta de um treinamento específico como, por exemplo, lidar com crianças especiais e cursos práticos. A utilização dos manuais do programa, as visitadoras pontuaram que foi usado mais no início do seu trabalho e quando tem alguma dúvida. As

respondentes foram unânimes em afirmar que os manuais são: bons, úteis, completos, atualizados e explicativos. O quadro 15 pontua as respostas das visitadoras na dimensão treinamento e capacitação:

Quadro 15 - Visão geral da dimensão treinamento e capacitação – visitadoras

Dimensão	Tema	Respostas
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	Cursos de formação	- são ofertados cursos a maioria online
	Oferta cursos formação	- a maioria disse que poderia ter mais cursos, somente uma falou que está bom.
	Qualidade cursos de formação	- boa qualidade, gostou, ótima, muito bom, o suficiente
	Necessidade outros cursos	- somente duas sentem a falta de um treinamento no caso de lidar com crianças especiais e cursos práticos.
	Uso dos manuais	todas usam o manual, foi mais usado no início e quando tem alguma dúvida
	Avaliação dos manuais	- bem completo - útil e atualizado, bem explicativo, muito bom

Fonte: Elaborado pela autora

O bloco 2 é composto por 3 dimensões, a primeira dimensão equipamentos e materiais pedagógicos, quando questionadas sobre os materiais mais utilizados junto aos beneficiários do Programa obteve-se as seguintes respostas: desenhos para pintar, giz de cera, livrinho de história, brinquedos, tinta guache, garrafinhas, caixas, materiais recicláveis, lápis, canetinha, bolinhas e massa de modelar. Referindo-se a oferta dos materiais todas afirmaram que sempre tem também usam da criatividade, pontuam que os recursos são suficientes e que nunca faltou materiais, mas ocorre a demora dos materiais com isso se reinventam enquanto aguardam os materiais chegarem.

Os deslocamentos para as visitas domiciliares são de responsabilidade das próprias visitadoras que, em sua maioria, no seu carro próprio ou a pé; somente uma utiliza o carro da Assistência Social para se deslocar. Nos casos de locais mais distantes, como visitas nas áreas rurais tem carro disponível para os deslocamentos. Sobre os equipamentos de proteção individual fornecidos pelo Programa Criança Feliz, somente uma frisou que atualmente não tem nada, as demais visitadoras afirmam que recebem materiais básicos como: camiseta, crachá, bolsa, uniforme, máscara, luva, jaqueta, avental e touca. O quadro 16 demonstra uma visão geral dos resultados:

Quadro 16 - Visão geral da dimensão Equipamentos e materiais pedagógicos- visitadoras

Dimensão	Tema	Respostas
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS	Tipos de materiais	- desenhos para pintar, giz de cera - livrinho de história, brinquedos, tinta guache - garrafinhas, caixas, materiais recicláveis - lápis, canetinha, massa de modelar e bolinhas
	Oferta dos materiais	- sempre tem, criam muito também
	Recursos suficientes	- todas afirmam que os recursos são suficientes
	Falta de materiais	- nunca faltou, ocorre a demora daí se reinventam
	Deslocamentos	- a maioria vai por conta própria com seu carro ou a pé, somente uma utiliza o carro da assistência.
	EPIs	- camiseta, crachá, bolsa, uniforme, máscara, luva, jaqueta, avental, touca - somente uma frisou que atualmente não tem nada

Fonte: Elaborado pela autora.

A dimensão Estrutura Física para Recepção das Famílias Beneficiárias, referente a estrutura física utilizada para os atendimento e eventos com os beneficiários as visitadoras pontuaram que fica juntamente com o CRAS ou próximo, o espaço é bem bom e amplo. A avaliação do espaço familiar todas salientam que as casas são bem precárias, carentes a situação de vulnerabilidade é bem difícil e complicada. As visitadoras elogiam o espaço no CRAS que realizam suas atividades como profissionais e o lugar que desenvolvem as atividades junto aos beneficiários classificam como: ótimo, bem bom, amplo, perfeito e que atende as necessidades. Os aspectos citados que poderiam ser melhorados na estrutura física do Programa foram: transporte com motorista, um prédio novo e espaço para as crianças com mais brinquedos. O quadro 17 descreve as respostas dessa dimensão:

Quadro 17 - Visão geral da dimensão Estrutura Física para Recepção das Famílias Beneficiárias – visitadoras

Dimensão	Tema	Respostas
ESTRUTURA FÍSICA RECEPÇÃO FAMÍLIAS	Tipo de espaço	- juntamente com o CRAS - bem bom, bem amplo - perto do CRAS
	Avaliação espaço familiar	- situação bem precária e carente - bem difícil, complicado
ESTRUTURA FÍSICA RECEPÇÃO FAMÍLIAS	Avaliação espaço CRAS visitadoras	- amplo, bem bom, ótimo
	Avaliação espaço CRAS beneficiárias	- bom, perfeito, atende as necessidades
	Melhorias	- transporte com motorista para o programa - prédio novo - espaço para as crianças com mais brinquedos

Fonte: Elaborado pela autora.

A dimensão Capacidade de atendimento aos beneficiários, a maioria das entrevistadas considera que o número de visitadoras é suficiente para atender as demandas do Programa, somente duas acham que poderia ter mais visitadoras. Todas as respondentes concordam que

as famílias conseguem ser atendidas de forma adequada, considerando a proporção visitador-beneficiário. O quadro 18 aponta as respostas da dimensão Capacidade de atendimento aos beneficiários:

Quadro 18 - Visão geral da dimensão Capacidade de atendimento aos beneficiários – visitadoras

Dimensão	Tema	Respostas
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS	Número visitadoras	- duas acham que poderia ter mais visitadoras, as outras dizem que está adequado conseguem suprir as demandas.
	Proporção visitador x beneficiários	- todas concordam que as famílias conseguem ser atendidas de forma adequada, considerando a proporção visitador-beneficiário

Fonte: Elaborado pela autora.

No bloco 3 de resultados composta por 4 dimensões que investiga as variáveis de intensidade, rotina e insumos do Programa, referente a demanda de visitas realizada semanalmente as respostas foram variadas: um dia na semana realizam reuniões no CRAS, o trabalho realizado é pelo turno da manhã, as visitas domiciliares são realizadas a pé até a casa dos beneficiários do Programa. Quando questionadas da exigência do Programa com a prestação de contas das suas atividades, a maioria respondeu que prestam contas mensalmente, uma visitadora destacou que a prestação de contas é exigida todos os dias. O quadro 19 especifica as respostas da dimensão Intensidade do Programa:

Quadro 19 - Visão geral da dimensão Intensidade do Programa - visitadoras

Dimensão	Tema	Respostas
INTENSIDADE DO PROGRAMA	Demanda semanal	- um dia na semana reunião no CRAS - trabalho pela manhã - visitas a pé nas casas das famílias
	Periodicidade prestação contas	- sempre, quase todos os dias - mensal

Fonte: Elaborado pela autora.

Na dimensão envolvimento dos pais, no que diz respeito ao comportamento dos pais das crianças atendidas pelo Programa Criança Feliz no que tange ao cumprimento das orientações dadas pelas visitadoras, a maioria respondeu que os pais tem interesse e realizam as atividades somente uma visitadora colocou que não é 100% mais de 50% tenta fazer as tarefas. Todas as entrevistadas percebem que as atividades do Programa Criança Feliz contribuem para a melhorias dos vínculos familiares, nesse sentido confirmam que: aproxima mais e fortalece os vínculos. Sobre a participação das famílias nos eventos propostos pelo

CRAS e pelo Programa Criança Feliz, as visitadoras destacam que ainda não puderam realizar no momento evento devido ao coronavírus, mas quanto tem as famílias participariam. O quadro 20 demonstra a dimensão Envolvimento dos pais:

Quadro 20 - Visão geral da dimensão Envolvimento dos Pais - visitadoras

Dimensão	Tema	Respostas
ENVOLVIMENTO PAIS	Cumprimento das orientações	- a maioria tem interesse - mais de 50% tenta fazer
	Desenvolvimento vínculos	- aproxima mais, fortalece vínculos - todas acham que o PCF contribui para melhoria dos vínculos familiares
	Participação em eventos	- não deu ainda por causa da pandemia, mas quando tem elas participam

Fonte: Elaborado pela autora.

Na dimensão rotina do programa, as visitadoras apresentam uma conformidade com as etapas das ações que devem ser desenvolvidas na rotina do Programa Criança Feliz demonstrando conhecimento dos passos que devem seguir, todas realizam uma sequência de etapas bem parecidas, com pequenas diferenças. A sequência descrita foi: visita domiciliar, apresentação do programa, preenchimento do formulário com dados da família, identificação da criança, agendamento das visitas conforme disponibilidade das famílias e crianças, por último o planejamento das atividades com a família e criança.

As visitadoras afirmam que a organização de suas rotinas de trabalho tem um dia específico de reunião no CRAS, é realizada semanalmente com planejamento dos horários das visitas e das atividades com as crianças. Somente duas citaram algumas melhorias no desenvolvimento da rotina do seu trabalho: um motorista disponível para o Programa, mais brincadeiras lúdicas e de jogos. As outras visitadoras não acrescentariam nada está bom no momento. Sobre o planejamento da visita para a família beneficiária, as participantes responderam que é com base na necessidade da criança e da família, as reuniões acontecem uma vez por semana para programar as atividades das famílias. Referente a supervisão da rotina, pontuaram que a coordenadora supervisiona e no final do mês é entregue o plano de todas as visitas. O quadro 21 mostra as respostas da dimensão rotina do Programa:

Quadro 21 - Visão geral da dimensão Rotina do Programa – visitadoras

Dimensão	Tema	Respostas
ROTINA DO PROGRAMA	Etapas de ações	- visita domiciliar, apresenta o programa - preenche o formulário com dados da família - identificação da criança - agendamento das visitas conforme disponibilidade das famílias e crianças - planejamento das atividades com a família e criança.
	Organização da rotina	- tem dia específico para e reunir no CRAS - realizada semanalmente - planejamento dos horários das visitas e atividades com as crianças
	Melhoria da rotina	- somente duas citaram algumas melhorias: motorista, mais brincadeiras lúdicas e de jogos. As outras visitadoras não acrescentariam nada.
	Planejamento visitas	- com base na necessidade da criança e da família - se reúne uma vez por semana para programar as atividades das famílias
	Supervisão da rotina	- a coordenadora supervisiona - final do mês entrega o plano de todas as visitas

Fonte: Elaborado pela autora.

Na dimensão conhecimento e experiência adquiridos, quando questionadas sobre como avaliam a experiência de ser visitadora do programa, todas as respostas foram positivas: tranquila, maravilhosa, experiência muito gratificante, muito boa, gosto muito, vínculo bem bom com as famílias. As experiências marcantes relatadas como visitadora foram bem específicas e significativas: caso de agressão, nascimento e acompanhamento das crianças, pobreza da família passando frio, o vínculo com as famílias, desinteresse com uma criança machucada e as fotos das crianças realizando as atividades. O quadro 22 abaixo resume as respostas da dimensão Conhecimento e Experiência adquiridos:

Quadro 22 - Visão geral da dimensão Conhecimento e Experiência adquiridos - visitadoras

Dimensão	Tema	Respostas
CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS	Avaliação da experiência	- tranquilo, maravilhoso, experiência muito gratificante, muito boa, gosto, vínculo bem bom com as famílias.
	Principal experiência	- caso de agressão - nascimento e acompanhamento das crianças - pobreza família passando frio - o vínculo com as famílias - desinteresse com uma criança machucada - fotos das crianças realizando as atividades

Fonte: Elaborado pela autora.

O bloco 4 investiga as variáveis do processo de interação da visitadora, as visitadoras foram unânimes em afirmar que a relação que mantém com as famílias visitadas é muito boa. Sobre os aspectos que poderiam ser melhorados na interação com as famílias somente duas entrevistadas responderam: puxar mais as famílias para participar e ajudar mais com as necessidades das famílias, as demais não melhorariam em nada, está bom assim como está.

Todas as visitadoras relataram que conseguem atender as demandas das famílias beneficiárias. Referente às mudanças nas crianças que participam do Programa as visitadoras mencionaram: mais notáveis pela fase de desenvolvimento próprio, muito bom o programa ajuda muito, interação boa, conversação, esclarecimentos, vínculos, acolhimento, ajuda na orientação tira as dúvidas.

Quando interrogadas se conseguem atender às demandas da criança visitada, todas responderam que conseguem atender as demandas. Os exercícios citados que são desenvolvidos com as crianças foram: pintura, massinha de modelar, livro de história, estimulação a caminhar, engatinhar. Todas as visitadoras avaliam o desenvolvimento da criança acompanhada positivamente, normal, dentro dos parâmetros, boa e importante. A distribuição de tarefas entre as visitadoras ocorre com reunião uma vez por semana, geralmente as quartas-feiras de tarde com duração de 1 hora no CRAS, por bairro e nas conversas realizadas com trocas de ideias. Todas as respondentes acham que a distribuição de bairros e famílias a serem atendidos ocorre de forma adequada.

As visitadoras foram unânimes em mencionar que há bastante trocas de experiências e ideias entre elas, inclusive possuem um grupo no *whatsApp* para essas conversas. Todas avaliam como muito boa, excelente a relação com sua supervisora. Também confirmam que tem suporte no que for preciso da supervisora até referente as dúvidas. As entrevistadas afirmaram que a relação delas com a Rede de Assistência Social é muito boa e que todas as demandas feitas à Rede de Assistência Social são atendidas. Os serviços e políticas do município ajudam no que for preciso, as que mais se relacionam com o Programa são assistência social, CRAS e CREAS. As demandas apresentadas pelas famílias direcionadas as redes de atenção são atendidas e somente uma visitadora respondeu que não se considera reconhecida pelos atores da rede, porque poucas pessoas conhecem o Programa. O quadro 23 demonstra todas as respostas das dimensões do bloco 4 sobre as interações das visitadoras:

Quadro 23 - Visão geral dos processos de interação das visitadoras

(continua)

Dimensão	Tema	Responsável
INTERAÇÃO VISITADORA FAMÍLIA	Relação	- tranquila, muito boa, muito bem, sempre bem acolhida,
	Melhoria na relação	- somente duas responderam: puxar mais as famílias para participar, ajudar mais com as necessidades das famílias. As outras não melhorariam em nada, está bom assim como está.
	Atendimento das demandas	- todas conseguem atender as demandas

Quadro 23 - Visão geral dos processos de interação das visitadoras

(conclusão)

Dimensão	Tema	Responsável
INTERAÇÃO VISITADOR CRIANÇA	Mudança na criança	- mais notáveis pela fase de desenvolvimento próprio - muito bom o programa ajuda muito - interação boa, conversação, esclarecimentos, vínculos - acolhimento, ajuda na orientação tira as dúvidas
	Atendimento das demandas	- todas responderam sim
	Exercícios desenvolvidos	- pintura, massinha de modelar, livro de história, estimulação a caminhar, engatinhar.
	Avaliação desenvolvimento	- positivamente, normal, dentro dos parâmetros, boa, importante
INTERAÇÃO VISITADOR	Distribuição tarefas	- ocorre na reunião 1 vez por semana - as quartas-feiras de tarde por 1 hora no CRAS - por bairro, nas conversas trocando ideias.
INTERAÇÃO VISITADOR e VISITADOR	Adequação distribuição	- todas disseram que está adequada.
	Troca de experiências	- todas responderam que sim trocam várias experiências.
INTERAÇÃO VISITADOR SUPERVISOR	Relação	- muito boa a relação excelente
	Suporte obtido	- todas disseram que tem suporte no que for preciso até se tiver alguma dúvida
INTERAÇÃO VISITADOR REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Relação	- muito boa
	Serviços e políticas do município	- ajudam se for preciso - assistência social, CRAS e CREAS
	Demandas atendidas	- todas demandas são atendidas
	Reconhecimento	- somente uma respondeu que não, porque poucas pessoas conhecem o PCF.

Fonte: Elaborado pela autora

6.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS ENTREVISTAS COM AS AGENTES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

As agentes que compõem este estudo trabalham no município de Dom Pedrito e Tenente Portela, todas do sexo feminino, a maioria casada com ensino superior completo, as supervisoras e assistentes sociais possuem uma faixa etária superior que as visitadoras assim como o tempo de serviço no Programa Criança Feliz. Em relação aos motivos da escolha de ser agente do Programa existe uma diferença bem nítida nas respostas das visitadoras e assistentes sociais/supervisoras, as visitadoras possuem um interesse pessoal e profissional já as assistentes sociais e supervisoras a escolha foi por intermédio de uma indicação classificando a vaga como uma oportunidade.

Todas as agentes gostam do seu trabalho e salientam a importância das visitas domiciliares, orientações, encaminhamentos, suportes oferecidos evitando muitas vezes situações de violência contra as crianças, assim como reconhecem que a sociedade gosta, aceita e procura o Programa. Elas também concordam que o tempo e a frequência estão

adequados para as visitas domiciliares, mas discordam sobre o cumprimento das tarefas sendo que a maioria das assistentes sociais e supervisoras não conseguem cumprir com todas as tarefas designadas, já todas as visitadoras conseguem cumprir a agenda.

A maioria das entrevistadas fizeram cursos de formação online, todas consideram os cursos oferecidos bons. Referente à oferta de materiais as agentes foram unânimes em afirmar que os materiais necessários são ofertados, a maior parte respondeu: que o Programa fornece equipamentos de proteção individual, que não ocorre a falta de materiais de trabalho e o deslocamento é por conta própria, a pé ou de carro. No que diz respeito à estrutura do espaço de trabalho todas consideram o lugar bom e amplo, mas necessitam de algumas melhorias como: espaço para as crianças brincarem, computador novo, sala individualizada com mais privacidade.

Referindo-se ao número de colaboradores para a demanda dos serviços a maioria acha que o número de colaboradores é suficiente e a periodicidade da prestação de contas das tarefas exigidas pelo Programa é realizada mensalmente. Somente as visitadoras e supervisoras recebem acompanhamento técnico e funcional de supervisores, as assistentes sociais não. Sobre melhoramentos na sua rotina de trabalho, as visitadoras acrescentariam mais brincadeiras lúdicas e jogos, sentem falta de um motorista para o Programa e as assistentes sociais e supervisoras aprimorariam a disponibilidade de tempo para conseguir realizar as atividades.

As entrevistadas avaliam positivamente suas experiências no Programa como: satisfatória, gratificante, muito boa, valiosa, desafiadora, interessante, tranquila. Sobre a realidade social das famílias assistidas pelo Programa todas destacam a extrema vulnerabilidade social, ainda afirmam que a interação com as famílias, colegas e rede de assistência social é muito boa. Também conseguem atender as demandas das famílias beneficiárias e a rede assistência social dentro do possível dá o suporte necessário para o Programa. A grande parte das agentes acha que os sujeitos responsáveis pela rede de assistência social reconhecem seu trabalho.

6.4 BALANÇO DOS RESULTADOS OBTIDOS

As variáveis do Protocolo 5C de Brynard (2005), que estão interligadas e que se influenciam mutuamente, ajudam a compreender como se comportam os diferentes efeitos da implementação do Programa Criança Feliz. Vale ressaltar que para avaliar essas variáveis realizou-se uma triagem das dimensões da entrevista que correspondiam ao interesse do

Protocolo 5C, foram selecionadas: comprometimento, capacidade administrativa, coligações e comunicação, deixando de fora duas variáveis: conteúdo e contexto. O conteúdo, visto que os critérios, objetivos, dinâmica de implementação seguem os mesmos regulamentos determinados pelo Ministério da Cidadania, ou seja, as condições e recursos são iguais para todos os municípios e participantes do Programa.

O Contexto porque o ambiente organizacional que o Programa está implantado é o mesmo para todos os municípios que aderem ao programa, o contexto social é de vulnerabilidade social, com famílias carentes cadastradas no Cadastro único do governo federal-CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais), geralmente encaminhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS ou nos Centro de Referência a Assistência Social-CRAS dos bairros periféricos. O contexto financeiro, isto é, a previsão orçamentária os repasses do programa são distribuídos igualmente para todos os municípios participantes, conforme previsto nos regulamentos o valor estabelecido de R\$ 75,00 mensais por beneficiário, também seguem a mesma legislação e política de relações governamentais (federal, estadual e municipal) sendo que cada um tem sua função.

O comprometimento das agentes envolvidas é satisfatório, sendo que as visitadoras possuem mais intimidade no envolvimento com as atividades e acabam criando um vínculo com as famílias devido contato nas visitas domiciliares, já as supervisoras e principalmente as assistentes sociais possuem um comprometimento limitado em seu trabalho pela falta de tempo para se dedicar. A instituição onde localiza-se o Programa Criança Feliz, no caso do estudo é o CRAS- Centro de Referência a Assistência social, juntamente com a rede de assistência social se comprometem na oferta de cursos, fornecimento de materiais, atendimentos, encaminhamentos, ou seja, cumpre com suas atribuições conforme legislação que orienta o Programa. O compromisso da instituição com a política pública se traduz em quão comprometidos são os implementadores e como eles realmente transmitem o programa, bem como o esforço e a competência da instituição para implementar os objetivos do programa (CARVALHO, 2011).

A capacidade administrativa envolve os aspectos: carga de trabalho, no qual a maioria das agentes consegue cumprir com suas tarefas e todas consideram o tempo de serviço adequado. Recursos humanos- referindo-se à disponibilidade do pessoal foi avaliada pelas entrevistadas como suficiente o número de colaboradores para a demanda dos serviços, inclusive os cursos ofertados pelo Programa Criança Feliz são considerados bons. Já a infraestrutura e materiais, notou-se que principalmente o espaço físico do Programa necessita ser individual para ter mais privacidade nos atendimentos, assim como uma sala com

brinquedos para as crianças e um computador novo para trabalhar. Os materiais ofertados são considerados suficientes para a demanda das atividades desenvolvidas com as famílias beneficiárias do Programa.

As coligações e clientes, ou seja, a articulação entre os atores envolvidos no Programa Criança Feliz é considerada harmoniosa, sendo que há reuniões periódicas com os grupos para trocarem ideias sobre o desenvolvimento do trabalho e a articulação entre as agentes é representativa, pois ajudam nas demandas e encaminhamentos das famílias atendidas juntamente com a rede de assistência social do município que dá o suporte necessário para o Programa. Também existe a procura, reconhecimento e participação da sociedade com o Programa, gerando uma influência e opinião pública.

A comunicação entre as agentes e a rede de assistência social é produtiva e acolhedora, a interação com as famílias atendidas no Programa Criança Feliz é considerada muito boa, bem próxima principalmente com as visitadoras que entram nas residências dos beneficiários nas visitas domiciliares. Nenhuma dificuldade é encontrada pelas agentes na comunicação com as colegas, rede de assistência social e famílias atendidas, dentro do possível apesar de certas limitações na comunicação, como atendimento virtual na pandemia ou falta de tempo para atendimentos, todas as demandas apresentadas pelas famílias são atendidas dentro da realidade assistencial ofertada pelo Programa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, sendo que o Estado deve garantir políticas públicas para que a criança tenha os seus direitos assegurados e acesso a serviços de saúde, alimentação, educação proporcionando um nascimento e desenvolvimento infantil adequado e saudável. A implementação de políticas públicas voltadas para a primeira infância nas organizações públicas tem um papel fundamental para garantir a proteção integral à criança, por isso a necessidade de estudos direcionados para esse assunto.

Nesse sentido, esse estudo teve como objetivo avaliar o Programa Criança Feliz na percepção dos seus agentes, sendo escolhidos os municípios de Dom Pedrito e Tenente Portela por implementarem o Programa sem integração com o programa Primeira Infância Melhor, dando ênfase ao foco da pesquisa. Os agentes que contemplaram a pesquisa foram assistentes sociais, supervisoras e visitadoras. Para atingir esse objetivo foram traçados cinco objetivos específicos, em seguida apresentam-se os principais resultados obtidos.

O primeiro objetivo específico foi investigar a qualidade dos elementos estruturais do Programa Criança Feliz. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com as assistentes sociais e supervisoras e análise de conteúdos dos dados secundários das entrevistas com as visitadoras, totalizando 10 agentes entrevistadas. Os dados foram analisados em duas categorias: Equipamentos, materiais de trabalho e estrutura física.

A categoria “equipamentos e materiais de trabalho” demonstrou que os materiais necessários são ofertados, os deslocamentos dos agentes são por conta própria e nos casos de difícil acesso é disponibilizado um carro, é fornecido equipamentos de proteção individual, somente uma agente relatou que ocorre a falta de materiais. A categoria “estrutura física” mostrou a necessidade de um computador novo, uma sala individualizada para um melhor atendimento, apesar dos espaços serem bons e acessíveis.

O segundo objetivo específico consistiu em apurar a organização dos serviços prestados aos beneficiários do Programa Criança Feliz, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e análise documental, os dados foram analisados com uma categoria da Administração do Programa, essa categoria expôs que o número de atendimentos realizados pelo Programa é suficiente; a política de acesso das famílias ao Programa é boa, mas necessitaria ofertar mais vagas e colaboradores; a admissão das famílias no Programa acontece por meio de encaminhamentos: do Conselho Tutelar, Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS

e de famílias que fazem parte do Programa Bolsa Família com cadastro no CadÚnico-Cadastro Único para Programas Sociais.

Outras variáveis analisadas por essa dimensão foram: a forma de ingresso e o número de necessitados, sendo que as assistentes sociais concordam que o Programa com sua forma de acesso não contempla todos os necessitados, já as supervisoras afirmam que abrange todos que precisam do Programa. Na variável “exercício da parentalidade” as agentes solicitam a participação das famílias nas atividades com as crianças, quase sempre conseguem reunir a família com as crianças, dentro do possível é bom e bem-feito. A execução da intersetorialidade é tranquila e satisfatória, funciona bem. A contratação dos profissionais é por meio de contratos, regime celetista geralmente com duração de 6 meses ou dois anos podendo ser prorrogado por igual período. O planejamento e execução das ações do Programa são efetuadas nas reuniões diárias ou quinzenais.

O terceiro objetivo buscou analisar as variáveis do processo de interação dos agentes do Programa Criança Feliz com a família beneficiária, colegas de serviço e rede de assistência social. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e os dados foram avaliados com três categorias: interação agente e família, agente e visitador, agente e rede de assistência social. A categoria “relação dos agentes com as visitadoras” apontou que essa interação é muito boa, a maioria das visitadoras seguem as orientações dadas pelas supervisoras e assistentes sociais, em alguns casos a visitadora esquece das orientações e precisa ser lembrada.

A categoria “interação das agentes com as famílias” também aponta que a relação é muito boa, porém as agentes melhorariam o tempo, a exclusividade, a aproximação e ajudariam mais as famílias em vulnerabilidade. As demandas das famílias são atendidas dentro da realidade assistencial ofertada pelo Programa, aquelas que não competem ao Programa são encaminhadas ao destino certo, quando ocorre muita procura conseqüentemente pode faltar para algumas famílias. A categoria “relação das agentes com a rede de assistência social” é boa, as demandas apresentadas pelas famílias são atendidas pela rede, dão o suporte necessário e a maioria das agentes acredita que seu trabalho é reconhecido pela rede de assistência social.

O quarto objetivo específico consistiu em averiguar o conhecimento operacional dos agentes do Programa Criança Feliz, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e os dados foram analisados com três categorias: realização profissional e reconhecimento, carga de trabalho, treinamento e capacitação. A categoria “realização profissional e reconhecimento” evidenciou que os motivos das escolhas das agentes de trabalhar no Programa foram por

oportunidade de trabalho, convite e indicações da chefia. Todas as agentes ressaltam a importância das contribuições do seu trabalho no Programa como: a vinculação e interação com as famílias, suporte e orientação, apoio e encaminhamentos e ajuda no vínculo familiar. Em relação à percepção da sociedade sobre o trabalho realizado pelas agentes relatam que a aceitação é boa das famílias, as pessoas reconhecem o trabalho do Programa, portanto que a procura é grande.

A categoria “carga de trabalho” revelou que há uma divergência entre as agentes do mesmo município no número de famílias atendidas pelo Programa, essa incompatibilidade pode gerar conflitos nos dados das pesquisas referentes ao Programa, a maioria das agentes não conseguem cumprir com todas as tarefas designadas pelo Programa Criança Feliz, todas as entrevistadas consideram adequado a duração das visitas, as reuniões são realizadas de acordo com o serviço podem acontecer quinzenalmente, semanalmente ou mensalmente. A categoria “treinamento e capacitação” indicou a limitação na realização de cursos de formação e treinamentos para supervisoras e assistentes sociais, poucas agentes realizaram curso e consideraram bom, já a maioria das visitadoras realizaram cursos.

O quinto e último objetivo específico tratou de identificar como as variáveis (comprometimento, capacidade, coligações e comunicação) procedem em função dos diferentes resultados da implementação do Programa Criança Feliz. Nesse caso, levou-se em consideração a análise do conteúdo das entrevistas considerando somente os aspectos necessários para identificar cada variável. O “comprometimento” das agentes é satisfatório, sendo que o comprometimento das assistentes sociais e supervisoras é mais limitado, já as visitadoras possuem mais envolvimento com as atividades nas casas das famílias.

Referente a “capacidade administrativa”, a maioria das agentes consegue cumprir com suas tarefas e todas acham o tempo de serviço adequado. A disponibilidade de colaboradores é considerada suficiente para a demanda dos serviços do Programa, as entrevistadas julgam bons os cursos oferecidos. Já a infraestrutura e materiais, observa-se que a sala de atendimento do Programa necessita ser individual para ter privacidade nos atendimentos, também está precisando de uma sala com brinquedos para as crianças e um computador novo. Os materiais oferecidos são suficientes para a demanda das atividades desenvolvidas com as crianças atendidas pelo Programa.

As “coligações e clientes”, isto é a articulação entre os envolvidos no Programa Criança Feliz é aprazível, sendo que os grupos trocam ideias sobre o trabalho nas reuniões realizadas e a transação das atividades entre as agentes é representativa, auxiliam nas demandas e encaminhamentos das famílias atendidas juntamente com a rede de assistência

social do município. A sociedade participa, procura, reconhece o Programa Criança Feliz, proporcionando um impacto na opinião pública. A “comunicação” das agentes com a rede de assistência social e famílias atendidas pelo Programa é satisfatória, a interação é muito boa. A comunicação entre as agentes funciona de forma produtiva para resolver as demandas do serviço com trocas de ideias, desenvolvimento de atividades, encaminhamentos das famílias beneficiárias entre outros. Já a comunicação das visitadoras com as famílias é mais intensa, devido ao envolvimento com as crianças nas visitas domiciliares que acontece dentro da casa das pessoas.

Sendo assim, esse estudo proporcionou, por meio dos objetivos específicos, avaliar o Programa Criança Feliz conforme a percepção dos seus agentes. Mediante aos resultados essa pesquisa torna-se significativa ao revelar o panorama da visão dos agentes do Programa, sendo que o tema políticas públicas voltadas à primeira infância é reconhecido mundialmente e as pesquisas referentes aos programas governamentais que são direcionados à criança devem ser ampliadas para alcançar sua devida importância.

Como limitações do presente estudo pode-se mencionar a própria pesquisa realizada em dois municípios que aderiram somente ao Programa Criança Feliz. Outra limitação deve-se ao fato da administração do programa, no caso a entidade da sede do programa o CRAS-Centro de Referência da Assistência Social, não possui um arquivo com dados referente ao acompanhamento das crianças atendidas pelo programa. Também, pode-se considerar como uma limitação à pandemia do Coronavírus que por causa dos protocolos de segurança as entrevistas foram realizadas de forma virtual.

Assim, sugere-se a realização de estudos futuros com enfoque quantitativo visando aprofundar a análise sobre os atendimentos realizados pelo Programa abordando o tema do presente estudo, no sentido de acompanhar o desenvolvimento das crianças atendidas pelo Programa Criança Feliz. Sugere-se também a realização de um novo estudo para verificar o impacto do programa na vida das famílias beneficiárias e depois que a pandemia do Coronavírus estiver controlada retornar a pesquisa nos outros municípios que aderiram somente o Programa Criança Feliz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Bruna. **Estratégias de gestão pública no setor energético: um ensaio acerca das racionalidades econômicas**, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/194360/001093384.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 de set. 2020.
- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**. Vol.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015 | ISSN: 2318-8499.
- APPOLINÁRIO, F. (2012). **Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning.
- ARAÚJO, Richard Medeiros de. **Programa de aquisição de alimentos (2003-2010): avaliação da implementação pela CONAB no Rio Grande do Norte**. 2012. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12077>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- AZEVEDO, V., Carvalho, M., Costa, F. F., Mesquita, S., Soares, J., Teixeira, F., & Maia, A. (2017). Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios. **Revista de Enfermagem Referência**, IV(14), 159-168.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo: edição revista e ampliada**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERVIAN, Pedro; CERVO, Amado L. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Criança Feliz: guia para visita domiciliar**. – 2ª versão. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 2017.
- BRASIL, Ministério da Cidadania- Governo Federal. **Primeira infância-Com adaptações e cuidados, Criança Feliz promove seis milhões de visitas durante a pandemia**. Notícias Diretoria de Comunicação- Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/com-adaptacoes-e-cuidados-crianca-feliz-promove-seis-milhoes-de-visitas-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 08 de fev. 2021.
- BRASIL, Ministério da Cidadania- Notícias. **Criança Feliz é reconhecido mundialmente e considerado indicador de desenvolvimento infantil em municípios**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/crianca-feliz-e-reconhecido-mundialmente-e-considerado-indicador-de-desenvolvimento-infantil-em-municipios>>. Acesso em: 28 de jan. 2021.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos- MMFDH. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes.** Todas as notícias, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 03 de março de 2021.

BRASIL. **Estatuto da Primeira Infância.** Lei n. 13.257, de 08 de março de 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm>. Acesso em: 01 de março de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BARRETO, Mylena da Silva Gomes. **A importância do investimento em primeira infância.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas)- Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Niterói, 2019.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **A Educação Básica na Suécia e no Brasil:** algumas semelhanças e diferenças. Print version ISSN 0100-3143, On-line version ISSN 2175-6236. Educ. Real. vol.44 no.1 Porto Alegre, Epub Feb 25, 2019.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.** Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 nov. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30037356/do1-2013-04-05-lei-n-12-796-de-4-de-abril-de-2013-30037348>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL, **Avanços do marco legal da primeira infância. Cadernos de Trabalhos e Debates. Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância-** Câmara dos Deputados, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia>>. Acesso em: 27 de set. 2020.

BRASIL, **Resolução CNAS nº 07, de 22 de maio de 2017.** Aprova os critérios de partilha para a expansão do financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social no exercício de 2017 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20229422/do1-2017-05-23-resolucao-n-7-de-22-de-maio-de-2017-20229349>. Acesso em: 29 de set. 2020.

BRASIL, **PROGRAMA CRIANÇA FELIZ-** A intersetorialidade na visita domiciliar. Edição, 2017 - Brasília/DF. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_na_visita_domiciliar_2.pdf>. Acesso em: 08 de out. 2020.

BRASIL, **Da ciência à prática: os programas de apoio ao desenvolvimento infantil na América Latina** / [coordenação-geral Andréia Peres e Marcelo Bauer]. São Paulo: Cross Content, 2018. Disponível em: <https://bernardvanleer.org/app/uploads/2018/12/Da-Ci%C3%Aancia-%C3%A0-Pr%C3%A1tica_web_Final-compressed2.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2020.

BRASIL, **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm>. Acesso em: 28 de jan. 2021.

BRASIL, Ministério da Cidadania- Governo Federal. **Primeira infância-Com adaptações e cuidados, Criança Feliz promove seis milhões de visitas durante a pandemia.** Notícias Diretoria de Comunicação- Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/com-adaptacoes-e-cuidados-crianca-feliz-promove-seis-milhoes-de-visitas-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 08 de out. 2020.

BRASIL, Ministério da Cidadania- Notícias. **Criança Feliz é reconhecido mundialmente e considerado indicador de desenvolvimento infantil em municípios**, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/crianca-feliz-e-reconhecido-mundialmente-e-considerado-indicador-de-desenvolvimento-infantil-em-municipios>>. Acesso em: 28 de jan. 2021.

BRASIL, **Lei nº 12.544, de 03 de julho de 2006.** Institui o Programa Primeira Infância Melhor - PIM - e dá outras providências. Publicada no DOE nº 125, de 04 de julho de 2006. Disponível em:< <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.544.pdf>>. Acesso em: 21 de jan. 2021.

BRASIL, **Lei Estadual nº 14.594/2014, de 28 de agosto de 2014**. Introduce modificações na Lei nº 12.544, de 3 de julho de 2006, que institui o Programa Primeira Infância-PIM. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/2014/08/Lei-N-14594.pdf>>. Acesso em: 21 de jan. 2021.

BRASIL, **DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9579.htm>. Acesso em: 09 de fev. 2021.

BRASIL, **DECRETO Nº 8.869, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016**. Institui o Programa Criança Feliz. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21292775/do1-2016-10-06-decreto-n-8-869-de-5-de-outubro-de-2016-21292718>. Acesso em: 09 de fev. 2021.

BECHELAINE, Cinthia H. de O.; CKAGNAZAROFF, Ivan B. **Por que as avaliações vão para a gaveta?** Uma revisão teórica dos fatores relacionados ao uso dos resultados das avaliações de políticas públicas. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 17, n. 2, p. 78-93, 2014.

BRYNARD, P. Policy implementation. In: CLOETE; WISSINK (Eds.). **Improving public policy**. Pretoria: Van Schaik. 2000.

BRYNARD, P. **African association for public administration and management- theme: harnessing the partnership of the public and non-state sectors for sustainable development and good governance in Africa: problems and the way Forward**. 27th AAPAM annual roundtable conference. Livingstone, Zambia. 2005.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CARVALHO, Sonia Nahas de. **Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CARVALHO, Maria de Lourdes. **A influência das dimensões do protocolo 5C na implementação da política pública de ampliação do acesso ao ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2011.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: **Um software gratuito para análise de dados textuais**. *Temas em Psicologia*, v. 21, pp. 513-518, 2013.

_____. Tutorial para uso do software IRAMUTEQ. 2016. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial_IRaMuTeQ_em_portugues_17.03.2016.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. ANÁLISE DE CONTEÚDO: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CRESWELL, J. W. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: **Bookman**, 2010.

CRESPI, Livia. **Neurociências na formação docente continuada: valorizando o desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós Graduação de Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento** – Edição n. 12, dez. 2018.

CRESPI, Livia. **Neurociências na formação docente continuada: valorizando o desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância**. 213 f, 2020.

DECLARAÇÃO DE PARIS SOBRE A EFICÁCIA DA AJUDA, Apropriação, Harmonização, Alinhamento, Resultados e Responsabilidade Mútua. Fórum de Alto Nível, Paris - 28 de Fevereiro - 2 de Março de 2005. Disponível em: <<https://www.oecd.org/dac/effectiveness/38604403.pdf>>. Acesso em: 20 de mar.2021.

ESPING-ANDERSEN, G. (2007). **Family formation and family dilemmas in contemporary Europe**. Madrid: Fundacion BBVA.

FARAH, Marta F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Rev. Adm. Pública** vol.50, no.6, Rio de Janeiro, Nov./Dec. 2016.

FIGUEIREDO, M.F.; FIGUEIREDO, A.C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v.1, n.3, p.107-127, set./dez. 1986.

FINLAND, Helsinque. (2006). **Finland's Family Policy**. **Helsinki, Finland**: University Printing House.

FORE, Henrietta. Suécia e Noruega têm as melhores políticas de família, segundo Unicef. **Notícias UOL**. Junho, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/06/12/suecia-e-noruega-tem-as-melhores-politicas-de-familiasegundo-unicef.htm>>. Acesso em: 20 de mar. 2021.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GIANEZINI, Kelly; BARRETTO, Leticia Manique; GIANEZINI, Miguelangelo; LAUXEN; Sirlei de Lourdes; BARBOSA, Gabriel Dario; VIEIRA, Reginaldo de Souza. POLÍTICAS PÚBLICAS: definições, processos e constructos no século XXI. Universidade Federal do Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 21, núm. 2, 2017.

GIL, Antônio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. 4ª ed. São Paulo: **Atlas**, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2002.

GOODMAN, A., & Sianesi, B. (2005). **Early Education and Children's Outcomes: How Long Do the Impacts Last?** *Fiscal Studies*, 26(4), 513-548.

HADDAD, L. Como os países escandinavos podem contribuir com a educação infantil brasileira. **Pátio** (Porto Alegre 2002), v. 53, p. 4-7, 2017.

HADDAD, Lenira. (2020). Understandings of educational practices in early childhood education: views on the environment of an early years age-integrated center in Denmark. **Educação Unisinos**. 24. 10.4013/Edu

HECKMAN, J.J. (2006). Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children. **Science**, 312, 1900-1902.

HECKMAN, James J. **Investir no desenvolvimento na primeira infância: Reduzir déficits, fortalecer a economia**. 2012. Disponível em: <https://heckmanequation.org/www/assets/2017/01/D_Heckman_FMCSV_ReduceDeficit_012215.pdf>. Acesso em: 11 de mar. 2021.

HUSTEDT, Jason T; BARNETT, Steven W. **Política Head Start. National Institute for Early Education Research**. Universidade Rutgers, EUA Abril 2017, 2ª ed. rev. Disponível em: <<http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/textes-experts/pt-pt/2562/politica-head-start.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2020.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - **PNAD Contínua, 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27257&t=publicacoes>. Acesso em: 12 de mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, fortalecimento da função avaliação nos países da América do Sul. **Eficiência e eficácia da ação governamental: uma análise comparativa de sistemas de avaliação**: relatório técnico / Ricardo Toledo Silva. – Brasília: Ipea, 2002.

IRWIN, L., A. Siddiqi e C. Hertzman. 2007. **Early Child Development: A Powerful Equalizer**: Final Report for the World Health Organization's Commission on the Social Determinants of Health. Geneva: WHO. Disponível em: <http://www.who.int/social_determinants/resources/ecd_kn_report_07_2007.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2021.

JENSEN, J. J. **Hovedkroppe, porcelænsdukker og mudderbørn Pædagogers forståelse af dansk daginstitutionspraksis**. Copenhagen, BUPL, 2014.

KAGAN, L. (2013). **¿Qué es calidad en el desarrollo infantil temprano y en la educación?** Diálogo Regional de Política. Calidad en los servicios de atención a la primera infancia. Washington: BID.

KAMINSKI, André Karst. O Conselho Tutelar, a Criança e o Ato Infracional: Proteção ou Punição? Canoas: **Ulbra**, 2004.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LEE H, Ryan LH, Ofstedal MB, Smith J. **Multigenerational Households during Childhood and Trajectories of Cognitive Functioning Among U.S. Older Adults**. J Gerontol B Psychol Sci Soc Sci. 2020 Sep 19:gbaa165. doi: 10.1093/geronb/gbaa165. Epub ahead of print. PMID: 32951054.

LISBOA, A. M. A Primeira Infância e as Raízes da Violência. [S.l.]: **LGE**; 1a Edição, 2006. Nenhuma citação no texto.

LU, C.; BLACK, M. M.; RICHTER, L. M. Risk of poor development in young children in low-income and middle-income countries: an estimation and analysis at the global, regional, and country level. **The Lancet Global Health**, v. 4, n. 12, p. 916–922, 2016.

McLoyd VC. 1998. Socioeconomic disadvantages and child development. *Am. Psychol.* 53:185.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. SUAS e Programa Criança Feliz-Atuação Integrada, 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Interacao_Suas_CF.pdf>. Acesso em: 11 de mar. 2021.

MONTOYA, Natalia Puentes; SILVESTRE, Roberta de Miranda; SOUTO, Vanessa Yumi Fujinaga. **Programa Criança Feliz**: um olhar para as ações intersetoriais de primeira infância. 198 f, 2018.

MURILLO, Catalina Morales; GRAU, Pau Garcia; VALERO, Rosa Fernández. Interpersonal Relationships in Early Childhood. InTechOpen, 2020. [**Online First**], DOI: 10.5772 / intechopen.94859. Disponível em: <<https://www.intechopen.com/online-first/interpersonal-relationships-in-early-childhood>>. Acesso em: 11 de mar. 2021.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. São Paulo: **Atlas**, 2016.

MINAYO, M. C. S. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação**. In: _____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Criança Feliz recebe maior prêmio do mundo na área de inovação para a educação. Notícias, Assessoria de Comunicação do Ministério da Cidadania. Publicado em 20/11/2019. Disponível em: < <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/novembro/crianca-feliz-recebe-maior-premio-do-mundo-na-area-de-inovacao-para-a-educacao>>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Filhos da revolução. O Programa de Atenção à Primeira Infância do governo federal, Criança Feliz, já promove uma verdadeira transformação na vida de mais de 754 mil crianças e gestantes entre as famílias mais pobres do país. Página Inicial- O Criança Feliz. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/o-crianca-feliz>>. Acesso em: 18 de jun. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Responsável pela criação do Criança Feliz, Marco Legal da Primeira Infância completa cinco anos. Diretoria de Comunicação - Ministério da Cidadania, publicado em 08/03/2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/responsavel-pela-criacao-do-crianca-feliz-marco-legal-da-primeira-infancia-completa-cinco-anos>>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Manual de gestão municipal do Programa Criança Feliz [recurso eletrônico] / Edição Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano. - Brasília : Ministério da Cidadania, 2019.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Programa Criança Feliz atinge marca de mais de 50 milhões de visitas domiciliares. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/programa-crianca-feliz-atinge-marca-de-mais-de-50-milhoes-de-visitas-domiciliares>>. Acesso em: 04 de out.2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Gabinete do Ministro. Portaria MC nº 664, de 02 de Setembro de 2021. Consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-664-de-2-de-setembro-de-2021-343007090>>. Acesso em: 30 de jan.2022.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, Dados Atuais – 2021. **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh/copy_of_dados-atuais-2021>. Acesso em: 04 de out. 2021.

MUSTARD JF. **Desenvolvimento cerebral inicial e desenvolvimento humano**. Em: Tremblay RE, Boivin M, Peters RDeV, eds. Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na **Primeira Infância** [on-line]. Disponível em: <<https://www.encyclopedia-crianca.com/importancia-do-desenvolvimento-infantil/segundo-especialistas/desenvolvimento-cerebral-inicial-e>>. Publicado: Fevereiro 2010 (Inglês).

NAV, Administração Norueguesa de Trabalho e Bem-Estar. Cartilha: Ter um bebê na Noruega. Elaboração: **Setor Cultural da Embaixada do Brasil em Oslo**, 1ª edição, 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Oslo/pt-br/file/12_CCBN/12-06-46-Ter_bebe_na_Noruega.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2021.

NORGE, Norge.no. **Guia de serviços públicos digitais na Noruega**- Cartilha ter um bebê na Noruega. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Oslo/pt-br/file/12_CCBN/12-06-46-Ter_bebe_na_Noruega.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. Metodologia científica. São Paulo: **Pioneira Thomson Learning**, 2011.

PENNANEN, Pauliina. 80 anos viabilizando a igualdade para as crianças na Finlândia-Vida e Sociedade. ThisisFINLAND **Ministério de Relações Exteriores da Finlândia**- Conselho para a Promoção da Finlândia, 2018. Disponível em: <<https://finland.fi/pt/vida-amp-sociedade/80-anos-viabilizando-igualdade-para-criancas-na-finlandia/>>. Acesso em: 27 set. 2020.

PFEIFER, Peter. (2000). O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. **Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública**, 51(1): 81-124, jan/mar.

PEREIRA, Marcelo Sant' Anna. A utilização da matriz lógica em projetos sociais. **Pesqui. prá. psicossociais** [online]. 2015, vol.10, n.2 [citado 2021-03-24], pp. 327-339. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1809-8908.

PIRES, Roberto Rocha C. **Implementando Desigualdades?** Introdução a uma agenda de pesquisa sobre agentes estatais, representações sociais e (re)produção de desigualdades, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8108/1/BAPI_n13_Implementando.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

PLANO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA – Ipea. Proposta elaborada pela Rede Nacional Primeira Infância com ampla participação social- versão resumida. Brasília, dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/PPNI-resumido.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DA AMÉRICA LATINA. Todos pela Educação- Primeira Infância- experiência em cada país, 2016. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/primeirainfancia/paises.html>>. Acesso em: 05 out. 2020.

RODRIGUES, Glauciane da Piedade; BAETA, Adelaide Maria Coelho; GUIDINI, Marilene Bertuol; VALENTIM, Fabiano de Souza; PAIVA, Vanessa Padrão de Vasconcelos. **Um Modelo de Gestão e Avaliação de Programas para Melhoria do Desempenho de Instituição do Sistema de Ciência e Tecnologia.** EnANPAD 2010, XXXIX Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ- 25 a 29 de setembro de 2010.

ROESCH, S. M.A.. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

SAHLBERG, P. **Finnish Lessons 2.0: What can the world learn from educational change in Finland?.** New York: Teachers College Press, 2015.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: **Saraiva**, 2006.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos, 2ªEd. São Paulo: **Cengage Learning**, 2014.

SECRETARIA DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL, **Primeira Infância Melhor-PIM.** Perguntas e respostas sobre o Programa Criança Feliz / PIM no RS, 2017. Disponível em: <<https://www.pim.saude.rs.gov.br/site/perguntas-e-respostas-sobre-o-programa-crianca-feliz-pim-no-rs/>>. Acesso em: 05 set. 2021.

SECRETARIA DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL, **Primeira Infância Melhor-PIM.** Dados- Situação atual conforme estimativa de atendimento. Disponível em: <<https://www.pim.saude.rs.gov.br/site/o-pim/dados/>>. Acesso em: 04 out. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **Primeira Infância Melhor comemora 15 anos preservando saúde de crianças.** Disponível em: <<https://www.sjcdh.rs.gov.br/primeira-infancia-melhor-comemora-15-anos-preservando-saude-de-criancas/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

SERAPIONI, M. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 31, p. 59-80. 2016.

SHONKOFF, J. **Investindo em ciência para fortalecer as bases da aprendizagem, do comportamento e da saúde ao longo da vida.** Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Centro de Estudos e Debates Estratégicos – Cedes: Câmara dos Deputados. Brasília, p. 89 a 102, 2016.

SMITH, Kevin B. e LARIMER, Christopher W. **The Public Policy Theory Primer.** Boulder- -CO, Westview Press. 2009.

SILVA, Maurício Corrêa da. Critérios de avaliação de políticas públicas e de desempenho: aspectos conceituais e empíricos. Governet. Boletim do Orçamento e Finanças, n. 167, março, 2019. ISSN 1809-6670.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. (2000) Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: **Veras**, 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-44, jul./dez. 2006.

SEGAL L, Sara Opie R, Dalziel K. Theory! **The missing link in understanding the performance of neonate/infant home-visiting programs to prevent child maltreatment: a systematic review**. Milbank Q. 2012 Mar;90(1):47-106. doi: 10.1111/j.1468-0009.2011.00655.x. PMID: 22428693; PMCID: PMC3385020

SHORE, R. Repensando o cérebro: novas visões sobre o desenvolvimento inicial do cérebro. Porto Alegre: **Mercado Aberto**, 2000.

TINOCO, Dinah dos Santos; SOUZA, Lincoln Moraes de; OLIVEIRA Alba Barbosa. **Avaliação de políticas públicas**: modelo tradicional e pluralista, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/847/869>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Análise de Políticas Públicas: O Caso do Projeto Microbacias. EnANPAD 2009, XXXIII **Encontro da ANPAD**. São Paulo/SP- 19 a 23 de setembro de 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: **Atlas**, 1987.

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público, Brasília**, v. 51, n. 2, p. 54-70, abr./jun. 2000.

UNICEF, Innocenti. Worlds of Influence: Understanding what shapes child well-being in rich countries, Innocenti Report Card 16, **UNICEF Office of Research** – Innocenti, Florence, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.nl/files/Report%20Card%2016%20UNICEF_3%20sept_2020.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

- VENANCIO, Sonia Ioyama. Por que investir na primeira infância?. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [online]. 2020, vol.28 [citado 2021-03-05], e3253. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692020000100200&lng=pt&nrm=iso>. Epub 03-Fev-2020. ISSN 1518-8345.
- VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade - um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR- FGV**, Volume II – Número 1 – Março, 2004.
- VIANA, Ana L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p 5-43, abr. 1996.
- VIANA, Iara Azevedo Vitelli .**Investimento produtivo em educação no Brasil**: educação infantil para crianças pobres, Dissertação (Mestrado)- Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, BR-RJ, 2012.
- WILLIAMS-SIEGFREDSSEN, Jane. (2012). Understanding the Danish forest school approach. Abingdon, Oxon: **Routledge**.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION, United Nations Children’s Fund, World Bank Group. Nurturing care for early childhood development: a framework for helping children survive and thrive to transform health and human potential. Geneva: **World Health Organization**; 2018. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO
- ZANELLA, Liane Carly Hermes Metodologia de pesquisa / Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: **Departamento de Ciências da Administração/ UFSC**, 2013.

ANEXO A - PROTOCOLO DE ENTREVISTAS COM OS VISITADORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)

Dados secundários- Projeto de pesquisa: Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Bloco 1

Caracterização do perfil do visitador

Caracterização inicial
Sexo
Idade
Escolaridade
Estado civil
Profissão
Tempo de atuação junto ao Programa Criança Feliz
Carga horária destinada ao Programa Criança Feliz
Cursos de capacitações realizadas para o Programa Criança Feliz
Possui supervisor e/ou coordenador de atividades do Programa Criança Feliz
Desenvolve atividade de trabalho fora do Programa Criança Feliz
Carga horária de trabalho além do Programa Criança Feliz

Dimensão Realização Profissional e Reconhecimento

Perguntas
Como você decidiu/escolheu ser visitador do Programa Criança Feliz-PCF?
Como você vê o teu trabalho no PCF?
Considera que as pessoas/sociedade entendem o teu trabalho?
Como você se sente em relação ao teu trabalho no PCF?
Qual a contribuição do teu trabalho para a criança e para a família?

Dimensão Carga de Trabalho

Perguntas
Quantas famílias você visita em um dia normal (ou semana normal) de trabalho no Programa Criança Feliz?
Como ocorre o agendamento de horários com as famílias beneficiárias?
Qual a duração média de uma visita?
Você consegue cumprir a agenda de visitas no prazo programado?
Você considera adequado o tempo para a visita?
Sobre a frequência de visitas (semanais/mensais), qual tua opinião?

Dimensão Treinamento e capacitação

Perguntas
São ofertados cursos de formação e atualização?
Como você avalia a quantidade de cursos/capacitações (formação e atualização) oferecidas? Considera a ofertada seja suficiente?

Como você avalia a qualidade dos cursos de capacitação oferecidos?
Você sente necessidade de algum tipo de treinamento que NÃO tenha sido ofertado?
Utiliza os manuais do PCF?
Como você avalia os manuais ofertados pelo Programa?

Bloco 2

Investiga a qualidade das variáveis estruturais relacionadas ao PCF

Dimensão Disponibilidade de Equipamentos e Materiais Pedagógicos (equipamentos os EPIs e materiais pedagógicos - materiais diversos utilizados)

Perguntas
Quais os materiais mais utilizados junto aos beneficiários do PCF?
Como se dá a oferta os materiais necessários para as práticas?
Considera que os recursos para os materiais são suficientes?
Ocorre falta de materiais?
Como são feitos os deslocamentos dos visitantes e dos materiais (se necessário)?
Existem equipamentos (EPIs) específicos utilizados?

Dimensão Estrutura Física para Recepção das Famílias Beneficiárias (a estrutura física dos CRAS para apoio ao PCF e a estrutura nas casas dos beneficiários)

Perguntas
Que tipo de espaço (estrutura física) o PCF utiliza para suas atividades/atendimento/eventos aos beneficiários?
Como você avalia o espaço familiar (casas) para desenvolver as atividades do PCF?
Como você avalia o espaço do PCF nos CRAS para desenvolver as atividades dos visitantes?
Como você avalia o espaço do PCF nos CRAS para desenvolver as atividades junto aos beneficiários?
Em quais aspectos a estrutura física do PCF poderia ser melhorada?

Dimensão Capacidade de Atendimento aos Beneficiários

Perguntas
O Programa possui um número adequado de visitantes?
As famílias beneficiárias conseguem ser atendidas de forma adequada, considerando a proporção visitante-beneficiário (visitador/criança e ou visitador/gestante)?

Bloco 3

Investiga as variáveis de intensidade, rotina e insumos do PCF

Dimensão Intensidade do Programa

Perguntas
Qual a demanda de visitas realizada semanalmente?
Qual a periodicidade de prestação de contas das suas atividades que o Programa exige?

Dimensão Envolvimento dos Pais

Perguntas
Você considera que famílias costumam realizar o que é orientado pelo visitador?
Percebe se há desenvolvimento e/ou fortalecimentos dos vínculos familiares?
Com que frequência as famílias participam dos eventos, oficinas e grupos promovidos pelo

PCF? Pode citar um exemplo de evento ocorrido?
--

Dimensão Rotina do Programa

Perguntas
Quais são as etapas de ação junto as famílias?
Como você organiza a sua rotina de trabalho?
O que você aprimoraria no desenvolvimento da rotina do seu trabalho?
Como você planeja a visita para a família beneficiária?
Essa rotina passa por supervisão/reunião geral prévia?

Dimensão Conhecimento e Experiência Acumulada

Perguntas
Como você avalia a experiência de ser visitador do programa?
Relate uma experiência marcante como visitador.

Bloco 4

Investiga as variáveis do processo de interação

Dimensão Interação visitador-família

Perguntas
Como se dá a relação entre você e as famílias beneficiárias?
Quais aspectos poderiam ser melhorados na interação com as famílias?
Você consegue atender às demandas das famílias beneficiárias?

Dimensão Interação visitador-criança

Perguntas
O que muda na criança que participa no PCF?
Considera que consegue atender às demandas da criança visitada?
Que tipo de exercícios você desenvolve com a criança?
Como você avalia o desenvolvimento da criança acompanhada?

Dimensão Interação visitador-visitador

Perguntas
Como ocorre a distribuição de tarefas entre os visitantes?
Considera essa distribuição adequada?
Você e seu colega de trabalho costumam trocar experiências sobre o trabalho? Comente como se dá essa troca.

Dimensão Interação visitador-supervisor

Perguntas
Como se dá a relação de trabalho com o supervisor e/ou coordenador do Programa?
Comente o suporte obtido por parte da supervisão/coordenação do Programa?

Dimensão Interação visitador-rede de assistência social

Perguntas
Como se dá a relação tua com a rede de assistência social do município?
Quais os serviços e políticas do município que mais se relacionam com o Programa Criança Feliz?
As demandas apresentadas pelas famílias direcionadas as redes de atenção (rede de assistência social/secretaria) são atendidas?

Você se considera reconhecido pelos atores dessa rede?

ANEXO B - PROTOCOLO DE ENTREVISTAS COM AS ASSISTENTES SOCIAIS E SUPERVISORAS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)

BLOCOS	DIMENSÕES	QUESTÕES
BLOCO 1 - Perfil dos agentes do Programa Criança Feliz	1.1 Perfil	1.1.1 Município 1.1.2 Idade 1.1.3 Nível de Escolaridade 1.1.4 Estado civil 1.1.5 Sexo 1.1.6 Tempo no Programa Criança Feliz 1.1.7 Qual é seu vínculo empregatício no Programa Criança Feliz? (Processo Seletivo) 1.1.8 Qual a sua função no Programa Criança Feliz?
BLOCO 2- Conhecimento operacional dos agentes do Programa Criança Feliz	2.1 Realização profissional e reconhecimento	2.1.1 Quais foram os motivos da sua escolha como agente do Programa? 2.1.2 Qual a sua percepção em relação a sua atuação funcional? 2.1.3 Como você analisa a percepção da sociedade em relação ao seu trabalho? 2.1.4 Qual é a contribuição/importância do seu trabalho para os beneficiários do Programa?
	2.2 Carga de trabalho	2.2.1 Qual o número total de famílias atendidas pelo programa? 2.2.2 Você consegue cumprir com todas as tarefas designadas pela agenda do programa? 2.2.3 Você considera o tempo e a frequência adequados para as visitas domiciliares? 2.2.4 Qual a periodicidade que o programa faz reuniões referentes aos serviços, organização e dados coletados pelos agentes?
	2.3 Treinamento e capacitação	2.3.1 Você realizou Cursos de formação para ingressar como agente do Programa? Quais? 2.3.2 Você realizou cursos de treinamentos e/ou capacitação durante o Programa? Qual (is)? 2.3.3 Como você avalia os cursos ofertados pelo Programa? 2.3.4 Você considera que alguma competência adicional poder ser agregada ao seu trabalho? Qual?
BLOCO 3 – Qualidade dos elementos estruturais do Programa Criança Feliz	3.1 Equipamentos e materiais de trabalho	3.1.1 O programa oferta os materiais necessários de trabalho? 3.1.2 Quando necessário, quais as formas de deslocamentos dos agentes até as famílias beneficiárias? 3.1.3 O programa fornece equipamentos de segurança e EPI's? 3.1.4 Já aconteceu a falta de algum material de trabalho? Qual (is) material faltou e quando?
	3.2 Estrutura física	3.2.1 Como você avalia o espaço destinado para seu trabalho? 3.2.2 No que poderia melhorar a estrutura física do Programa?

BLOCO 4- Entendimento das variáveis do Programa Criança Feliz	4.1 Intensidade do programa	4.1.1 Qual a demanda do seu serviço? 4.1.2 Qual é a regularidade da prestação de contas das suas tarefas que o Programa exige? 4.1.3 Na sua opinião, o número de colaboradores é suficiente para a demanda dos serviços? 4.1.4 Quantos colaboradores (visitadores, supervisores e assistentes sociais) o Programa Criança Feliz possui?
	4.2 Rotina do programa	4.2.1 Quais são suas ações com as famílias beneficiárias do Programa? 4.2.2 O que você aperfeiçoaria em sua rotina de trabalho? 4.2.3 A sua rotina funcional recebe acompanhamento técnico e funcional de supervisores?
	4.3 Conhecimento e experiência adquiridos	4.3.1 Como você avalia sua experiência no Programa? 4.3.2 Descreva uma experiência/fato significativa como coordenadora.
BLOCO 5 – Interação entre os atores do Programa Criança Feliz	5.1 Interação agente e família	5.1.1 Como é a sua relação com as famílias? 5.1.2 O que você melhoraria na sua relação com as famílias beneficiárias? 5.1.3 Você consegue atender as demandas dos beneficiários do Programa?
	5.2 Interação agente e visitador	5.2.1 Como é a sua relação com os visitadores do Programa? 5.2.2 As visitadoras seguem as suas orientações?
	5.3 Interação agente e rede de assistência social	5.3.1 Como é a sua relação com a rede de assistência social? 5.3.2 Os serviços e políticas do município dão o suporte necessário para o Programa? 5.3.3 As demandas manifestadas pelas famílias beneficiárias do Programa são atendidas pela rede de assistência social? 5.3.4 Você acha que os sujeitos responsáveis pela rede reconhecem seu trabalho?
BLOCO 6- Serviços prestados aos beneficiários do Programa Criança Feliz	6.1 Famílias beneficiárias	6.1.1 Como você analisa se as famílias assistidas retornam e seguem as instruções prestadas pelo Programa Criança Feliz? 6.1.2 Como o Programa Criança Feliz contribui para o desenvolvimento dos beneficiários? 6.1.3 Quais as mudanças percebidas na vida dos beneficiários após serem atendidos pelo Programa? 6.1.4 Qual a sua opinião acerca da realidade social das famílias assistidas pelo Programa? 6.1.5 Quais as principais necessidades apresentadas pelas famílias durante os atendimentos? 6.1.6 Quantas famílias/beneficiários você atende pelo programa? 6.1.7 Das necessidades identificadas das famílias assistidas pelo Programa, quais o Programa não consegue suprir/atender? 6.1.8 Como você percebe a interação e os resultados do Programa nas famílias assistidas? 6.1.9 Quais são as dificuldades encontradas no diálogo com as famílias? 6.1.10 Qual a sua percepção em relação ao serviço prestado

		<p>pelo Programa Criança Feliz com as famílias beneficiárias?</p> <p>7.1.1 Como se dá a admissão das famílias no Programa Criança Feliz?</p> <p>7.1.2 Como você avalia a política de acesso das famílias ao Programa Criança Feliz?</p> <p>7.1.3 A forma de ingresso das famílias no Programa contempla todos os necessitados?</p> <p>7.1.4 Você acha que o número de atendimentos realizados pelo Programa é o suficiente para formalizar os objetivos do mesmo?</p> <p>7.1.5 Como você analisa a forma que o Programa Criança Feliz trabalha o exercício da parentalidade com as famílias assistidas?</p> <p>7.1.6 O que você mudaria ou acrescentaria nos serviços prestados pelo Programa?</p> <p>7.1.7 Considerando a execução da intersetorialidade, como você avalia a relação do Programa com os serviços: CRAS, Conselho Tutelar, Unidades Básicas de Saúde, creches, Secretaria de Assistência Social entre outros?</p> <p>7.1.8 Como é realizada a contratação dos profissionais que atuam no Programa?</p> <p>7.1.9 Como as ações estão sendo planejadas e executadas perante a demanda apresentada pelo Programa?</p>
BLOCO 7- Sobre o Programa Criança Feliz	7.1 Administração do Programa	